

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MATA/RS:
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SEU ESPAÇO
RURAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fernanda Dalosto Moraes

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

**A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MATA/RS:
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SEU ESPAÇO RURAL**

por

Fernanda Dalosto Moraes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MATA/RS: REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA NO SEU ESPAÇO RURAL**

elaborada por
Fernanda Dalosto Moraes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carmem Rejane Flores Wizniewsky, Dr^a.
(Presidente)

Luiz Fernando Mazzini Fontoura, Dr. (UFRGS)

Giancarla Salamoni, Dr^a. (UFPeI)

Santa Maria, 21 de setembro de 2009.

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta árdua e importante etapa da minha vida, deixo registrado o meu mais profundo agradecimento àqueles que realmente fizeram parte desta caminhada.

À Deus, o criador, o qual nos deu a vida, o maior dom que recebemos e por fazer cada coisa acontecer a seu devido momento.

À Universidade Federal de Santa Maria, pelos conhecimentos e oportunidades que possibilitaram a concretização desta pesquisa científica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de recursos financeiros para a realização do Mestrado em Geografia e para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a EMATER, a Secretaria Municipal de Agricultura, aos proprietários rurais e aos proprietários das indústrias de beneficiamento de Mata pela disponibilidade das informações imprescindíveis para a realização desta dissertação.

À Prof^a Meri, pela valiosa contribuição na orientação, pelas suas sugestões e análises que resultaram na melhora qualitativa deste trabalho e na minha formação acadêmica, além de compartilhar comigo um pouco de seu olhar geográfico.

Aos meus pais, Eraldo e Sirley, pelo incentivo, carinho e esforço durante toda a minha vida. E agora com essa conquista compartilho com vocês a minha felicidade e com ela a eterna gratidão.

À minha irmã, Franciele, pelo carinho, amizade e dedicação que foi muito importante para a realização deste trabalho.

Ao meu esposo, Fabio, pelo incentivo, amor, palavras de motivação e pela compreensão, muitas vezes, durante os momentos em que estive ausente.

Às minhas colegas e amigas, Eunice e Monica, que sempre estiveram comigo durante esta longa caminhada e pelos momentos de risos, conversas e descontração.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários/NERA, especialmente a Ana Claudia pela colaboração.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia que contribuíram na minha formação acadêmica.

"É melhor tentar e falhar,
que se preocupar e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que se sentar fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver..."

Martin Luther King

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE MATA/RS: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SEU ESPAÇO RURAL

AUTORA: FERNANDA DALOSTO MORAES

ORIENTADORA: MERI LOURDES BEZZI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de setembro de 2009.

As atividades agropecuárias têm passado por importantes transformações, fazendo com que a compreensão do espaço rural seja constantemente revista para se entender as dinâmicas territoriais. Pode-se dizer, então, que o campo se redesenha e se reorganiza na medida em que novos atores econômicos se manifestam, reestruturando os recortes espaciais. Nesse contexto, o trabalho teve como foco de estudo a unidade territorial de Mata/RS, em decorrência da importância das atividades primárias na sua organização socioespacial, uma vez que estas se constituem no alicerce da sua matriz econômica. Nessa linha de raciocínio, os objetivos específicos da pesquisa buscaram: (a) verificar a evolução e a situação atual da agricultura e da pecuária no Município, em estudo na escala temporal 1970 – 2007; (b) analisar as distintas cadeias produtivas e sua importância como agente reestruturador na organização do espaço rural e no desenvolvimento econômico local/regional; (c) demonstrar as novas atividades agrícolas de produção, as alternativas de renda nos estabelecimentos agropecuários, os processos de beneficiamento dos produtos no Município e a sua influência nos arranjos espaciais e na economia local e (d) avaliar o grau de modernização apresentado pelas atividades agropecuárias na unidade territorial em estudo. Metodologicamente, a pesquisa realizou, inicialmente, um aprofundamento da matriz teórica referente à temática em análise. Posteriormente, elaboraram-se coletas de dados em fontes primárias (trabalho de campo) e em fontes secundárias, via dados dos censos agropecuários (IBGE) e da FEE. O trabalho de campo realizou-se através de entrevistas, as quais foram subsidiadas por questionários que atendiam aos distintos informantes selecionados. Estas foram direcionadas aos proprietários rurais; aos órgãos públicos como a Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e aos proprietários das indústrias de beneficiamento de Mata. Como consideração final, aponta-se que o setor produtivo de Mata está se reorganizando frente às novas dinâmicas impostas pelo capital, através de cadeias produtivas tradicionais como a pecuária de corte, o arroz, o fumo, a soja e o milho, as quais buscam, através de uma produção moderna, melhorar a qualidade de seus produtos e, conseqüentemente, se inserir no mercado local/regional. Além dessa reorganização produtiva, a dinamização do espaço rural ocorre também pela revitalização da bacia leiteira e da inserção de novas cadeias produtivas que impulsionam a economia local. Os novos atores econômicos são representados pelo cultivo de nogueiras, valorização dos alambiques de cachaça, o turismo rural e, em alguns estabelecimentos rurais, a presença de hortifrutigranjeiros. Paralelamente, encontram-se no espaço rural do Município outras atividades como marcenarias, fábricas de móveis, museu, entre outros, as quais buscam agregar valor à agricultura familiar. Enfatiza-se que a organização espacial de Mata é decorrente dos reflexos das distintas atividades agropecuárias desenvolvidas, uma vez que é esse setor que move o espaço urbano. Dessa forma, o espaço rural é o elemento fundamental para promover o desenvolvimento local/regional do município.

Palavras-chave: Organização do Espaço; Espaço Rural; Cadeias Produtivas; Mata.

ABSTRACT

Master's degree Dissertation
Master's degree in Geography and Geoscience
Federal University of Santa Maria

THE SPATIAL ORGANIZATION IN MATA/RS: PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN ITS RURAL SPACE

AUTHOR: FERNANDA DALOSTO MORAES
TUTOR: MERI LOURDES BEZZI

Date and Place of the Presentation: Santa Maria, September, 21st, 2009.

The agricultural and livestock activities have been passing through important transformations, having the understanding of the rural space constantly reviewed to understand the territorial dynamics. It can be said that the field is re-drawn and it is re-organized at the same time new economical factors show up, restructuring the space cuttings. In that context, the work had as study focus the territorial unit of Mata/RS, due to the importance of the primary activities in its social and spatial organization, once these are constituted in the foundation of its economical source. Following this reasoning line, the specific objectives of the research sought: (a) to verify the evolution and the current situation of the agriculture and of the livestock in the Municipal district, in study in the temporary scale 1970 - 2007; (b) to analyze the different productive chains and their importance as re-structural agents in the organization of the rural space and in the local and regional economical development; (c) to demonstrate the new agricultural activities of production, the alternatives of income in the agricultural establishments, the processes of improvement of the products in the Municipal district and its influence in spatial arrangements and in local economy and (d) to evaluate the modernization degree presented by the agricultural activities in the territorial unit in study. Methodologically, the research accomplished, initially, further analysis of the theoretical matrix regarding the thematic in analysis. Later, collections of data were elaborated in primary sources (field work) and in secondary sources, through data of the agricultural censuses (IBGE) and of FEE. The field work took place through interviews, which were subsidized by questionnaires that assisted the different selected informers. These were addressed the rural proprietors; to the public organs as the Municipal Department of Agriculture, Union of the Rural Workers, EMATER and to the industries' owners for the improvement of Mata. As final consideration, it's pointed out that the productive section of Mata is re-organizing front to the new dynamics imposed by capital, through traditional productive chains as Beef Cattle, rice, tobacco, soy and corn, which seek, through a modern production, to improve the quality of its products and, consequently, to interfere in the local/regional market. Besides this productive reorganization, the dynamics of the rural space is also due to the revitalization of the milk chain and the insert of new productive chains that boost the local economy. The new economical factors are represented by the cultivation of walnuts, valorization of the cachaça stills (sugarcane brandy), rural tourism and, in some rural establishments, the presence of vegetable and fruit grangers. At the same time, other activities can be found, such as carpentry, furniture factory, museum, among others, which seek to add value to the family agriculture. It is emphasized that the spatial organization of Mata is due to reflexes of the different developed agricultural activities, once it is that section that moves the urban space. In that way, the rural space is the fundamental element to promote the local/regional development of the municipal district.

Keywords: Spatial Organization; Rural space; Productive chains; Mata/RS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução populacional de Mata/RS de 1970 – 2000.....	73
TABELA 2 – Utilização das terras em Mata/RS de 1970 – 2006.....	76
TABELA 3 – Condição do produtor em Mata/RS de 1970 – 1995.....	78
TABELA 4 – Pessoal Ocupado por categoria em Mata/RS de 1970 – 2006.....	80
TABELA 5 – Número de estabelecimentos agropecuários visitados por estratos de área em Mata/RS.....	81
TABELA 6 – Evolução do efetivo da pecuária em Mata/RS de 1970 – 2006.....	85
TABELA 7 – Área plantada e quantidade produzida de arroz em Mata/RS de 1970 – 1995.....	92
TABELA 8 – Área plantada e quantidade produzida de arroz em Mata/RS de 1997 – 2007.....	92
TABELA 9 – Área plantada e quantidade produzida de fumo em Mata/RS de 1970 – 1995.....	96
TABELA 10 – Área plantada e quantidade produzida de fumo em Mata/RS de 1997 – 2007.....	97
TABELA 11 – Área plantada e quantidade produzida de soja em Mata/RS de 1970 – 1995.....	101
TABELA 12 – Área plantada e quantidade produzida de soja em Mata/RS de 1997 – 2007.....	101
TABELA 13 – Área plantada e quantidade produzida de milho em Mata/RS de 1970 – 1995.....	105
TABELA 14 – Área plantada e quantidade produzida de milho em Mata/RS de 1997 – 2007.....	106
TABELA 15 – Área plantada e quantidade produzida de feijão em Mata/RS de 1970 – 1995.....	108
TABELA 16 – Área plantada e quantidade produzida de feijão em Mata/RS de 1997 – 2007.....	109
TABELA 17 – Área plantada e quantidade produzida de cana-de-açúcar em Mata/RS de 1970 – 1995.....	110
TABELA 18 – Área plantada e quantidade produzida de cana-de-açúcar em Mata/RS de 1997 – 2007.....	110
TABELA 19 – Área plantada e quantidade produzida dos principais cultivos das lavouras permanentes em Mata/RS de 1970 – 1995.....	114
TABELA 20 – Área plantada e quantidade produzida dos principais cultivos das lavouras permanentes em Mata/RS de 1997 – 2007.....	115
TABELA 21 – Equipamentos agrícolas em Mata/RS de 1970 – 2006.....	117

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – Localização do município de Mata/RS.....	13
GRÁFICO 1 – Modelo geral da cadeia produtiva.....	60
MAPA 2 – Esboço Geomorfológico do município de Mata/RS.....	67
MAPA 3 – Localidades do município de Mata/RS.....	71
GRÁFICO 2 – Principais cadeias produtivas nos estabelecimentos agropecuários em Mata/RS.....	84
FOTOGRAFIA 1 – Criação de suínos confinados na localidade de São José do Louro em Mata/RS.....	89
FOTOGRAFIA 2 – Cultivo de arroz na localidade de São Rafael em Mata/RS.....	93
FOTOGRAFIA 3 – No primeiro plano tem-se o cultivo de fumo e em segundo plano a presença de mata nativa na localidade de Sertão em Mata/RS.....	99
FOTOGRAFIA 4 – Cultivo de soja na localidade de São Rafael em Mata/RS.....	104
FOTOGRAFIA 5 – Cultivo de milho na localidade de São Rafael em Mata/RS.....	107
FOTOGRAFIA 6 – Cultivo de morango na localidade de Capoeira em Mata/RS...	112
FOTOGRAFIA 7 – Cultivo de hortaliças na localidade de São José do Louro em Mata/RS.....	113
FOTOGRAFIA 8 – Cultivo de nozes na localidade de Capoeira em Mata/RS.....	123
FOTOGRAFIA 9 – Fábrica de móveis na localidade de Vila Clara em Mata/RS...	126

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Instrumento de pesquisa: questionário aplicado aos proprietários rurais de Mata/RS.....	148
ANEXO B - Instrumento de pesquisa: questionário aplicado a Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER de Mata/RS.....	153
ANEXO C - Instrumento de pesquisa: questionário aplicado aos proprietários das indústrias de beneficiamento de Mata/RS.....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS.....	20
1.1 A estrutura do espaço rural do Rio Grande do Sul.....	20
1.2 O Processo de Modernização das Atividades Agropecuárias no Rio Grande do Sul.....	36
1.3 As Abordagens Conceituais sobre Organização do Espaço, Cadeia Produtiva e Multifuncionalidade do Espaço Rural.....	56
1.3.1 Organização do Espaço.....	56
1.3.2 Cadeia Produtiva.....	59
1.3.3 Multifuncionalidade do Espaço Rural.....	61
2 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MATA.....	65
2.1 Estrutura socioespacial, natural e econômica de Mata.....	65
3 ORGANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DE MATA.....	75
3.1 O Espaço Rural de Mata.....	75
3.2 A Evolução e Análise das Principais Cadeias Produtivas e sua Importância Espacial e Econômica em Mata.....	84
3.2.1 Cadeia Produtiva da Pecuária.....	85
3.2.2 Cadeia Produtiva do Arroz.....	91
3.2.3 Cadeia Produtiva do Fumo.....	96
3.2.4 Cadeia Produtiva da Soja.....	100
3.2.5 Produtos de subsistência: Milho, Feijão e Cana-de-açúcar.....	104
3.2.6 Cadeia Produtiva dos Hortifrutigranjeiros.....	111
3.3 O processo de modernização da agricultura, a assistência técnica e o crédito agrícola nas atividades agropecuárias em Mata.....	116
3.4 As novas atividades agropecuárias no espaço rural de Mata.....	123
3.5 A multifuncionalidade do espaço rural de Mata.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	139

INTRODUÇÃO

A Geografia, como ciência social, enfatiza, em suas análises, o espaço produzido e/ou reproduzido pela sociedade ao longo da História, ou seja, estuda o espaço geográfico. Esse é constantemente transformado pelas atividades humanas, que o modifica e o reorganiza frente às exigências impostas pelos atores econômicos, objetivando o desenvolvimento local/regional.

É relevante destacar que a organização do espaço está atrelada a transformação e evolução da sociedade, a qual se mantém em um processo contínuo de desenvolvimento. Segundo Moro (1990, p. 2)

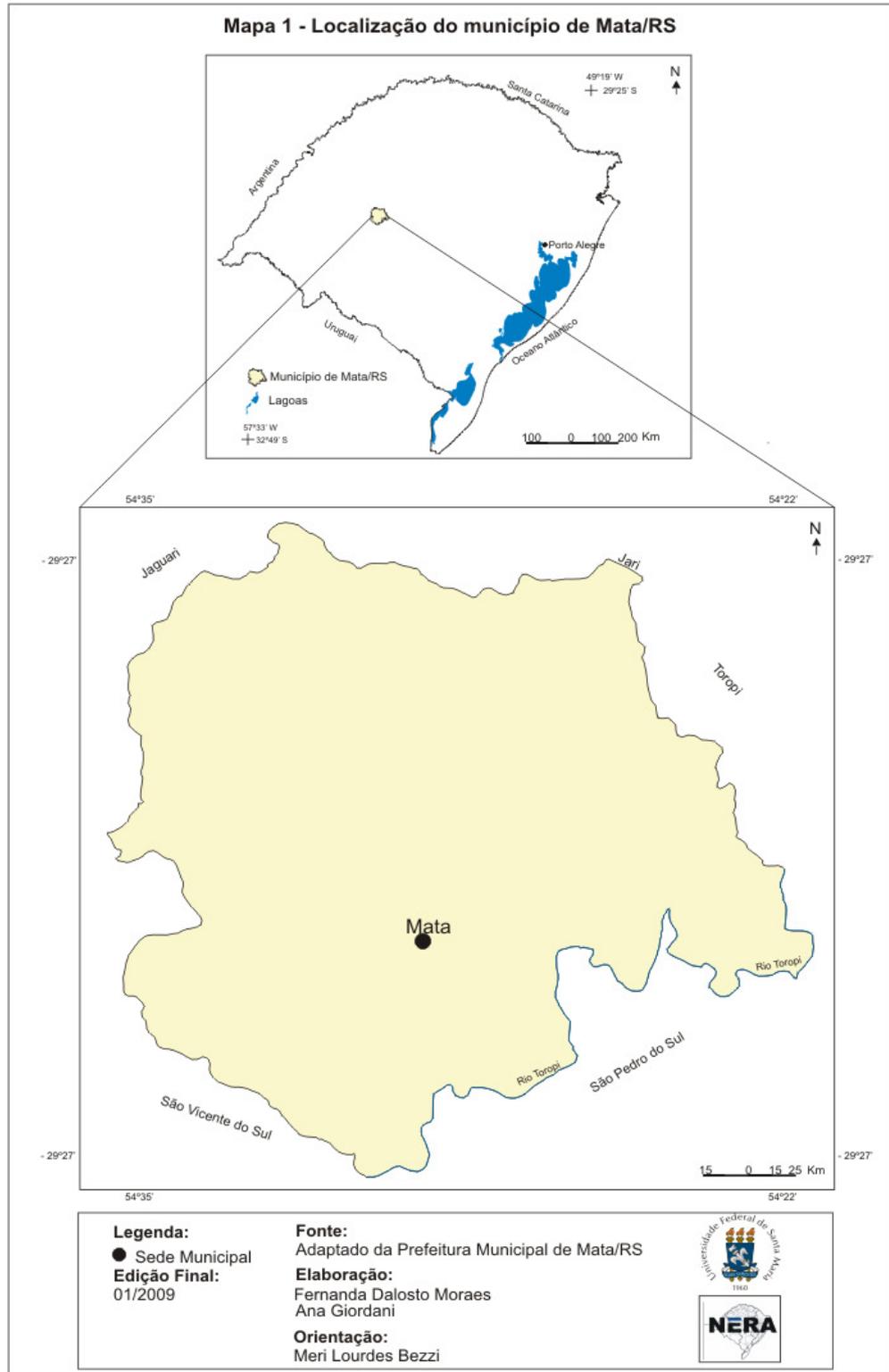
O estudo da organização do espaço, no contexto da Geografia Contemporânea, vem-se constituindo em objeto de constantes estudos, principalmente após a Segunda Grande Guerra, muito embora esta problemática já fosse uma realidade desde o final do século XIX. A sua ascensão e valorização está estreitamente associada à crescente importância adquirida pelos estudos locais e regionais.

Enfatiza-se que a organização do espaço é determinada pela tecnologia, pela cultura e pelas relações sociais que a empreendem. Dessa forma, sempre que a sociedade ou a relação homem x natureza se alterar, no decorrer do tempo, a dinâmica espacial que reflete essas mudanças, conseqüentemente, provocará uma reorganização espacial.

Nesse contexto, as atividades agropecuárias têm passado por importantes transformações, fazendo com que a compreensão da reestruturação do espaço rural seja significativa. Pode-se dizer, então, que o campo se redesenha e se reorganiza à medida que novos atores econômicos se manifestam e transformam o mesmo. Entre esses atores, destaca-se, principalmente, o capital, o qual se reflete no meio rural através da modernização das atividades agropecuárias.

Desse modo, o trabalho tem como foco de estudo a unidade territorial de Mata. Essa apresenta sua matriz econômica alicerçada nas atividades agrícolas. Ressalta-se que a topografia do Município é responsável por uma dicotomia espacial e produtiva, ou seja, a presença da Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense e dos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná, juntamente com os diferentes tipos de solos, proporciona, além de uma paisagem distinta, uma produção agrícola

diversificada. Paralelamente, essa dualidade espacial também se reflete no processo de ocupação e na estrutura fundiária do Município (Mapa 1).



Mapa 1 – Localização do município de Mata/RS.
 Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Mata/RS.
 Org. MORAES, F. D., GIORDANI, A., 2009.

Destaca-se que a problemática de estudo centra-se na organização espacial de Mata, analisando os reflexos da reestruturação produtiva e da modernização agrícola no seu espaço rural. As transformações espaciais que ocorreram ao longo das últimas décadas são de extrema importância para os seus habitantes, uma vez que a base econômica do Município está no meio rural. A interdependência do urbano com o rural é cada vez mais significativa, pois a estabilidade nas atividades agrícolas, ou seja, uma safra satisfatória, é sinônimo de garantia de comércio em movimento e dinheiro circulando, proporcionando um maior desenvolvimento na economia local/regional.

Dessa forma, a relevância da pesquisa está em fornecer subsídios à temática agrária, através do estudo de caso, considerando as atividades agrícolas tradicionais que, juntamente com a inserção de novos cultivos, proporcionam a reestruturação na matriz produtiva do espaço rural e, conseqüentemente, na sua reorganização espacial. Tal fato agrega valor aos estabelecimentos agropecuários e favorece o crescimento da economia local.

Pode-se mencionar que um dos problemas que dificultam o desenvolvimento local são as poucas perspectivas econômicas, ou seja, as raras oportunidades de trabalho e de investimentos. Essa situação é responsável pela migração de grande parcela da população localizada tanto no meio rural como no urbano para outros municípios gaúchos, em busca de melhores condições de vida.

A relevância social da pesquisa foi a de envolver a população local, principalmente os proprietários rurais de Mata. Eles, juntamente com o poder público, deverão desenvolver ações alternativas que visam dinamizar a produção, através da inserção de novos cultivos e/ou atividades que possibilitem o seu crescimento socioeconômico e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento local/regional.

Também, se enfatiza que esta pesquisa possui uma relevância pessoal, uma vez que a pesquisadora tem conhecimento empírico do Município em estudo, especialmente, do espaço rural, o qual é o objeto primordial dessa análise.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral contribuir para a ciência geográfica, especialmente no âmbito da Geografia Rural, buscando analisar a organização espacial de Mata/RS decorrente dos reflexos da reestruturação da matriz produtiva local.

Como objetivos específicos, a pesquisa deteve-se em: (a) verificar a evolução

e a situação atual da agricultura e da pecuária no Município em estudo na escala temporal 1970 – 2007; (b) analisar as distintas cadeias produtivas e sua importância como agente reestruturador na organização do espaço rural e no desenvolvimento econômico local/regional; (c) demonstrar as novas atividades agrícolas de produção, as alternativas de renda agrícolas e não-agrícolas nos estabelecimentos agropecuários, os processos de beneficiamento dos produtos no Município e a sua influência nos arranjos espaciais e na economia local e (d) avaliar o grau de modernização apresentado pelas atividades agropecuárias na unidade territorial em estudo.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se como abordagem teórico-metodológica o método dialético. No que diz respeito à dialética, Araújo (1998, p. 71) destaca que esta “[...] propõe uma visão da história como obra humana, isto é, como realização dos homens e para os homens num movimento de totalidade”.

Reforçando esta concepção, Andrade (1998, p. 113) ressalta que entender o espaço dialeticamente “[...] é contrária a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma”.

Enfatiza-se que a dialética tem como princípio fundamental a idéia de movimento, transformação, dinâmica e superação das coisas, dos objetos. Nesse método científico, o espaço está sempre sujeito a lei maior da transformação, ou seja, o trabalho do homem, o qual organiza e/ou reorganiza os recortes espaciais de acordo com as constantes modificações impostas nos mesmos, principalmente, pelo capital.

Dessa forma, para se compreender a reorganização do espaço rural de Mata, através das atividades agropecuárias desenvolvidas e da inserção de novas cadeias produtivas, considerou-se que o espaço rural apresenta-se em constantes transformações, decorrentes da reprodução das relações socioeconômicas no tempo e no espaço. Também, para a dialética, o espaço é visto a partir da sua totalidade, através de um processo dinâmico e de transformação.

Para o desenvolvimento e a organização do espaço rural, ocorrem mudanças com relação às atividades econômicas. Em Mata, estas passaram por contradições ou superações, nas quais o “antigo”, representado pelas cadeias produtivas da pecuária, arroz, fumo, se opõe ou cria resistência ao “novo” que está se inserindo. Este é representado pelas atividades que ocasionam uma nova dinâmica ao meio

rural. Cita-se, como exemplo, o cultivo de nogueiras, a revitalização dos alambiques de cachaça, o turismo rural, entre outras.

Metodologicamente, a pesquisa estruturou-se em etapas. Realizou-se, inicialmente, o aprofundamento da matriz teórica, resgatando-se os marcos conceituais que fundamentaram a pesquisa.

Paralelamente, elaboraram-se levantamentos em fontes secundárias, através da coleta de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), via Censos Agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995-96 e 2006¹. Esses dados foram utilizados para se verificar a evolução e a situação das atividades agropecuárias em Mata na escala temporal selecionada.

Destaca-se que, em virtude dos dados do censo agropecuário de 2006 não estarem publicados e disponibilizados na íntegra, foi necessário buscar alternativas para se coletar as informações até a atualidade. Assim, utilizou-se, para análise, dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), na qual se coletaram os dados das lavouras temporárias e permanentes para o período de 1997 a 2007. Esses permitiram verificar as transformações recentes no espaço rural de Mata e, conseqüentemente, a sua reorganização produtiva.

As principais variáveis coletadas nos censos agropecuários referem-se: à utilização das terras, relações de trabalho, equipamentos agrícolas, condição do produtor, efetivo da pecuária (bovinos, ovinos e suínos), lavoura temporária e lavoura permanente. Os dados dessas variáveis foram coletados no censo agropecuário até 1995. Os dados para o ano de 2006 não puderam ser pesquisados, no censo agropecuário, devido ao atraso na divulgação dos mesmos pelo IBGE. Tal fato justifica a coleta dos dados para o período de 1997 a 2007 na FEE. Salienta-se que a única variável que pode ser coletada, em todos os períodos, nos censos agropecuários, foi a pecuária.

Para a coleta das informações em fontes primárias, realizou-se o trabalho de campo. Nesse sentido, elaboraram-se, como instrumento de pesquisa, questionários que subsidiaram as entrevistas. Para a realização das mesmas, utilizaram-se três tipos de questionários, uma vez que elas foram direcionadas a distintos informantes. A primeira entrevista foi realizada com os proprietários rurais pré-selecionados através de amostragem. A escolha dos mesmos foi realizada através de uma

¹ Os dados foram coletados nos Censos Agropecuários após a emancipação política de Mata, a qual ocorreu em 1965.

amostra intencional, a qual visou à distribuição deles em diversos estabelecimentos agropecuários, mas que estivessem dispersos em todas as localidades² do Município. Dessa forma, foram realizadas 46 entrevistas com os proprietários rurais distribuídos pelas diversas localidades. Paralelamente a essas entrevistas, foram capturadas fotografias nos estabelecimentos agropecuários e das diferentes atividades produtivas que se desenvolvem no espaço rural de Mata. Tal procedimento subsidiou o conhecimento da dinâmica espacial de Mata e a sua reestruturação produtiva e espacial.

O primeiro questionário, direcionado aos produtores rurais, abrangia questões diversas sobre a temática em análise. As questões de 01 a 10 indagavam sobre os dados do estabelecimento agropecuário, do proprietário e da mão-de-obra utilizada. As questões de 11 a 29 referiam-se aos dados da produção, como as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, área plantada, efetivo da pecuária e o destino da mesma. No que se refere aos dados da estrutura fundiária, destacam-se as questões de 30 a 32. As mesmas arguem sobre o tamanho dos estabelecimentos agropecuários, a estrutura física e com que atividade está sendo utilizada a área do estabelecimento. Quanto às questões de 33 a 38, estas abordavam sobre os dados de assistência técnica, financiamento e a modernização do espaço rural. A partir da questão 39 até a 44, perguntava-se sobre as outras atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários, as possibilidades da inserção de novas alternativas nos mesmos, os investimentos e o retorno da produção, bem como a situação dos agricultores aposentados (Anexo A).

O segundo grupo de informantes respondeu sobre outras informações relevantes para a pesquisa e estava representado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER do Município. Assim, o segundo questionário constituía-se de questões referentes à situação da agricultura e da pecuária em Mata, indagando-se sobre: quais os amparos que esses órgãos disponibilizam aos produtores rurais, as novas atividades produtivas, as perspectivas das atividades agropecuárias e, conseqüentemente, do espaço rural em busca do desenvolvimento local/regional (Anexo B).

A terceira forma de obtenção de informações, através das entrevistas, efetuou-se com os proprietários das indústrias locais de beneficiamento de produtos

² “Localidade é conceituada como sendo todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes” (NOÇÕES BÁSICAS DE CARTOGRAFIA, 2009).

agrícolas em Mata. Entre elas destacam-se as indústrias de arroz e de laticínios. No questionário aplicado a esses informantes indagava-se sobre a procedência da matéria-prima utilizada, destino e comercialização da produção, importância deste tipo de serviço para os produtores rurais e para o Município e as perspectivas econômicas atreladas a essas atividades (Anexo C).

Através do trabalho de campo, procurou-se analisar tanto as cadeias produtivas antigas quanto as novas, buscando subsídios para o entendimento da reestruturação produtiva e espacial de Mata. Também, procurou-se identificar a inserção dos processos de beneficiamentos, o grau de modernização presente nas atividades agropecuárias e as suas implicações no desenvolvimento local/regional.

A tabulação e a análise dos resultados permitiram identificar a organização do espaço rural de Mata e a sua reestruturação através da inserção de novas cadeias produtivas. Paralelamente, verificaram-se as atividades alternativas de renda nos estabelecimentos agropecuários, bem como a influência de novos atores econômicos no desenvolvimento socioeconômico local.

No que diz respeito à estrutura do trabalho, esse foi organizado em três capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências.

O primeiro capítulo refere-se à matriz teórica, através da qual se realizou o resgate dos marcos conceituais que embasaram a pesquisa. Resgataram-se as concepções teóricas referentes à estruturação do espaço rural do Rio Grande do Sul e de Mata. Enfatizou-se o processo de povoamento e colonização do Estado gaúcho e o processo de modernização das atividades agropecuárias. Também se utilizou do referencial teórico referente à organização do espaço, cadeia produtiva e a multifuncionalidade do espaço rural.

No segundo capítulo enfatiza-se a organização socioespacial de Mata. Realizou-se, dessa forma, o resgate histórico da ocupação e do povoamento local, a caracterização do quadro físico-natural, a evolução política e os aspectos socioeconômicos do Município em estudo.

Os resultados da pesquisa foram demonstrados no terceiro capítulo. Neste foram analisados os dados obtidos pelas entrevistas e pelos dados fornecidos nos censos agropecuários do IBGE e da FEE na escala temporal selecionada pela pesquisa. Identificou-se a organização do espaço rural de Mata, através das atividades desenvolvidas no mesmo e a transformação espacial através da inserção de novas cadeias produtivas, de atividades alternativas de renda nos

estabelecimentos agropecuários e a influência da mesma na dinâmica produtiva do Município.

Nas considerações finais, são colocadas as idéias conclusivas das análises, inferindo-se sugestões que visem à melhoria das condições do espaço rural de Mata na busca de sua inserção no desenvolvimento local/regional.

As referências listam os autores, livros, periódicos, sites, entre outros suportes teóricos que foram consultados para alicerçar a base teórico-metodológica da pesquisa.

1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

Este capítulo busca compreender as formas de ocupação e de povoamento do território gaúcho, bem como o processo de modernização das atividades agropecuárias nele desenvolvidas. Estes condicionam a matriz produtiva e a organização do espaço rural do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, do município de Mata. Paralelamente, resgatam-se conceitos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, tais como multifuncionalidade, organização do espaço, cadeia produtiva, entre outros.

1.1 A estrutura do espaço rural do Rio Grande do Sul

O resgate da estrutura do espaço rural do Rio Grande do Sul objetiva rever os arranjos espaciais sob a ótica dos seus organizadores, ou seja, as distintas paisagens e etnias que compuseram o Estado, com reflexos na diversidade intrínseca ao contexto regional sul-rio-grandense. Tal proposição tem origem na necessidade de se apreender a relação sociedade-natureza em seu processo evolutivo, para que se possa realizar análises mais complexas acerca das transformações socioeconômicas com implicações sobre a dinâmica espacial.

O Rio Grande do Sul configura-se, atualmente, por ter sua base produtiva atrelada às atividades agrícolas e pecuárias, inseridas desde o início de seu processo evolutivo. Para tanto, é mister retomar as principais fases de povoamento e colonização, as quais contribuíram para a organização do espaço produtivo gaúcho, para que se possa apreendê-lo em relação à complexidade de relações responsáveis pelas transformações nas suas formas e funções.

Ao se considerar a estrutura da economia gaúcha, pautada no rural, deve-se analisar as influências significativas do nativo que habitava as áreas sulinas. Mesmo não tendo desenvolvido “grandes” obras que testemunhassem sua presença, os nativos sul-rio-grandenses viviam em tribos e respeitavam certa “territorialidade”, assim como, cultuavam hábitos específicos que os distinguiam entre as etnias (BRUM NETO, 2007).

A “herança indígena” é salientada por Haesbaert (1988), quando o autor

assinala alguns hábitos desenvolvidos pelos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, como a prática da agricultura pela etnia Gê e Tape, no norte e no centro do Estado, e a caça pelos Chanás, na porção fronteira do sul-sudoeste³.

Além desses, outro hábito, como a cavalgada, já era praticado no Estado gaúcho. Os Charruas eram considerados hábeis cavaleiros. Habitavam, principalmente, o sul do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai (FORTES, 1981).

Até o século XVII, as terras, que constituiriam o futuro território gaúcho, foram povoadas, essencialmente, pelos nativos. Estes praticavam algumas das atividades agropecuárias que viriam a ser desenvolvidas em larga escala e que se tornariam responsáveis pela caracterização do espaço produtivo sul-rio-grandense.

Considerando-se a forte presença de tribos indígenas no espaço gaúcho, destaca-se que o território que compreende o município de Mata, também, foi ocupado, inicialmente, por populações indígenas. Estas deixaram vestígios de sua presença no Município, os quais podem ser encontrados, principalmente, através de marcas rupestres.

No entanto, a presença do povoador efetivou-se, no Estado gaúcho, com a implantação das reduções indígenas no sul da América. De acordo com Fortes (1981), em 1609 foi fundada a Província Jesuítica do Paraguai, com a instalação da cruz da primeira redução nas proximidades do rio Paraná. Desse modo, as reduções indígenas instalaram-se em três grandes áreas: no atual território da República do Paraguai, entre os rios Paraná e Paraguai, e às margens do rio Uruguai.

Porém, o processo de ocupação e povoamento do Estado gaúcho está atrelado às invasões de bandeirantes paulistas em busca de mão-de-obra indígena, a qual também era requisitada pelos jesuítas. Esse processo de ocupação acentuou-se com as disputas de limites do território sul-rio-grandense entre Portugal e Espanha (PESAVENTO, 1985).

O apresamento dos índios pelas Coroas portuguesa e espanhola gerou inúmeros conflitos, acarretando o êxodo das Missões espanholas para a margem portuguesa. Desse modo, as Missões foram instaladas em território brasileiro, no Guairá, a leste do Paraná e, no Tape, em terras do atual Rio Grande do Sul (FORTES, 1981). Essa área compreendia a porção noroeste do Estado gaúcho,

³ O autor enfatiza, ainda, que provavelmente tenha surgido destas práticas o mito de que somente as áreas de mata seriam favoráveis à prática da agricultura. Tanto que, ao longo do povoamento, o sul tornou-se eminentemente pecuarista; e o norte, agrícola.

estendendo-se pela Bacia do Jacuí, limitando-se com os contrafortes da Serra do Mar e por outro lado com o rio Uruguai (BEZZI, 1985).

Thomas (1976, p. 17) destaca alguns problemas quanto à segurança nessas reduções, uma vez que as mesmas

[...] tiveram duração efêmera, pois os bandeirantes paulistas incursionavam freqüentemente pela região, a fim de aprisionar os índios, destruindo seus acampamentos, em vista disso, os Jesuítas espanhóis retiraram-se para a margem direita do rio Uruguai, dispersando o gado pelos campos gaúchos, ao sul da bacia do Camaquã, que se tornou conhecida como “Vacaria do Mar”.

A pecuária teve início através da combinação de vários fatores que contribuíram para a multiplicação do rebanho em terras gaúchas. Entre eles destaca-se a vastidão dos campos com abundante pastagem natural, aliada à ausência de uma sociedade para desenvolver esta atividade. Formou-se, então, a base de apropriação da terra no Estado e, também, a inserção do gado na futura Campanha gaúcha. Pesavento (1985) aponta, ainda, que foi a partir desse gado deixado à solta que se estruturou o princípio econômico de exploração do Rio Grande do Sul, ou seja, a preia do gado xucro.

A preação do gado xucro para extração do couro foi objeto de interesse de diferentes grupos sociais. Toda essa atividade predatória exercida sobre a pecuária promoveu o retorno dos jesuítas ao Rio Grande do Sul, os quais fundaram os Sete Povos das Missões. Estes, com o intuito de proteger o rebanho, levaram-no para o nordeste do Estado gaúcho, nos campos de Cima da Serra, formando uma outra reserva de gado, denominada “Vacaria dos Pinhais”. É a partir da exploração do gado que o Rio Grande do Sul tem sua importância reconhecida (RODRIGUES, 2006).

A partir do momento em que foram aldeados, os nativos desenvolveram diversas atividades, distintas daquelas a que estavam habituados, dentre as quais se destacam a agricultura e a pecuária, com os cultivos de cana-de-açúcar, hortaliças, árvores frutíferas, algodão e erva-mate, além da criação de gado.

Salientando a importância da ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul, Bezzi (1985) assinala a integração social do território gaúcho, a ordenação da vida humana sob o ponto de vista econômico e o surgimento da civilização, as quais tiveram como características principais a criação de gado e a implantação da agricultura com o comércio da erva-mate.

Tais atividades, mesmo que desenvolvidas no noroeste gaúcho, iriam “marcar” o espaço produtivo gaúcho futuramente, praticadas por outras etnias, em padrões produtivos distintos, visando a exploração econômica. Há que se destacar, também, que a atividade pecuarista tem sua origem nas Missões e tornou-se, no decorrer do tempo, uma das principais características da produção primária gaúcha.

No que se refere às Missões implantadas nas terras gaúchas, destaca-se que a prosperidade missioneira ocasionou seu fim. Tal fato deve-se a posição das coroas ibéricas, que viam nas Missões uma ameaça ao seu domínio na América do Sul, pois a consideravam, segundo Bezzi (1985, p. 15)

Zona economicamente rica e constituindo ameaça política a segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta no Tratado de Madrid (1750), acertado entre Portugal e Espanha. Posteriormente, com a generalização do ambiente hostil à Companhia de Jesus, uma vez que ameaçava o absolutismo monárquico dos estados europeus, os jesuítas acabaram sendo expulsos de Portugal (1759), Espanha (1767) e América (1768), efetivando-se o confisco de suas propriedades.

Em pouco mais de um século de ocupação em terras gaúchas e após terem desenvolvido, pela primeira vez, atividades socioeconômicas pautadas no trabalho cooperativo do nativo, as Missões findaram seus trabalhos no noroeste do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, enfatiza-se a importância do entendimento da implantação e das transformações das atividades agropecuárias no Rio Grande do Sul. As questões referentes às estratégias de povoamento e ao estabelecimento das fronteiras estão inter-relacionadas à estruturação do espaço rural gaúcho e à definição das atividades nele desenvolvidas.

Brum Neto (2007) destaca o início da disputa pelo território sulino e a tentativa de fixar fronteira pelos colonizadores, via implantação de povoados em pontos estratégicos. Na concepção de Fortes (1981), a fundação da Colônia de Sacramento despertou o interesse da Espanha para um possível avanço português no Prata. E Portugal, visando proteger a Colônia de Sacramento, fundou Laguna em 1684, a qual exerceu função de proteção.

Paralelamente, os espanhóis marcavam presença no noroeste gaúcho via reduções indígenas, e os portugueses fizeram do Rio Grande do Sul apenas um caminho de passagem até a Colônia de Sacramento, utilizando-se do litoral. As incursões portuguesas pela faixa litorânea fizeram com que estes tomassem

conhecimento das imensas reservas de gado da Vacaria do Mar. A partir disso, foram implantadas invernadas no litoral desde São José do Norte até Torres. O interesse efetivo dos portugueses pela possessão do sul deve-se às atividades econômicas desenvolvidas pela colônia brasileira. O ciclo da mineração exigia, cada vez mais, o fornecimento de animais de carga e de seus derivados para abastecer esse mercado (THOMAS, 1976).

Portanto, teve-se na courama o primeiro ciclo da pecuária no Rio Grande do Sul. Tal prática foi responsável pela introdução da primeira atividade econômica efetiva (caráter comercial) no espaço rural do Estado gaúcho, através da exploração primitiva do gado (RODRIGUES, 2006).

O crescimento do gado no Estado gaúcho tornou-se um fator de atração e valorização econômica. Esse fato esteve associado ao ciclo da mineração, no interior do Brasil, uma vez que essa nova atividade, no início do século XVIII, impulsionou a demanda pelo gado sulino. O gado de corte e de tração fornecido para a área de mineração integrou o Rio Grande do Sul no contexto brasileiro de forma subsidiária, ou seja, como abastecedor do mercado interno que se formava nesta zona, promoveu a sua valorização econômica e a sua integração à economia nacional (PESAVENTO, 1985).

O aumento do comércio do gado, associado ao abate para a extração do couro, provocou a degradação dos rebanhos, havendo a necessidade de por fim à atividade predatória e de investir na criação. Assim, a Coroa Portuguesa, por volta da terceira década do século XVIII, iniciou o processo de distribuição das sesmarias e promoveu a ocupação do território sul-rio-grandense (PESAVENTO, 1985).

De acordo com a FEE (1978, p. 27), é importante enfatizar, com relação à doação de sesmarias no sul do Brasil, que

[...] as doações foram efetuadas, principalmente, a militares e, pouco mais tarde, a tropeiros enriquecidos, com o objetivo de garantir a soberania da Coroa Portuguesa sobre esta região de freqüentes litígios com os espanhóis instalados no Prata. Essa modalidade extensiva, implicava, porém, numa grande dispersão da população.

Pode-se dizer, então, que a doação de sesmarias representou a definição da posse da terra e do gado no Rio Grande do Sul. Para Pesavento (1982, p. 15), as sesmarias definem-se como

[...] terras devolutas, medindo em regra de três léguas por uma légua (13.000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se

estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande Português da época.

Salienta-se que as sesmarias serviram de base à implantação das estâncias e, posteriormente, aos latifúndios com pecuária extensiva. Segundo Rodrigues (2006, p. 26), “As estâncias constituíram-se em um dos segmentos socioeconômicos mais importantes da história do Rio Grande do Sul, baseado na pecuária extensiva realizada em grandes propriedades, materializando-se os latifúndios pastoris”.

Nas estâncias inicia-se uma nova fase do processo produtivo gaúcho, as quais se destinam a criação de gado de maneira extensiva, expandindo-se para outras áreas do território sul-rio-grandense. Pesavento (1985, p. 22) destaca com relação às estâncias que “A mão-de-obra utilizada para os serviços de defesa do rebanho e da terra era constituída pelos peões – elementos subalternos do antigo bando itinerante de tropeiros do gado – ou por índios missioneiros”.

Além desses, salienta-se a presença efetiva do africano no sul do País, atrelada à atividade pecuarista, embora haja registros anteriores de incursões ao sul, com finalidade de reconhecimento, das quais os africanos já participavam. A incorporação tardia do sul, como parte integrante da economia colonial, fez com que a presença do negro, também, ocorresse de forma diferenciada em relação ao restante da Colônia brasileira, onde o regime escravocrata já havia se consolidado.

Nesta linha de pensamento, Cardoso (1977, p. 271) salienta que

A economia riograndense era subsidiária da economia propriamente colonial (exportadora de produção tropical) do Brasil. Por isso a escravidão não chegou, em regra, a se desenvolver no Rio Grande do Sul com a mesma intensidade que naquelas regiões, cuja produção, sendo mais lucrativa, compensava amplo investimento de capital na compra de escravos. Não se beneficiou tampouco a economia escravocrata sulina das mesmas conjunturas favoráveis que caracterizavam a economia exportadora brasileira: nunca houve no sul um produto tipicamente tropical e colonial capaz de proporcionar os grandes lucros que a situação de quase monopólio daqueles produtos permitia.

A diferença refere-se à inserção tardia da cultura “afro” no Rio Grande do Sul e a atividade econômica desempenhada pelo escravo, ligada a pecuária e não a agricultura, a qual não exigia grandes contingentes de mão-de-obra. Até mesmo porque a pecuária já despontava como atividade primordial no Estado, onde a agricultura era desenvolvida somente para subsistência, sem fins comerciais. No Rio Grande do Sul a servidão estendeu-se do século XVII até o século XIX, na qual o escravo gaúcho desempenhou tarefas importantes na construção do futuro Estado

gaúcho, tanto no meio rural quanto no urbano (BRUM NETO, 2007).

A primeira atuação do escravo no Estado, no que se refere ao trabalho na economia sulina, ocorreu nas estâncias de criação de gado. Com a multiplicação destas, a partir de 1773, o negro tornou-se indispensável para desenvolver as atividades agropastoris, principalmente em Pelotas, Vale do Jacuí, São Jerônimo e Triunfo (MONTI, 1985). Porém, a presença do africano no Rio Grande do Sul, de forma mais significativa, ocorreu com a implantação da charqueada, atividade que necessitava de mão-de-obra abundante, diferente do trabalho na estância.

De acordo com Vieira; Rangel (1993, p. 22) é importante ressaltar que

A courama, como atividade econômica principal, dominou até o fim do século XVIII, quando a pecuária começa a se afirmar como prática pastoril criatória. O couro não perde, contudo, sua importância no comércio rio-grandense, mas o mercado é enriquecido pela carne salgada, que dá início ao opulento ciclo das Charqueadas.

As charqueadas abriram novas frentes e perspectivas econômicas para a pecuária gaúcha. A partir do crescimento da cafeicultura no Sudeste brasileiro, o Rio Grande do Sul torna-se abastecedor do mercado interno, através do charque, para a alimentação dos escravos das fazendas cafeeiras e da população mais pobre. Enfatiza-se, então, que a produção de charque representou o segundo ciclo da pecuária sul-rio-grandense (RODRIGUES, 2006).

Nesse sentido, Pesavento (1985, p. 23) diz que

O estabelecimento de charqueadas no Rio Grande do Sul veio criar um mercado regional para o gado, bem como um aproveitamento mais regular do rebanho. Por outro lado, intensificou-se no Sul a presença das relações escravistas de produção, proporcionadas por uma certa rentabilidade da atividade charqueadora.

O acentuado crescimento da produção de charque, também, promoveu maior procura por sesmarias no Rio Grande do Sul. Tal fato veio ao encontro dos objetivos da Coroa Portuguesa, uma vez que havia porções do espaço sul-rio-grandense ainda não ocupadas. Assim, com a indústria do charque, a ocupação do interior gaúcho acentuou-se pelas constantes distribuições de sesmarias (RODRIGUES, 2006).

As charqueadas favoreceram a organização de um sistema produtivo, uma vez que, nesta produção, a carne passa por vários processos até a obtenção do produto final, o charque. Elas também contribuíram para a geração de riquezas, acumulação de capital e ascensão da classe pecuarista. Para Vieira; Rangel (1993),

a indústria do charque contribuiu significativamente para o desenvolvimento do setor primário gaúcho, uma vez que foram noventa anos com uma atividade produtiva que marcou profundamente os setores econômico, social e político do Rio Grande do Sul.

A atividade charqueadora inseriu transformações no espaço produtivo do Rio Grande do Sul, principalmente na paisagem da porção sul, a qual se baseou, a partir desse momento, em grandes áreas produtoras de carne salgada, com inúmeros varais para secagem do produto. Segundo Bento (1976) apud Monti (1985), em quinze anos de produtividade, as 33 charqueadas de Pelotas transformaram cinco milhões de rezes em charque.

É importante destacar que, assim como o Rio Grande do Sul teve sua definição de posse atrelada a doação de sesmarias, Mata também tem sua origem a partir de uma sesmaria de campo. Esta foi doada pelo Governo Imperial a um casal de pernambucanos, o qual tinha a missão de ocupar a área e desenvolver a criação de gado. Desta forma, a pecuária, assim como no Estado gaúcho, foi a primeira atividade desenvolvida no território que mais tarde constituiria o Município em estudo.

No entanto, Brum Neto (2007) enfatiza que, embora a instalação das estâncias tenha contribuído para povoar, o Rio Grande continuava com núcleos isolados, caracterizado por pequenos povoados. Procurando sanar esta problemática, introduziu-se a colonização no sul do Brasil, com imigrantes açorianos.

Os imigrantes açorianos vieram para o território gaúcho em 1752, com o objetivo de integrar o atual Rio Grande do Sul, ainda política e economicamente isolado e, neste, desenvolver a agricultura, principalmente, através do plantio do trigo, atividade à qual já estavam habituados (HAESBAERT, 1988).

A produção do trigo no Rio Grande do Sul surgiu com a vinda dos imigrantes açorianos, a partir do século XVIII. Os mesmos constituíram-se na primeira tentativa de imigração em território gaúcho, através da política de inserção de casais, os quais deveriam ocupar o espaço e desenvolver a agricultura (policultura), em lotes de terra, em média de 372 ha, baseados na mão-de-obra familiar (THOMAS, 1976). Organizava-se, portanto, no Rio Grande do Sul, um novo segmento produtivo, e efetivava-se a dicotomia econômica pecuária e agricultura (RODRIGUES, 2006).

Os açorianos, no Rio Grande do Sul, foram instalados ao longo de três linhas naturais: a Lagoa dos Patos, sobre Porto Alegre até o Vale dos Sinos; o Jacuí até

Cachoeira e os pontos finais da navegação dos afluentes, os Vales do Piratini e do Camaquã, ocupando a Serra do Sudeste. No começo do século XIX, os açorianos passam a ocupar a Serra do Nordeste, a Depressão Periférica Sul-rio-grandense e a Campanha gaúcha. Posteriormente, voltam-se para o norte, através do rio Uruguai, utilizando pastagens do planalto oeste e central (RAMBO, 2000).

Desta forma, os imigrantes açorianos que se instalaram no Rio Grande do Sul plantavam, principalmente, o trigo, e alguns se dedicavam à criação de gado, nas zonas de campo. Outros que se estabeleceram no litoral também desenvolveram a agricultura e a pesca (MAGNOLI; OLIVEIRA; MENEGOTTO, 2001).

Seguindo essa linha de raciocínio, Pesavento (1985, p. 22) ressalta, sobre a produção de trigo, que

Cultivada em pequenas e médias propriedades, a produção foi destinada, originariamente, ao abastecimento das tropas sediadas no Rio Grande, mas a obtenção de um excedente permitiu a comercialização para o restante do Brasil, havendo inclusive o envio de trigo para o Reino.

Entretanto, a triticultura gaúcha sobreviveu enquanto tinha possibilidade de acesso ao mercado do centro do país. Posteriormente enfrentou algumas dificuldades e os açorianos destinaram-se à pecuária. A FEE (1978, p. 28) aponta que

Relegada ao desamparo oficial, sofrendo a concorrência do trigo estrangeiro e tendo a sua principal cultura assolada pela praga da “ferrugem”, a lavoura dos açorianos foi praticamente condenada ao aniquilamento, desaparecendo com ela a primeira oportunidade de se consolidar a pequena-propriedade no Estado. Seus braços foram absorvidos pela pecuária, que novamente era chamada, via produção de charque, a cumprir um papel importante na dinâmica de crescimento do país.

A configuração do espaço produtivo gaúcho, com a absorção dos açorianos pela pecuária, através das charqueadas, centrava-se, novamente, nessa atividade que predominava em toda a porção centro-sul do Estado. Pode-se dizer que, embora a tentativa de desenvolvimento da agricultura, via colonização açoriana, tivesse se efetivado, apesar de não ter logrado êxito, a pecuária jamais se sentiu ameaçada pelas iniciativas de desenvolvimento agrícola. Até mesmo porque as condições sociais e políticas que efetivaram a pecuária originaram uma elite detentora do poder local no Rio Grande do Sul essencialmente atrelada à porção centro-sul e a essa atividade.

Apesar dos esforços de ocupação, no início do século XIX, o Rio Grande do

Sul encontrava-se, ainda, muito isolado, com imensas áreas despovoadas e, com sua estrutura econômica essencialmente rural e pastoril. Na concepção de Bernardes (1997, p. 67), ressalta-se que

A malogro da colonização açoriana, não chegando a constituir os almejados núcleos de forte densidade demográfica, e a preocupação constante com a população extremamente rarefeita do extremo sul, que a atividade pastoril dificilmente poderia evitar, levaram os poderes públicos a pensar na introdução de novas correntes povoadoras na região ainda sob ameaças de invasão.

Pode-se dizer que, a partir de 1822, inicia-se uma nova fase de imigrações para o Rio Grande do Sul, através da chegada dos imigrantes alemães, italianos e eslavos. Os imigrantes ocuparam as áreas dos lotes doados, ao leste e ao norte do Estado gaúcho, pois a área de latifúndio pastoril, na porção centro-sul, já havia sido ocupada, forçando estes imigrantes a ocuparem as demais regiões gaúchas (MOREIRA, 2003).

Desprovidos de incentivos governamentais e de técnicas para se dedicarem ao cultivo de produtos destinados à exportação e por localizarem-se em terrenos declivosos, impróprios para a criação, os colonos voltaram-se às culturas de subsistência, como milho, feijão, mandioca e, como complemento, dedicaram-se, também, a pecuária leiteira e a suinocultura (FEE, 1978).

Desse modo, torna-se importante compreender a definição de agricultura de subsistência. Para Lamarche (1998, p. 70)

[...] define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro aqui é satisfazer as necessidades familiares.

Também, de acordo com Lamarche (1998, p. 76), a agricultura de subsistência é aquela em que “A produção do estabelecimento (a maior parte cultiva pequenas áreas, muitas vezes menos de 10 hectares) está destinada à alimentação familiar e apenas uma parte muito pequena da produção é comercializada”.

Salienta-se que, nas propriedades de subsistência, o objetivo principal é atender as necessidades internas e permitir a sobrevivência do grupo, destinando-se apenas o excedente à comercialização.

Neste sentido, a maior parte dos imigrantes alemães, os quais chegaram ao Estado gaúcho a partir de 1824, receberam gratuitamente lotes de 25 ha, ou seja, os

minifúndios que são denominados até hoje de colônia de terra. A partir dessa colonização, é que se introduziu o minifúndio, isto é, a pequena propriedade agrícola no Rio Grande do Sul, responsável pela produção de alimentos (MAGNOLI; OLIVEIRA; MENEGOTTO, 2001).

A implantação da imigração alemã constituiu-se num processo de transformação nos hábitos e nas técnicas agrícolas, até então, praticadas pelos luso-brasileiros. Para tanto, resgata-se Cesar (1979), quando o autor diz que os imigrantes alemães tinham o objetivo de ativar a produção agrícola, promover a ocupação dos vazios demográficos e substituir gradativamente a mão-de-obra escrava pelo trabalho livre.

Neste sentido, Roche (1969, p. 243) enfatiza que

[...] a história econômica do Rio grande do Sul se divide em dois períodos, um dos quais começa em 1715, com a formação das primeiras estâncias, e o outro em 1824, com a fundação da primeira colônia alemã. Com efeito, é à colonização alemã que o Rio Grande do Sul deve o ressurgimento de sua agricultura.

No período compreendido entre 1824 a 1875, ano em chegaram os primeiros imigrantes italianos, a agricultura foi atividade exclusiva do colono alemão. Os produtos agrícolas cultivados pelos alemães em solo gaúcho podem ser divididos em dois grupos: os de especialidade da colônia e os que possuíam papel secundário nas pequenas propriedades. O primeiro grupo compreende a cana-de-açúcar e o fumo (como culturas industriais) e a batata-inglesa, o feijão preto, a soja, o milho e a mandioca (como culturas de subsistência).

Resgata-se novamente Roche (1969, p. 558), quando o autor diz que

O aparecimento, no século XIX, de uma classe de agricultores, pequenos proprietários, constituiu, sem dúvida, um fenômeno decisivo na história econômico-social de algumas regiões do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, em cujas colônias essa classe se formou. A pequena propriedade nele representa uma força essencial, e foi ela que deu originalidade à nova fisionomia do Estado.

Diante do exposto, pode-se constatar a influência do colono alemão na construção da economia gaúcha, pois o mesmo contrapôs o latifúndio pecuarista com a implantação de uma agricultura familiar. Além disso, contribuiu significativamente para a redução da ociosidade de grandes extensões das terras do Estado⁴, embora a estrutura econômica tenha permanecido rural e pastoril por longo

⁴ Em 1824, a metade setentrional do Rio Grande do Sul, longe de ser explorada, não era mesmo

tempo.

Os colonos alemães usaram uma técnica primitiva local, a queimada, em vez de métodos agrícolas europeus para preparar a terra para o plantio. Porém, o cultivo intensivo da mesma causou uma queda rápida no rendimento, obrigando o colono a adotar o sistema de rotação de terras. Ressalta-se que mantiveram essa técnica rudimentar por longo tempo, embora o Governo tenha realizado campanhas incentivando o uso de adubo.

Roche (1969, p. 293) aponta que “A exploração do solo, que permite sua reconstituição parcial, foi obtida através da rotação de culturas, combinada com o emprego de estrume ou adubo”.

Paralelamente ao processo de imigração alemã no Estado gaúcho, Mata, também, teve a presença de colonização com imigrantes alemães. Estes ocuparam as áreas serranas do Município, nas quais não havia sido desenvolvida a atividade pecuarista. Os alemães iniciaram o povoado da localidade de Sertão e introduziram no espaço rural a agricultura. Entre as atividades de maior expressividade desenvolvidas pelos colonos, estão o fumo e o milho.

O êxito obtido pelos alemães em relação à agricultura proporcionou a introdução de novos imigrantes no sul do Brasil, a fim de povoar, desenvolver e aumentar a produção agrícola no Estado e no País, originando um mercado interno. Além disso, visava aumentar a população para desenvolver as possibilidades econômicas e defender as imensas fronteiras (BRUM NETO, 2007).

Relativo a este processo, Thomas (1976, p.22) argumenta que

Procurando aumentar a expansão da pequena propriedade trabalhada pelo colono, o Governo Imperial criou uma série de colônias sul-rio-grandense a serem ocupadas pelos imigrantes italianos [...] todas situadas acima da serra, na zona das matas de araucárias, em continuação as ocupações pelos colonos germânicos.

Teve início, então, o processo migratório Itália-Brasil, com ênfase para as regiões Sul e Sudeste do Brasil, com objetivo de incrementar a atividade agrícola. Esses imigrantes destinavam-se a tornarem-se pequenos proprietários ou trabalhadores nas fazendas de café, respectivamente.

No entanto, a imigração italiana no Estado gaúcho, a partir de 1875, ocorreu de forma diferenciada da imigração alemã, pois os lotes eram menores e deveriam ser pagos. Segundo Menegotto; Magnoli; Oliveira (2001, p. 41)

No que diz respeito aos italianos, que ingressaram a partir de 1875, chegaram à província em uma situação de desvantagem se comparada com a dos alemães, 50 anos antes. As melhores terras já se achavam ocupadas e coube aos italianos receber lotes ainda menores (25 ha) na encosta da serra. O lote era vendido a crédito e prometido subsídio para alimentação que seria concedido por um ano e foi cancelado. A única ajuda com que o imigrante italiano contou foi aquela advinda do trabalho remunerado de 15 dias por mês na abertura de estradas.

Apesar dos incentivos financeiros destinados à triticultura pelo governo imperial, a colônia italiana dedicou-se ao cultivo do milho, uma vez que a base de sua alimentação era a polenta. A uva foi a principal fruta cultivada e, aos poucos, deixou de ser apenas para a subsistência e se transformou em produto comercial, principalmente, na serra gaúcha, onde os imigrantes italianos instalaram-se inicialmente, com destaque para os municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi (MAGNOLI; OLIVEIRA; MENEGOTTO, 2001).

É importante ressaltar que a imigração italiana foi relevante para a construção do território que futuramente se constituiria no município de Mata. Os imigrantes italianos foram responsáveis pela expansão das atividades comerciais, uma vez que se estabeleceram na vila a qual atualmente é representada pela área urbana do Município. Esses imigrantes também se dirigiram para o espaço rural, optando pela porção do planalto, onde desenvolveram e incrementaram a agricultura, até então praticada pelos alemães.

Pode-se dizer, então, que foi com a chegada dos imigrantes europeus que se implantou, no Estado gaúcho, um processo de produção alternativo no espaço rural, dinamizando a produção agropecuária. Esse processo caracterizava-se, principalmente, pela exploração agrícola em pequenas propriedades com base na policultura, utilização da mão-de-obra familiar e na produção de subsistência.

Moreira; Costa (1995, p. 72) apontam sobre esta questão que “A pecuária, com o gado introduzido pelos jesuítas, e a agricultura, fortalecida em definitivo pelos imigrantes, estruturaram um espaço rural francamente dividido, dualista”.

Também, se destacam os elementos da natureza na criação de paisagens distintas no Rio Grande do Sul. Estas, cada qual com suas características peculiares, influenciaram na produção do espaço, ou seja, na maneira de ocupação e de utilização do território pelo homem (MOREIRA, 2003).

As colônias alemãs e italianas constituem, até a atualidade, recortes espaciais que se sobressaem em território gaúcho, por manterem um gênero de vida

característico, que se reflete na paisagem através de sinais que revelam a sua origem étnico-cultural.

Resgatando Moreira (2003), o mesmo salienta que o sistema de produção dos imigrantes de origem europeia era mais complexo que os sistemas de produção, até então, encontrados no Brasil, devido às culturas diversificadas e sua adaptação.

Seguindo essa linha de raciocínio, Moreira (2003, p. 49) ressalta

A agricultura colonial, historicamente destinada em parte à subsistência, caracteriza-se pela policultura: milho, trigo, batata, mandioca, feijão, frutas e hortaliças. É praticada em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar e associada à criação de gado leiteiro, suínos e aves.

Pode-se dizer, então, que os imigrantes introduziram no Rio Grande do Sul o sistema de policultura, pois os mesmos se dedicaram ao cultivo de vários produtos e à criação de animais. Esses eram destinados ao abastecimento da família e à produção de excedentes à comercialização. Com isso, foi possível, aos imigrantes, agregar valor à produção, o que representou a base da economia de exploração nesses sistemas de produção essencialmente policulturais.

A agropecuária introduzida pelos imigrantes europeus no Estado gaúcho adquirira o papel de fornecedora de produtos alimentares para o mercado nacional, principalmente, o Centro-Oeste, no qual se destacava as lavouras cafeeiras. Isso também contribuiu para o crescimento e desenvolvimento dessas colônias europeias no Rio Grande do Sul (FEE, 1978).

Brum (1988) enfatiza que essa agricultura praticada pelos imigrantes, denominada de “agricultura tradicional”, caracterizava-se pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a utilização da mão-de-obra direta. Desenvolvia-se em pequenas propriedades, com a utilização de instrumentos de trabalho simples, com técnicas de preparação do solo, cultivo e colheita que eram fruto da experiência e transmitidas por gerações. A propriedade era cultivada com mão-de-obra familiar e nela produzia-se grande variedade de produtos.

Quanto a essa policultura colonial, Moreira (2003, p. 50) menciona que

Hoje, a policultura colonial não tem mais a presença que teve no passado, pois especializou-se ou foi substituída pela agricultura empresarial. De forma desfigurada e empobrecida, subsiste em áreas de relevo acidentado, solos erodidos e minifúndios – fatores que dificultam a modernização.

A partir dessas áreas colonizadas pelos imigrantes europeus, as quais

apresentam características peculiares que permanecem até hoje, constituiu-se uma categoria de atividade agropecuária distinta, a agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Segundo Wanderley (1996, p. 43), agricultura familiar é conceituada como “[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...]”.

Complementando sobre a agricultura familiar, destaca-se Lamarche (1993, p. 15), quando o mesmo aponta

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Desta forma, pode-se dizer que, na agricultura familiar, todo o processo de organização, trabalho e meios de produção (com algumas exceções) estão baseados na unidade produtiva familiar. Salienta-se, ainda, que a agricultura familiar também apresenta uma relação com o capital, ou seja, o agricultor está integrado ao mercado e a utilização de recursos tecnológicos.

Brose (1999, p. 36), baseando-se na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), afirma que, de forma geral, a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: “A gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento; a maior parte do trabalho é realizado por membros da família e os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família”.

Nessa perspectiva, Delevati (1999, p. 99) enfatiza

Podemos ver que a agricultura familiar teve uma importância fundamental para o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. Alterando o modelo de produção da pecuária (um só produto) para a policultura. Que no decorrer de sua evolução, devido ao processo de parcelização e esgotamento do solo, houve um processo de empobrecimento destes agricultores. Mas que, apesar disso, eles continuam, atualmente, como um dos setores mais atuantes dentro da economia agropecuária do Estado.

Também, de acordo com Medeiros (2007, p. 170), baseada no Estatuto da Terra, pode-se definir como propriedade familiar

Imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros.

A agricultura familiar pode ser compreendida como uma importante estratégia de desenvolvimento, uma vez que busca dinamizar a atividade agropecuária no Rio Grande do Sul. Na sua maior parte, pode-se salientar que as propriedades familiares permitem maiores postos de trabalho, ou seja, oferecem oportunidade para os filhos de agricultores permanecerem no campo, por terem sistemas mais intensivos e diversificados de produção. Também, nestas unidades produtivas, há agricultores que encontram dificuldades em se manterem na propriedade rural. Por isso, muitos optam pela pluriatividade ou então pelo êxodo rural dos filhos como estratégias de sobrevivência.

As relações sociais de trabalho na agricultura familiar são mais intensas, Salamoni (2000, p. 230) salienta quanto ao trabalho familiar

Os membros pertencentes à unidade produtiva camponesa, envolvidos diretamente no processo produtivo, são consignados como mão-de-obra familiar. Esse termo engloba pais, filhos e outros membros consanguíneos ou não, que trabalham unidos e apresentam uma característica em comum quanto à remuneração, ou seja, nenhum desses trabalhadores recebe, em troca de seus serviços, um pagamento monetário, pelo menos não na forma de salário.

Nas unidades de produção familiares, destaca-se, ainda, a influência de fatores internos e externos. Para Jean (1998, p. 272), o futuro da propriedade familiar dependeria de fatores internos como “[...] a capacidade de adotar as inovações tecnológicas, o domínio de uma gestão sadia, a criatividade dos trabalhadores e as melhores escolhas produtivas [...]”. Também, Jean (1998, p. 272) destaca que os fatores externos referem-se “[...] à inserção nos mecanismos do mercado e à solicitude de políticas do Estado”. Desse modo, ressalta-se, principalmente, o papel do Estado com as políticas de apoio à agricultura familiar e de créditos subsidiados.

Cabe enfatizar que, para os pequenos proprietários melhorarem seu padrão de vida, uma das alternativas é a inserção deles no processo de modernização e, conseqüentemente, no mercado. Desta forma, destaca-se como principal instrumento de sua viabilização uma política de crédito que possa favorecer os mesmos, em termos de taxas diferenciadas e que, também, os juros sejam compatíveis com a capacidade de pagamento desses produtores (SILVA, 1999).

A partir disso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) consiste em um programa de crédito do Governo Federal de apoio à

agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. Este programa tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, a fim de que esta passe a se caracterizar como geradora de postos de trabalho e de renda.

Ferreira; Silveira; Garcia (2001, p. 497) a esse respeito ressaltam que

[...] o PRONAF constitui um dos principais instrumentos de financiamento de produtores rurais no país. Sua novidade está em ter definido o agricultor familiar como público-alvo exclusivo, reconhecendo, enfim, que sua importância na produção de alimentos e matérias-primas não vinha recebendo o necessário suporte governamental.

O PRONAF visa fortalecer a agricultura familiar através de apoio técnico e financeiro à pequena produção. Tal incentivo propõe aumentar a produção agrícola, gerar ocupações produtivas, viabilizar infraestruturas rurais promovendo melhoria no desempenho produtivo e na qualidade de vida dos agricultores.

Pode-se dizer que o PRONAF é uma conquista dos trabalhadores rurais que almejavam uma política de crédito que favorecesse os pequenos agricultores de baixa renda. Nota-se que as taxas de juros praticadas no PRONAF são privilegiadas, ou seja, com juros inferiores ao crédito agrícola tradicional, com uma trajetória descendente desde sua criação (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

Enfatiza-se que a agricultura familiar predomina nos estabelecimentos agropecuários em Mata. Essa relação de trabalho proporciona a permanência dos filhos e familiares de produtores rurais no campo. A maioria desses produtores também utiliza os financiamentos do PRONAF para investirem nas atividades agropecuárias.

O crédito rural, através do PRONAF, de certa forma, constitui-se em um instrumento viabilizador para a permanência dos pequenos agricultores nos espaços rurais, fomentando as mais diversas formas de atividades, de geração de trabalho e renda. Também se deve destacar que, ao estimular a atividade familiar no campo e, simultaneamente, o aumento da produção, o grande desafio estará na solução estrutural para uma importante questão social e econômica do país.

1.2 O processo de modernização das atividades agropecuárias no Rio Grande do Sul

Nas últimas décadas, o espaço rural brasileiro vem se transformando em

decorrência, principalmente, da modernização do campo. Esta é proporcionada, geralmente, pela inserção do capital e das técnicas nas atividades agropecuárias.

Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 141), é relevante destacar que

[...] a década de 70 é a que presencia as mais profundas transformações no meio rural brasileiro, estimuladas e conjugadas a um largo espectro de modificações por que passa a estrutura econômica da sociedade e que tem início em anos anteriores. Nesta análise, deve ser salientada: o rápido processo de urbanização que muda o aspecto do país de rural para urbano [...] o crescimento acentuado do comércio exterior, notadamente a partir da segunda metade dos anos 60; a alteração na base técnica da produção rural, com ampla absorção de capital; e a definição de um sistema nacional de crédito rural, que motiva e sustenta o processo de modernização do setor agrário.

Entende-se que a modernização da agricultura brasileira é um processo e teve início após a Segunda Guerra Mundial, quando se intensificou a industrialização do país, com a finalidade de substituir as importações e ampliar a oferta de produtos alimentares. A industrialização passou a considerar a agricultura como importante mercado de consumo dos bens e serviços produzidos na cidade. Assim, houve um aumento da dependência da agricultura com relação à indústria no sentido de fornecedora de bens agrícolas e de consumidora de bens industriais, como insumos, máquinas e fertilizantes (CERON; SANCHES, 1991).

Beskow (1986, p. 142) aponta que

A nível da exploração agrícola capitalista, a mecanização das etapas da produção agrícola revela o processo de industrialização da agricultura, expresso na crescente utilização de meios de produção de origem industrial, reflexo do aprofundamento da divisão interna do trabalho entre cidade e campo, indústria e agricultura.

É importante ressaltar que um dos fatores que favoreceu a modernização da agricultura foi o programa da Revolução Verde. Este consistia em um pacote tecnológico, financiado por empresas multinacionais, que tinha como meta contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências genéticas vegetais, proporcionando a criação e multiplicidade de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistências às pragas e doenças. Também tinha como preocupação auxiliar na descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais, utilizando-se de máquinas, equipamentos, agrotóxicos e fertilizantes mais modernos e eficientes. Tal fato justifica-se pela necessidade do aumento da produção e produtividade agrícola devido ao novo modelo econômico que a agricultura assumia (BRUM, 1988).

Ainda de acordo com Brum (1988), o processo de modernização conservadora⁵ da agricultura, incentivado pela Revolução Verde, no Rio Grande do Sul e no Brasil, iniciou na região do Planalto Gaúcho, principalmente, com os incentivos e impulsos dados à triticultura moderna no Estado.

Com o avanço e desenvolvimento das técnicas de produção, além do aumento da demanda pelos produtos agrícolas, a industrialização modificou o espaço rural. Tal fato proporcionou o desenvolvimento de um novo processo produtivo e, também, reorganizou o arranjo sócio-espacial do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, Paiva (1971) apud Ceron; Gerardi (1984, p. 3) conceitua modernização agrícola como “[...] processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas”.

Também, para Brum (1988, p. 60), o fenômeno da modernização da agricultura pode ser definido como

[...] o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de técnicas e métodos de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheitas mais sofisticados. Em outras palavras: modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura. Nesse sentido, o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados.

Pode-se dizer, então, que a modernização agrícola desenvolveu-se a partir do emprego de técnicas modernas nas atividades agrícolas que exigem o uso de capital. A expressão material dessa renovação tecnológica reflete-se pelo alto uso de máquinas e de produtos da indústria química, visando o aumento da produção e produtividade agrícola. A utilização dessas técnicas modernas no processo produtivo vai interferir nas formas de organização da produção.

Entende-se que essa técnica constitui-se em um progresso histórico, um fator fundamental ao desenvolvimento da sociedade e em um importante instrumento de expansão do capital pelas alterações que promove nas relações de produção (FEE, 1978).

A respeito do processo de modernização da agricultura, De David (1996, p.

⁵ Modernização conservadora compreende o processo de modernização da agricultura que tem por objetivo o aumento da produção e produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, representada pelo uso de máquinas, defensivos e insumos agrícolas modernos, mas sem modificar ou alterar significativamente a estrutura fundiária (BRUM, 1988).

147) diz que

O aperfeiçoamento das técnicas de mecanização, irrigação, insumos modernos, entre outros, proporcionou o aumento da produtividade e o conseqüente aumento da geração de excedentes, possibilitando a transformação da agricultura de moldes tradicionais em uma agricultura moderna, capitalista.

Conseqüentemente, a modernização da agricultura proporcionou mudanças significativas no espaço rural, atingindo várias áreas produtoras e atribuindo um novo rumo à produção agrícola. Esta tem como principais implicações a ampliação da produtividade, a produção, a maximização dos lucros e a concentração fundiária. Também, ocasionou a inserção do mercado nacional na economia internacional globalizada.

Há que se ressaltar que o conceito de modernização não está associado apenas à mecanização e tecnificação da agricultura. Esta pode ser definida, também, como um processo de modificações nas relações sociais de produção, pois se destina, principalmente, ao mercado, ou seja, o objetivo principal passa a ser o lucro e, conseqüentemente, a acumulação. Além disso, ocorre uma transformação capitalista da agricultura, havendo uma especialização da mesma para a monocultura (BRUM, 1988).

Segundo Silva (1999), as inovações do progresso tecnológico na agricultura são representadas pelas inovações mecânicas, as quais afetam a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; as inovações físico-químicas, que modificam as condições naturais do solo; as inovações biológicas, por meio de variedades melhoradas que afetam a velocidade do período de produção, e as inovações agrônômicas as quais consistem em novos procedimentos, métodos e práticas culturais.

Com a mecanização das atividades agrícolas, exige-se, também, a modernização paralela de outras atividades complementares ou de apoio relacionados ao espaço rural, como a comercialização, os transportes, a energia, as pesquisas e o armazenamento, entre outros fatores.

A expansão da modernização agrícola depende da adoção e da difusão das técnicas. A adoção constitui-se em um processo decisório dos agricultores, no qual eles optam se devem substituir suas técnicas para não ficarem fora dos padrões produtivos, não tendo como concorrer no mercado, ou seja, apresenta um caráter econômico. Já a difusão da tecnologia moderna depende da vantagem econômica

das técnicas modernas sobre as tradicionais e de fatores, como facilidade de crédito, disponibilidade de conhecimentos técnicos e de recursos materiais dos agricultores. Nos países em desenvolvimento, o poder público procura garanti-los através da pesquisa, assistência técnica, crédito rural, entre outros (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1976).

As relações sociais de trabalho, com o processo de modernização da agricultura, também sofreram significativas transformações, as quais se materializam frente às novas formas produtivas, formas de gestão e de organização do processo produtivo. Neste sentido, Ceron; Gerardi (1984, p. 28) apontam que

[...] a introdução do trator nos cuidados de preparação da terra e sementeira, e dos defensivos químicos nos tratamentos culturais, reduzem de modo drástico a necessidade de mão-de-obra nestas fases do trabalho agrícola. Em consequência, trabalhadores residentes ou permanentes começaram a ser dispensados tanto porque sua dispensa liberava o proprietário do pagamento de encargos sociais.

A modernização agrícola, constituída por um número expressivo de inovações tecnológicas, acarretou transformações não apenas no modo de produzir na agricultura, mas na própria composição e estrutura social rural, uma vez que uma parcela majoritária da população habitava em espaços rurais. Entre essas, se ressaltam: a redução da força de trabalho familiar em favor da assalariada, principalmente a temporária, nas lavouras modernizadas; a queda dos salários e a exigência de mão-de-obra especializada para operar as máquinas; o êxodo rural de trabalhadores e pequenos produtores rurais para os centros urbanos; a valorização da terra e o aumento da concentração da propriedade fundiária, uma vez que os pequenos proprietários não tinham como se manter no campo, devido aos custos da adesão à modernização e as dificuldades de comercialização de seus produtos, e vendiam suas terras.

Nessa linha de raciocínio, Silva (1999, p. 23) argumenta que

A introdução de novos processos técnicos, como a mecanização, a adubação química, a irrigação, etc., as transformações nas relações sociais de trabalho, a divisão mais eficiente das tarefas agrícolas, enfim as modificações destinadas a incrementar a produtividade na agricultura, se traduzem não apenas no aumento do trabalho excedente da própria agricultura: elas contribuem, também, para rebaixar o valor da força de trabalho na sociedade como um todo. Em outras palavras, contribuem para elevar a taxa geral de mais-valia e, assim, para a acumulação de capital.

Esse processo de mudança nas relações de trabalho, decorrente, principalmente, da mecanização, contribui não apenas dispensando a mão-de-obra

das atividades agrícolas no campo, mas, também, colocando algumas famílias de pequenos agricultores ou alguns membros das mesmas, no mercado de trabalho, geralmente, nos centros urbanos.

É relevante destacar de acordo com Silva (1999, p. 59) que

A inserção clássica da família camponesa nos mercados capitalistas não se faz apenas pelo mercado de insumos ou de produtos, mas também pelo mercado de trabalho. São os filhos e filhas, quando não os próprios pai e mãe, que buscam trabalho assalariado fora da unidade produtiva como forma de complementar a renda familiar e garantir, assim, a sua própria reprodução (e talvez alguma ascensão social, via educação formal ou informal).

Enfatiza-se que nessas unidades produtivas há dificuldades dos pequenos agricultores em se manterem no estabelecimento rural. Para isso, muitos optam pela pluriatividade como estratégia de sobrevivência.

Schneider (2003, p. 112) aponta com relação à pluriatividade que

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

A pluriatividade pode ser entendida como a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, na qual alguns membros de uma mesma família, geralmente os jovens, fazem uso para complementar e ampliar a renda familiar.

De acordo com Schneider (1999, p. 116) pode-se dizer que

[...] a pluriatividade redefiniu o processo de produção das pequenas propriedades rurais e alterou as estratégias de reprodução das famílias rurais mediante a crescente participação das fontes de rendas não-agrícolas nas unidades familiares.

O recurso às atividades não-agrícolas é uma prática que está se tornando frequente na sociedade, e tem sido analisada como uma característica intrínseca à agricultura familiar, isto é, como uma estratégia de reprodução social do grupo doméstico, frente a situações adversas.

Em Mata a pluriatividade, também, está presente no seu espaço rural. Muitos trabalhadores rurais trabalham em atividades não-agrícolas paralelamente as agrícolas, as quais se tornam em alternativas para aumentar a renda familiar.

Com a modernização ocorre a desistência do homem do campo frente às dificuldades enfrentadas para sua sobrevivência no meio rural. Sua reprodução é

crescente, a oferta de emprego é minimizada pela incorporação da tecnologia no espaço rural, que substitui gradativamente a mão-de-obra humana, pois, enquanto as grandes lavouras aumentaram a produção, houve um decréscimo no número de pessoas empregadas. Assim, diminuiu-se a população residente e ocupada no meio rural e surge a intensa transferência de agricultores do campo para a cidade, associado a um processo de industrialização que faz crescer a subocupação, o desemprego e a marginalidade na periferia das cidades.

Silva (1999, p. 119), refletindo sobre as consequências da modernização, assina que

A intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes da “inchação” das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente.

Referindo-se as mudanças nas relações de trabalho, Küchemann (1980, p.131) diz que “[...] a crescente mecanização da lavoura, na medida em que substitui a força de trabalho humana pela máquina, contribui para aumentar o potencial humano não-aproveitado ou indevidamente aproveitado no campo”.

Pode-se dizer, então, que a modernização da agricultura tornou-se um problema aos pequenos agricultores e seus filhos. Muitos deles que não conseguiram investir na compra de novas áreas e em tecnologias para as atividades agrícolas enfrentaram dificuldades para se manter no campo e migraram ou, ainda, tornaram-se trabalhadores assalariados. Os pequenos agricultores que permaneceram no campo ficaram dependentes de um único produto e precisaram investir em alternativas viáveis para a sua manutenção, como a diversificação das atividades nos estabelecimentos agropecuários e agregação de valor à produção, buscando o desenvolvimento dos mesmos e das atividades agropecuárias.

Diante disso, o desenvolvimento da industrialização do meio rural está marcado por um processo desigual de produção e trabalho. De um lado, está a mão-de-obra familiar, geralmente, concentrada nas pequenas e médias unidades produtivas, as quais se apresentam como uma estratégia de emprego aos membros da família. Por outro lado, nos grandes estabelecimentos, representados pelas lavouras modernizadas, amplia-se o trabalho assalariado, geralmente o temporário, caracterizando as mesmas como geradoras de empregos sazonais. Porém, nos grandes e médios estabelecimentos, também, está aumentando a participação da

mão-de-obra familiar.

Nesse contexto, a expansão da modernização da agricultura e o desenvolvimento do setor rural estão vinculados às políticas públicas agrícolas. De acordo com Silva (1999), as políticas agrícolas, em geral, consistem em estimular a oferta de produtos agrícolas, de maneira geral, via crédito subsidiado ou por meio de medidas específicas. Foi a partir da década de 70 que as mesmas passaram a ser diferenciadas pelo tipo de produtor (pequeno, médio ou grande), as quais estabeleceram taxas diferenciadas para os empréstimos do crédito rural.

Ainda Silva (1999, p. 129) a esse respeito afirma que

As políticas agrícolas são, hoje, dirigidas a um público muito mais diferenciado, seja porquanto o desenvolvimento capitalista acelerou os processos internos de diferenciação da pequena produção, seja porque o alcance dos instrumentos dessas políticas se tornou mais abrangente (e, em contrapartida, os produtores tornaram-se mais dependentes das decisões de política).

As políticas agrícolas financiadas pelo governo nacional apresentam um significativo incentivo aos cultivos que visam o mercado internacional. Essa situação permite que a elevada renda advinda das exportações, principalmente com a soja, possa financiar outros ramos da economia brasileira.

Há que se ressaltar, também, a importância da atuação das políticas agrícolas no processo de desenvolvimento do espaço rural, uma vez que essas buscam organizar, dinamizar e aumentar a produtividade da agropecuária brasileira. Entre essas políticas está o crédito rural, que segundo Belik; Paulillo (2009, p. 3), enfatiza-se que

O crédito rural foi o vetor da modernização no Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos, articulou-se toda uma cadeia de atividades [...]. Em torno do crédito rural gravitaram as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas a agroindustrialização das matérias-primas do campo.

O crédito rural tornou-se, então, em um dos instrumentos que impulsionou e, ainda, viabiliza o processo de modernização agropecuária, pois o mesmo possibilita a transformação e a difusão de técnicas nos estabelecimentos agropecuários e contribui para o aumento da produtividade. Entretanto, estes financiamentos deixam os produtores rurais dependentes dos auxílios governamentais. Brum (1988, p. 88) aponta nessa perspectiva que

O sistema de crédito rural orientado subordinou o agricultor à fiscalização e à assistência técnica. Introduziu-o, assim, de forma maciça no “pacote tecnológico” da modernização. Ao lado de certas vantagens e benefícios – às vezes mais aparentes do que reais – na verdade, tornou o agricultor dependente do mercado econômico e o introduziu num processo do qual é difícil retroceder.

A utilização do crédito rural pelo agricultor tornou-se frequente no Brasil, o que, muitas vezes, pode levar ao seu endividamento. Tal fato é consequência da dependência do agricultor com a instituição financeira, uma vez que as terras e o maquinário ficam alienados ao banco, ou são vendidos para quitar a dívida. Isso ocorre, principalmente, com o pequeno produtor, que depende da renda da safra. Dessa forma, se ocorrer uma “quebra” da mesma, não gera renda e, conseqüentemente, suas dívidas vão acumulando nos órgãos financeiros. Entre os principais fatores dessa dependência, estão: o papel da agropecuária no contexto político e econômico, os aumentos das taxas de juros e dos preços das máquinas e insumos agrícolas, as perdas das safras e a queda dos preços dos produtos no mercado.

Nessa linha de raciocínio, Ceron; Gerardi (1984, p. 28) salientam

Também é certo que a modernização da agricultura jamais se fez de maneira auto-sustentada, dependendo sempre de subsídios para aquisição de tratores, defensivos, fertilizantes etc., do que se deduz que as áreas modernizadas sempre e cada vez mais necessitarão de recursos creditícios para continuar o processo de modernização.

A exemplo do que ocorreu no Estado gaúcho, em Mata os produtores rurais também utilizam-se dos sistemas de crédito. Eles inseriram-se no processo de financiamento para realizarem o plantio dos cultivos, principalmente, de arroz e fumo, aumentarem a produtividade e viabilizarem a modernização em seus estabelecimentos agropecuários, através da aquisição de máquinas e melhorias técnicas. Dessa forma, os produtores rurais do Município buscam, via crédito agrícola, impulsionar as suas atividades rurais.

Aponta-se que não é somente o crédito rural que constitui um instrumento das políticas públicas agrícolas, pois, também, se destaca a extensão rural. A esse respeito, Küchemann (1980, p. 88) enfatiza

Ao lado de uma série de programas e providências de estímulo e amparo ao setor primário que visam ao aumento da produtividade e da produção nas áreas tradicionais e à expansão da fronteira agrícola, tais como: crédito rural, garantias de preços mínimos ao agricultor, criação da facilidade de comercialização dos produtos, empreendimentos de colonização e outros, a

extensão rural é um instrumento de ação que envolve não somente os agricultores, mas também as suas famílias e as comunidades rurais.

Pode-se salientar que a extensão rural atua não só em relação aos aspectos econômicos do processo produtivo, mas, também, aos relacionados à ação humana, como novos conhecimentos, atitudes e hábitos com relação à produção, comercialização, administração do estabelecimento e do lar, alimentação, saúde, habitação. Ou seja, a extensão rural visa atender não apenas o produtor, como a população rural como um todo (KÜCHEMANN, 1980).

Em Mata a extensão rural é representada pela EMATER. Este órgão governamental está atrelado diretamente ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e ao funcionamento nos estabelecimentos agropecuários. Tal fato ocorre através de práticas agrícolas e de iniciativas que viabilizem o bem estar dos proprietários rurais.

Segundo Rodrigues (2006, p. 75), deve-se considerar que

As transformações pelas quais passou e passa a economia, não só do Rio Grande do Sul, mas também, de todo o país, está diretamente atrelada às decisões e atitudes dos governantes, que se constituem em agentes responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas, as quais buscam atender as necessidades dos setores econômicos e sociais da sociedade. Salienta-se, também, a dependência e vulnerabilidade da economia brasileira às conjunturas internacionais, o que a torna mais dependente do planejamento e das políticas públicas, sobretudo, das ações voltadas ao setor agropecuário.

Diante do exposto, pode-se enfatizar que o governo é o principal viabilizador das transformações e da modernização das atividades agropecuárias, através dos mecanismos de políticas agrícolas e, principalmente, de créditos rurais subsidiados. Dessa forma, a modernização foi possível através da inserção de três indicadores: uso de tratores, fertilizantes e do crédito rural.

A modernização agrícola possibilitou o surgimento no Estado de um importante mercado consumidor para bens de capital e, conseqüentemente, de um parque industrial responsável pela fabricação de tratores, colheitadeiras, fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros (TAMBARA, 1983).

A modernização da agricultura, representada pela utilização da técnica, mecanização e insumos, provocou a expansão da lavoura empresarial em relação à agricultura familiar. De acordo com a FEE (1978, p. 88) a lavoura empresarial é definida como

[...] aquele segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção, isto é, com separação dos meios de produção do trabalhador, visa a contínua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes, etc.) e emprego de força de trabalho permanente e temporária, usando a efetividade desta, combinação terra própria ou arrendada.

A lavoura modernizada e competitiva modificou a estrutura produtiva do setor agrícola do Rio Grande do Sul, pois introduziu relações capitalistas de produção e rearticulou as já existentes. Através dessa lavoura, tende-se a concentrar, cada vez mais, terra, capital, crédito rural, assistência técnica, entre outros mecanismos, os quais prejudicam e desanimam os pequenos proprietários rurais, que não conseguem se inserir no processo produtivo necessário para as lavouras modernas.

No processo modernizante da agricultura, destaca-se a cultura irrigada da lavoura de arroz. Com as inovações introduzidas e com a utilização de áreas propícias, o arroz expande a sua produção significativamente, sendo considerada a primeira lavoura capitalizada do Estado gaúcho.

Dessa forma, Küchemann (1980, p. 141) ressalta

A mecanização da lavoura no Rio Grande do Sul se iniciou praticamente em 1920 com a cultura irrigada e mecanizada do arroz. Desde então, a agricultura do Estado apresenta um novo caráter: gradativamente a força de trabalho humana vai sendo substituída pelo uso da máquina, tanto na plantação como na colheita. A tração animal cai cedendo, aos poucos, lugar aos tratores.

A lavoura de arroz caracterizou a introdução da utilização de capital no campo, ou seja, uma lavoura com a produção atrelada ao uso de máquinas, insumos, tecnologias mais sofisticadas, além da irrigação e do arrendamento. Essa lavoura, também, provocou alterações nas relações de trabalho, pois foi a partir dela que se iniciou a substituição do trabalho humano pela máquina.

Nessa linha de pensamento, Beskow (1986, p. 28) argumenta que

A produção em grande escala de arroz no RS, desde o seu início, na primeira década do século, caracterizou-se pelo predomínio do trabalho assalariado, pela separação do arrendatário-capitalista do proprietário de terras na organização do processo produtivo, pela formação da renda fundiária capitalista, pela utilização de meios de produção agrícola produzidos industrialmente e pela produção destinada basicamente aos mercados consumidores urbanos.

Dentre as condições para o desenvolvimento da lavoura capitalista de arroz, no início do século XX, estão as condições de alta rentabilidade dada por um mercado consumidor urbano em ascensão e a existência de capital e força de

trabalho em regiões com condições naturais favoráveis ao seu cultivo (CASTRO, 1979 apud BRUM, 1988).

O desenvolvimento da lavoura de arroz também está associado à política pública do Governo Federal de substituição de importações deste produto, ao crescimento do mercado urbano consumidor e, posteriormente, ao crédito rural subsidiado. Em função do aumento dos impostos de importação, favoreceram-se as condições de lucratividade na produção deste produto para o abastecimento dos principais centros urbanos do país. Enfatiza-se que a lavoura capitalista de arroz no Rio Grande do Sul não está concentrada nas regiões de colonização produtoras de alimentos. A mesma surge nos municípios da Depressão Periférica Sul-rio-grandense e do litoral ocidental próximo à Laguna dos Patos (BESKOW, 1986).

Cabe salientar que, em Mata, o cultivo de arroz está presente antes mesmo de sua emancipação política em 1965. Assim, como no Rio Grande do Sul, este cultivo caracteriza-se por ser uma das primeiras lavouras de caráter empresarial no Município, principalmente, pelo emprego de máquinas, técnicas e mão-de-obra assalariada.

A lavoura modernizada do arroz introduziu no tradicional meio rural gaúcho aspectos importantes, na qual a mesma esteve alicerçada como: predomínio do trabalho assalariado, mecanização, irrigação e o arrendamento capitalista da terra.

Paralelamente ao início da mecanização da lavoura de arroz irrigado no Rio Grande do Sul, a partir da década de 20, destaca-se a fase de modernização da pecuária gaúcha. Esta ganhou novas oportunidades de desenvolvimento, no cenário econômico, com a inserção dos frigoríficos de capital internacional. Segundo Rodrigues (2006, p. 35)

[...] juntamente com a atividade charqueadora, a partir de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, introduz-se no Estado e no cenário econômico a indústria frigorífica estrangeira e com ela abriram-se novas oportunidades para a pecuária rio-grandense participar mais ativamente no mercado nacional e internacional.

Os frigoríficos possuem grande relevância para a economia gaúcha, uma vez que essas unidades capitalistas viabilizam a venda do gado para os pecuaristas. Assim, a prioridade dos abates deixa de ser das charqueadas e passa aos frigoríficos, inseridos no Estado. Esses, também, originaram maior diversidade na utilização da carne e subprodutos derivados dos abates de gado (RODRIGUES, 2006).

Resgata-se, novamente, Rodrigues (2006, p. 37), quando a autora diz que

Com o declínio produtivo das charqueadas, a pecuária gaúcha se reestrutura através dos frigoríficos. Foi através da frigorificação da carne abatida, ou seja, da industrialização propriamente dita da atividade pecuarista que o Rio Grande do Sul penetra no sistema capitalista de produção e inaugura o terceiro ciclo da economia pecuarista.

Com a industrialização, a pecuária passou por um processo de seleção do seu rebanho, principalmente, pelas exigências do mercado consumidor, cada vez mais exigente. Tal fato promoveu o melhoramento genético das raças que constituem o rebanho gaúcho para facilitar a sua inserção no mercado competitivo.

Para o município de Mata, a implantação dos frigoríficos também representou importante papel. Através dessa indústria, alguns pecuaristas passaram a melhorar a qualidade genética dos rebanhos para efetuarem a comercialização. No Município, alguns produtores rurais vendem gado para os frigoríficos regionais.

Considerando os produtos agrícolas, é possível, segundo Brum (1988), apontar três fases que marcaram o processo de modernização da agricultura ocorrido no pós-guerra no Rio Grande do Sul, implicando em significativas transformações no sistema produtivo gaúcho e, conseqüentemente, espaciais. A primeira fase, que foi até o início da década de 70, esteve centrada na produção de trigo e tinha a soja como lavoura secundária. A história do trigo no Estado gaúcho começou com os açorianos e, posteriormente, com os imigrantes italianos em pequenos estabelecimentos agropecuários.

A triticultura desenvolveu-se, principalmente, na região do Planalto Gaúcho, que foi identificada como uma área de mercado potencial, iniciando o processo de modernização da agricultura na região. Através da mesma, começava-se a implantar o processo de transformações nas técnicas de cultivo e manejo do solo, como, também, nas relações sociais de produção, refletindo nos aspectos da economia e da sociedade.

De acordo com a FEE (1978, P. 53) destaca-se que

Embora a mecanização da lavoura gaúcha tivesse iniciado com o arroz, a verdadeira revolução que esta experimentou deve-se, sem dúvida, ao trigo, já que foi a triticultura que permitiu que o ritmo de mecanização da lavoura se desse de forma mais acelerada.

A partir disso, enfatiza-se que o processo de modernização da agricultura foi, inicialmente, representado pela produção de arroz, que, juntamente com o trigo,

proporcionou o desenvolvimento da lavoura capitalizada no Rio Grande do Sul.

Esse novo sistema de produção, vinculado à aplicação de técnicas e métodos capitalistas de produção e comercialização, surge para substituir o sistema de policultura, com caráter de lavoura de subsistência, e buscou recuperar a economia do espaço rural do Estado gaúcho, que estava em crise. Assim, o início da transformação ocorre com a ascensão do trigo como principal produto de vanguarda em termos de produção e de incentivos governamentais, resultando na consolidação do binômio trigo-soja, a partir da década de 60, em detrimento do sistema de policultura (TAMBARA, 1983).

É importante enfatizar que o trigo sempre obteve incentivos governamentais através de créditos subsidiados. Como a pequena produção interna era insuficiente para atender ao consumo do país, o Brasil importava trigo e farinha de trigo, havendo a necessidade de maiores importações com o crescente consumo deste cereal, proveniente da industrialização e da urbanização após a Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, o governo passou a reforçar os incentivos, visando o aumento da produção interna de trigo para o abastecimento das populações urbanas, uma vez que este se constitui em um produto importante na dieta da classe trabalhadora. Além disso, tal situação permitiu diminuir as importações, favorecendo o desenvolvimento da economia brasileira (BRUM, 1988). Porém, atualmente, o trigo continua sofrendo a concorrência do produto estrangeiro, principalmente, o argentino.

A agricultura do Rio Grande do Sul buscou, através das lavouras empresariais do arroz e do trigo, se articular ao centro econômico nacional. Isso porque a lavoura modernizada apresentava as condições de gerar, pela mecanização, uma maior oferta de alimentos e matérias-primas requeridos pelos setores urbanos e industriais.

A década de 70, em especial o período de 1972-1978, é marcada pela segunda fase da modernização no Rio Grande do Sul. A mesma é liderada pela expansão da lavoura de soja, passando o trigo a uma posição secundária e declinante, principalmente, pela baixa produtividade e pelas frustrações de safras. Essa fase coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. E em torno da cultura da soja se ampliou e consolidou definitivamente o processo de modernização da agricultura na região Sul e no país (BRUM, 1988).

A expansão das lavouras de soja foi o principal agente modernizador da

agricultura sul-rio-grandense a partir da década de 1970. Seu desenvolvimento deve-se, principalmente, às indústrias de óleos vegetais, ao crescente consumo mundial, aos estímulos governamentais e aos altos preços que essa cultura obteve no mercado internacional, uma vez que esse cultivo caracteriza-se como lavoura agroexportadora.

Schneider (1999), também, destaca alguns aspectos fundamentais para a rápida expansão da soja no Rio Grande do Sul. Entre estes estão a entrada de grandes empresas multinacionais fabricantes de máquinas e implementos agrícolas; a disseminação do uso de insumos industriais como os agrotóxicos; a demanda internacional pelo produto e as condições favoráveis à exportação e à criação do sistema de crédito.

Produzida, geralmente, em médios e grandes estabelecimentos rurais, a soja destina-se, em parte, à exportação. Seu cultivo provocou grandes alterações no espaço rural sul-rio-grandense, principalmente no planalto, com a substituição de produtos alimentares pelo plantio da mesma. Essa monocultura, também, ocasionou o esgotamento do solo e a poluição dos rios pelo uso excessivo de agrotóxicos, entre outros (MOREIRA, 2003).

Foi a partir da expansão da cultura da soja que se consolidou a articulação da economia agrícola gaúcha com o pólo dinâmico nacional. Segundo Carrion Junior (1981, p. 36), “A soja sacudiu, sem dúvida, a estrutura primária gaúcha, indicando que caminhos mais eficazes poderiam ser buscados, sem, contudo, ter-se transformado no caminho por excelência”.

Ainda, Carrion Junior (1981, p. 32) considera que

[...] a partir da década de 60, em decorrência de algumas alterações internas e com o aumento progressivo da importância de segmentos industriais mais sofisticados, [...] cresce na agricultura regional a lavoura empresarial, ganhando o papel de geradora de divisas essenciais ao novo desenvolvimento industrial, ocupando neste particular, a soja um lugar estratégico.

O binômio trigo-soja proporcionou o desenvolvimento econômico e uma alta lucratividade para a matriz produtiva do Rio Grande do Sul. Esse fato foi favorecido por serem culturas consorciadas devido às suas características sazonais, ou seja, são produtos cultivados nas mesmas terras, apenas alternando os períodos de cultivos, a soja no verão e o trigo no inverno, aproveitando a utilização das mesmas máquinas, implementos agrícolas e a adubação do solo. A produção de soja,

também, estendeu-se pelo interior do Rio Grande do Sul, atingindo áreas destinadas à pecuária, principalmente, na porção centro-oeste.

Pode-se dizer que a expansão da soja no Município em estudo está atrelada ao processo de desenvolvimento da mesma no Estado gaúcho. Destaca-se que o cultivo de soja fazia-se presente em Mata anterior à década de 70. Entretanto, foi no período entre 1975 e 1980, quando tem ênfase o processo de modernização agrícola gaúcha, que ocorreu a expansão da produção dessa cultura no Município, voltada, principalmente, para o mercado regional e externo.

Desse modo, ressalta-se que foi a partir de 1970 que se efetiva no Rio Grande do Sul um intenso processo de transformação no seu espaço rural, representado pela inserção de tecnologias modernas. A esse respeito, Schneider (2003, p. 145) diz que

O primeiro período de transformação estrutural do Rio Grande do Sul promoveu a “euforia” da modernização produtiva, iniciada na década de 1970, quando os governos militares empreenderam uma inédita transformação de algumas regiões agrárias brasileiras (em especial no Centro-Sul), retirando-as do seu atraso tecnológico e inserindo-as em circuitos propriamente capitalistas – o que permitiu não apenas a constituição de novas estruturas de produção, mas também o desenvolvimento de uma nova racionalidade de gestão agrícola.

Embora o Rio Grande do Sul tivesse uma lavoura diversificada, o setor agrícola apresentava apenas três culturas com peso significativo na sua produção. A trajetória da lavoura modernizada foi marcada pela expansão de produtos destinados ao abastecimento interno, com o arroz e o trigo, e de um produto de exportação com grande penetração e intensidade no mercado externo, a soja. Estes cultivos, através do uso intensivo de equipamentos e insumos modernos, asseguraram à agricultura do Estado a condição de uma das mais capitalizadas do país (FEE, 1978).

Ainda de acordo com a FEE (1978), enfatiza-se que os cultivos de arroz, trigo e soja nos pequenos estabelecimentos rurais vêm perdendo, progressivamente, espaço no Estado gaúcho. Entre os fatores responsáveis por esse declínio, citam-se as restrições impostas pelas bases da produção minifundiária com relação ao seu crescimento, como a reduzida extensão da terra e a geração de recursos, dificultando a utilização de técnicas modernas. Assim, é nos médios e grandes estabelecimentos que há maiores possibilidades de se produzir compativelmente com as tecnologias disponíveis e, também, neles que se percebe, com maior ênfase,

o processo de modernização das atividades agropecuárias.

A elevada renda e o avanço da lavoura modernizada desencadearam um sistema econômico baseado no arrendamento capitalista da terra. Através deste se explora parte dos meios de produção, ou seja, verifica-se um rearranjo no uso do solo, e beneficia-se o proprietário rural, pois se canaliza para ele parte do excedente gerado como forma de pagamento por ter usufruído das potencialidades físicas e, algumas vezes, das infraestruturas da terra arrendada.

A respeito da expansão da soja em áreas de pecuária tradicional, a FEE (1978, p. 37) argumenta

Considerando que a lavoura empresarial necessita terras com características adequadas para a sua produção, e que uma significativa parcela dessas terras se distribui por regiões onde predomina o latifúndio pastoril, pode-se deduzir que os estabelecimentos ocupados sob o regime de arrendamento são, em grande parte, propriedades de pecuaristas, e que as principais lavouras cultivadas em áreas arrendadas pertencem ao segmento mais moderno da agricultura gaúcha.

Também, de acordo com Beskow (1986), ressalta-se que, nos períodos de crise da pecuária gaúcha, o arrendamento das terras para as lavouras de arroz tornou-se uma alternativa para o setor pecuarista. A atividade de rentista no cultivo de arroz apresenta-se mais lucrativa do que de criador de gado, o que caracteriza o complexo rural econômico gado-arroz característico da Campanha gaúcha.

Para De David (1992, p. 27), é importante colocar que

Juntamente com a modernização da agricultura, novas formas de acesso a terra foram buscadas, revigorando-se, com isso, a prática do arrendamento. [...] O arrendamento representou, na agricultura sul-rio-grandense, duas formas de inserção no modo de produção capitalista, o primeiro constituído por aqueles produtores não proprietários que através dessa prática, lograram o acesso a terra; e o segundo pelos estancieiros serranos e, posteriormente, pelos próprios estancieiros da Campanha Gaúcha, que tiveram, no arrendamento, uma forma de auferir renda através da cessão do uso do solo.

Pode-se dizer, então, que os grandes proprietários e pecuaristas não se desfazem de seus estabelecimentos com o avanço da lavoura capitalizada. A atividade agrícola ocorre através do arrendamento de partes ou de todo o estabelecimento para o agricultor.

Nesse sentido, salienta-se que os arrendamentos capitalistas são responsáveis, muitas vezes, pelo processo de despecuarização espacial. Segundo Bezzi (1985, p. 25), esse processo define-se como

[...] a cessão de terras por parte do latifúndio pastoril à lavoura empresarial mecanizada sob forma predominantemente temporária, concretizada na parceria e no arrendamento. Esse processo ocorre especialmente em áreas de economia ligada à criação de gado, e freqüentemente encontradas na Campanha Gaúcha.

O arrendamento capitalista é caracterizado pela participação no processo de produção de três classes sociais fundamentais: os proprietários fundiários, os arrendatários capitalistas e os assalariados rurais. E o pagamento da renda fundiária ao proprietário da terra pode ser de três formas: uma quantia fixa em dinheiro por área arrendada, paga no início do arrendamento; uma percentagem da produção paga em dinheiro ou em sacos após a colheita e uma quantia fixa de sacos por área cultivada, paga em dinheiro após a colheita. No Rio Grande do Sul predomina o pagamento do arrendamento através de uma percentagem da produção paga em dinheiro ou em sacos após a colheita (BESKOW, 1986).

Em Mata o arrendamento está presente para os mais diversos cultivos. No entanto, predomina o arrendamento para o arroz e a soja, uma vez que estes cultivos necessitam de extensas áreas para a obtenção de um rendimento satisfatório da produção. Esse sistema ocorre, principalmente, entre pecuaristas e produtores rurais capitalizados que buscam aumentar sua renda e produção.

A terceira fase da modernização agrícola no Rio Grande do Sul, a partir de 1978/1979, caracteriza-se pela busca de uma maior diversificação de culturas. Através desta espera-se superar a fase da monocultura, diante da vulnerabilidade e dos riscos decorrentes do fato de basear a agricultura e, conseqüentemente, a economia da região, nos sucessos ou frustrações de apenas duas culturas, o binômio trigo-soja (BRUM, 1988).

Há uma estimulação à diversificação das atividades agrícolas, com a produção de vários produtos e à integração entre lavoura e pecuária, esta última com maior ênfase para a criação de suínos, gado leiteiro e de corte, aves, ou seja, variando conforme as peculiaridades das microrregiões do Rio Grande do Sul. Essa fase corresponde a um novo estágio do processo de modernização conservadora da agricultura gaúcha (BRUM, 1988).

Como no Rio Grande do Sul, em Mata, também, há algumas iniciativas que buscam diversificar a produção nos estabelecimentos agropecuários. Estas se referem, principalmente, a fruticultura e o gado leiteiro. No entanto, essas iniciativas enfrentam dificuldades, como a visão tradicional dos produtores rurais, a falta de

capital, o desestímulo com problemas enfrentados no meio rural e falta de apoio dos órgãos municipais.

Dessa forma, introduziram-se novos atores econômicos no espaço rural gaúcho, devido, principalmente, às dificuldades provenientes das atividades agrícolas. Surgem alternativas como a fruticultura, o turismo rural e as agroindústrias, atividades, estas, que buscam dinamizar e/ou agregar valor à produção, para aumentar a renda nos estabelecimentos rurais. Além disso, são atitudes que buscam fixar o homem a terra, fazendo com que o mesmo permaneça no meio rural.

Embora haja esforços para diversificar a produção agrícola, ainda se observa, tanto no Rio Grande do Sul como em Mata, o predomínio da monocultura, principalmente, nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, nos quais se destacam as lavouras modernizadas. Geralmente, por estes apresentarem altos rendimentos econômicos, o que atrai os produtores rurais capitalistas.

A atividade agrícola tradicional realizada pela família tinha como finalidade principal a produção de alimentos para a população, ou seja, um caráter de subsistência. A agricultura modernizada representa uma abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento de máquinas e insumos como na comercialização e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários. Assim, o objetivo da agricultura moderna é estar vinculada ao comércio, ao setor financeiro e gerar renda e acumulação (BRUM, 1988).

Nesse sentido, enfatiza-se como uma das consequências negativas do processo de penetração capitalista no campo a redução na produção de alimentos. São os pequenos estabelecimentos que possuem maior percentual de suas áreas para produzirem alimentos, caracterizando-se como os principais responsáveis pela produção e fornecimento dos mesmos à população, enquanto que os grandes estabelecimentos se dedicam às monoculturas, onde os produtos são destinados à exportação. Neste caso, destaca-se o papel do governo, pois o mesmo, ao privilegiar os produtos de exportação, faz com que os agricultores capitalistas passem a desconsiderar os produtos de subsistência da população.

O processo de modernização no Estado gaúcho apresenta-se de forma parcial e com variações espaciais, setoriais e econômicas, pois não atinge todos os lugares, todas as atividades agropecuárias e todos os produtores rurais. Assim, Silva

(1982, p. 33) ressalta a influência do capital afirmando que esse

[...] não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico. Longe disso, a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos subsídios estatais.

A inserção dos produtores rurais no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, etc. Esse conjunto de fatores normalmente tem sido a principal limitante do desenvolvimento das atividades agrícolas (PORTUGAL, 2004).

Dessa forma, o setor não-agrícola tem um importante papel a desempenhar no processo de modernização da agricultura. Segundo Paiva; Schattan; Freitas (1976, p. 68)

O crescimento do setor não-agrícola funciona, portanto, como elemento marcante no processo de modernização do setor agrícola. E enquanto ele não se desenvolve em escala suficiente terá que se manter uma situação de dualismo tecnológico no setor agrícola, com uns agricultores aplicando somente tecnologia moderna, ao lado de outros que empregam apenas tecnologia tradicional e, ainda, de terceiros, em fase de transição, que aplicam tanto insumos modernos como tradicionais em suas explorações. A existência do dualismo tecnológico é, portanto, uma característica constante dos países em desenvolvimento.

Para ocorrer a transferência da técnica tradicional para a moderna, é preciso que haja uma vantagem econômica, para estimular o produtor rural a romper as barreiras que o mantêm no tradicionalismo e enfrentar as dificuldades e novidades que essa transferência proporciona (PAIVA, 1971 apud GONÇALVES NETO, 1997).

Enfatiza-se que, em relação ao papel do setor não-agrícola, a modernização não alcançará grande número de agricultores e produtos, se este setor não se desenvolver, para absorver os aumentos de produção e os excedentes de mão-de-obra do setor agrícola.

1.3 As abordagens conceituais sobre organização do espaço, cadeia produtiva e multifuncionalidade do espaço rural

1.3.1 Organização do espaço

A Geografia, tendo por objetos de estudos a relação sociedade e natureza, as relações sociais e a distribuição das mesmas no espaço geográfico, viabiliza sua análise através da organização espacial. Assim, a organização do espaço constitui-se em um dos principais conceitos dessa ciência.

Além de constituir o foco central dos estudos geográficos, tal conceito, também, expressa um fenômeno social, pois se refere à materialidade da relação sociedade-natureza, uma vez que os arranjos espaciais refletem as práticas sócio-culturais dos homens em relação ao meio.

Nesse sentido, resgata-se Corrêa (2003, p. 53), quando o autor aponta que

Como materialidade, a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, no processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela. A organização espacial é a própria sociedade espacializada.

A partir das necessidades humanas, verifica-se uma intervenção na natureza. Assim, se estabelece uma divisão do trabalho e de como será a produção, surgindo, também, relações sociais alicerçadas na produção. É no trabalho social que o homem estabelece relações entre si e o meio (CORRÊA, 2003).

Segundo Moro (1990, p. 8), é importante salientar

A organização do espaço envolve o estudo das relações, das combinações, das interações, das conexões, das localizações que se processam de forma dinâmica no quadro de uma unidade espacial, entre os diversos elementos que a constituem, bem como as que se verificam entre as unidades espaciais.

O homem tem a capacidade de organizar o espaço em que vive, a partir do momento em que ele conseguiu dominar, mesmo em parte, as forças naturais. O homem organiza e/ou reorganiza o espaço para nele introduzir as estruturas técnicas, administrativas, econômicas que facilitam o seu desenvolvimento pessoal e coletivo (MORO, 1990).

Corrêa (2003, p. 54) enfatiza “A organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social”. E o autor vai além,

quando diz (2003, p. 67) que

Produto da ação humana ao longo do tempo, a organização espacial é um reflexo social [...]. É o resultado do trabalho social que transforma diferencialmente a natureza primitiva, criando formas espaciais diversas sobre a superfície da Terra.

É através do estabelecimento de um processo produtivo da sociedade, da forma como esta organiza os meios de produção, determina a produção e a transformação do espaço, que o mesmo é produzido e reproduzido. Ou seja, o espaço constitui-se no palco para as diferentes atividades humanas, de acordo com seus distintos interesses.

Nesse contexto, Moreira (1996, p. 35) aponta

O arranjo do espaço geográfico exprime o “modo de socialização” da natureza. Tal o modo de produção, tal será o espaço geográfico. O processo de socialização da natureza pelo trabalho social [...] implica uma estrutura de relações sob determinação do social.

Pode-se dizer, então, que o arranjo espacial é produto da articulação das forças produtivas com as relações de produção por meio da socialização da natureza.

A organização espacial, representada pelo conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos na superfície terrestre, não é somente um reflexo do trabalho humano. Enquanto reflexo passa a ser um meio de vida no presente (produção) e uma condição para o futuro da sociedade (reprodução social). Assim, a organização espacial refletirá a identidade cultural do grupo que a criou (CORRÊA, 2003).

De acordo com suas crenças e valores, os grupos sociais imprimem suas características no espaço, originando-se formas singulares, dotadas de significados para tal comunidade. A diversidade de culturas existentes no globo resulta numa variedade de formas de organização do espaço.

Desse modo, Corrêa (1996, p. 32) enfatiza

A ação humana, que gera a organização do espaço, isto é, que origina forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço, é caracterizada, nas sociedades integradas economicamente através de mecanismos de mercado, pela ação de atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos, sobretudo os recursos escassos, natural ou socialmente produzidos, tornam-se capazes de impor sua marca no espaço.

Os atores econômicos, representados, geralmente, pela ação do Estado, as grandes corporações e os interesses particulares, bem como os atores políticos, têm como meta a acumulação de capital e reprodução da força de trabalho. São esses,

os principais processos que levam a organização do espaço.

Para Santos (1996, p.162), é relevante colocar que

Cada atividade tem um lugar próprio no tempo e um lugar próprio no espaço. Essa ordem espaço-temporal não é aleatória, ela é um resultado das necessidades próprias à produção. Isso explica porque o uso do tempo e do espaço não é feito jamais da mesma maneira, segundo os períodos históricos e segundo os lugares e muda, igualmente, com os tipos de produção.

Destaca-se, então, que o espaço geográfico pode ser visto como produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnico-cultural. Por consequência, apresenta em cada momento histórico as características da sociedade que o produz e/ou reproduz. A dinâmica é constante no processo evolutivo das sociedades, acarretando transformações profundas, originando novas formas e fazendo com que velhas formas assumam novas funções.

Sob essa perspectiva, Moreira (1996, p. 49) diz

Sendo o arranjo espacial a expressão fenomênica da estrutura da formação econômico-espacial, o conhecimento das contradições sociais que o regem em sua organização e movimentos nos põe no conhecimento da própria dialética da formação.

Nesse sentido, a análise da organização espacial, no atual período técnico-científico-informacional, é complexa. A inserção da técnica, de forma diferenciada no espaço, é responsável por resultados distintos, uma vez que a mesma reflete as distintas formações socioespaciais.

Resgata-se, mais uma vez, Corrêa (2003, p. 63) quando o autor comenta

Ao introduzirem um novo produto agrícola e a modernização tecnológica em uma área rural, as grandes corporações podem, direta ou indiretamente, alterar sua estrutura agrária: concentração fundiária, mudança nas relações de produção com uma nova força de trabalho constituída por bóias-frias, emigração do excedente demográfico, etc. Aceleram, ainda, o processo de exaustão dos solos e, em relação às cidades da área, alteram as suas funções, pela diminuição da produção de sua área de influência e pelo novo modelo de demanda rural.

As transformações no processo produtivo e a modernização da agropecuária, representada pelo uso de tecnologias modernas, do capital, inserção de novos cultivos e mudanças nas relações de trabalho, influenciam na organização e reorganização do espaço rural.

1.3.2 Cadeia produtiva

Considerando que a matriz produtiva do Rio Grande do Sul está atrelada ao setor agropecuário, o qual apresenta o processo produtivo de forma bastante diversificado, torna-se relevante realizar uma abordagem para se compreender o conceito de cadeia produtiva. De acordo com Silva (2005, p. 1)

Especificamente, no caso de produtos de origem vegetal, cadeia produtiva pode ser visualizada como a ligação e inter-relação de vários elementos segundo uma lógica para ofertar ao mercado *commodities* agrícolas *in natura* ou processadas.

De acordo com Zylbersztajn; Farina; Santos (1993) apud Rodrigues (1998, p. 2) pode-se definir cadeia produtiva como

[...] uma seqüência de operações interdependentes que têm por objetivo produzir, modificar e distribuir um produto. Ações correlatas às da cadeia do produto, tais como pesquisa, serviços financeiros, serviços de transporte e de informação, são também importantes para o estudo.

Destaca-se, então, que uma cadeia produtiva é um conjunto de etapas. Isso porque os diversos produtos passam por transformações e são transferidos até chegarem ao destino final.

Silva (2005), com base na EMBRAPA, diz que atuam nesse sistema de cadeia produtiva de produtos vegetais cinco segmentos constituídos dos seguintes atores (Gráfico 1).

Esses componentes da cadeia produtiva estão relacionados a um ambiente institucional, representado pelas leis, normas e instituições normativas. Também, está atrelado a um ambiente organizacional, como as instituições de governo, de crédito entre outros, os quais em conjunto exercem influência sobre os componentes da cadeia (CASTRO, 2000).

Uma cadeia produtiva, de qualquer produto vegetal, envolve todos os elementos associados ao seu processo produtivo. Desde a preparação da terra para o plantio, até o produto final na mesa do consumidor, passando por diversos setores e processos⁶.

⁶ As cadeias produtivas de Mata serão abordadas no capítulo 3, o qual refere-se a Organização e reestruturação do espaço rural de Mata.

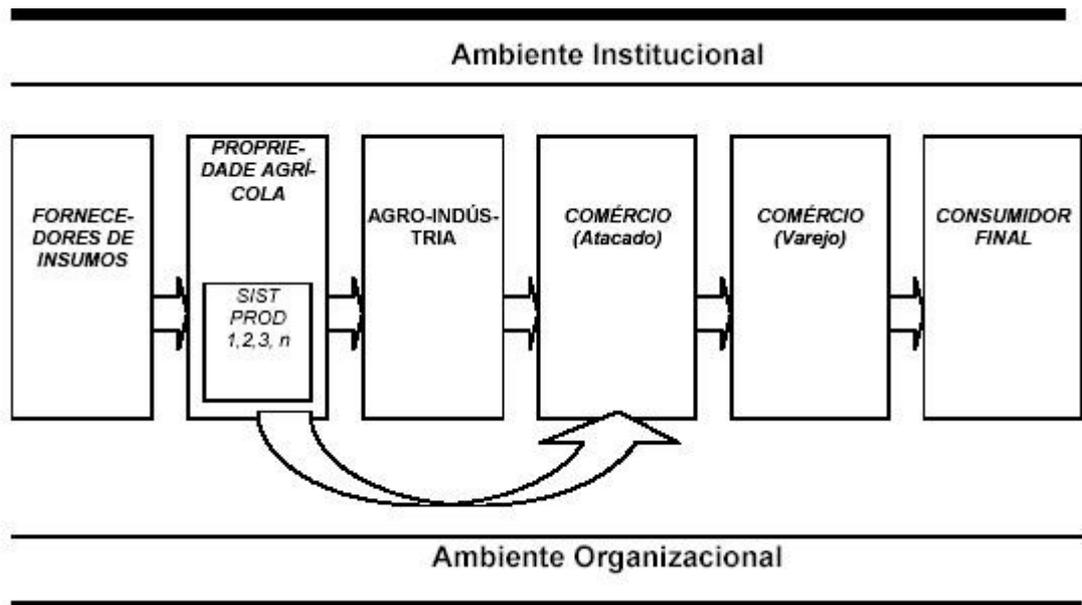


Gráfico 1 - Modelo Geral da Cadeia Produtiva.

Fonte: Castro et al., 1995, adaptado de Zylbersztajn, 1994.

Nesta perspectiva, Silva (2005, p. 2) aponta que

O entendimento do conceito de cadeia produtiva possibilita: (1) visualizar a cadeia de forma integral; (2) identificar as debilidades e potencialidades; (3) motivar o estabelecimento de cooperação técnica; (4) identificar gargalos e elementos faltantes; e (5) certificar dos fatores condicionantes de competitividade em cada segmento.

Desse modo, é possível entender a dinâmica de uma cadeia produtiva e as suas influências sobre o espaço e a produção. Zylbersztajn; Farina; Santos (1993) apud Rodrigues (1998, p. 3) destacam ainda que

As cadeias produtivas diferem na forma como se organizam para responder a estímulos externos, implicando que algumas são mais eficientes em termos de adaptação a novas exigências dos consumidores e mudanças no ambiente.

As cadeias produtivas agrícolas devem proporcionar ao consumidor final produtos que se destacam em qualidade e quantidade compatíveis com as suas necessidades e a preços competitivos. Por isso, a influência do consumidor final sobre os demais componentes da cadeia é significativa, além de ser importante conhecer as demandas desse mercado consumidor (CASTRO, 2000).

Pode-se dizer que uma cadeia produtiva será tanto mais eficiente quanto maior for sua capacidade de responder satisfatoriamente às demandas dos consumidores.

1.3.3 Multifuncionalidade do espaço rural

É importante enfatizar que nesta perspectiva de desenvolvimento rural, também se destaca a questão do espaço rural multifuncional. Em linhas gerais, segundo Lopez (2007), pode-se dizer que multifuncionalidade são todas as funções agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no meio rural. Ou seja, não são somente as atividades agropecuárias que são desempenhadas pelo meio rural, outras relevantes funções não-agrícolas fazem parte de sua organização espacial.

A multifuncionalidade do rural mostra as atividades agropecuárias e o próprio espaço rural de maneiras diversificadas, atribuindo ao mesmo novas funções e usos, além do seu tradicional papel agrícola-alimentar (GEDIEL; FROEHLICH, 2007).

Segundo Lopez (2007, p. 43)

[...] muitos produtores rurais também sentiram os reflexos desta revalorização do espaço rural pelas sociedades contemporâneas e tiveram o incentivo de que precisavam para explorar novas atividades produtivas, voltadas às suas peculiaridades naturais, paisagísticas e culturais, procurando retirar desses atributos novas fontes de ocupação e renda. Este é, de fato, o maior desafio do produtor e do morador do meio rural, buscar associar as atividades e as noções que as sociedades mundiais, nacionais ou regionais estão revalorizando, [...] com uma fonte de exploração econômica; no entanto, esta revalorização não é uniforme, depende e varia segundo o espaço territorial, as formas de organização social e as identidades culturais, locais e regionais.

Um espaço rural multifuncional proporciona ao mesmo uma diversificação e dinâmica, em termos espaciais, econômicos, culturais e sociais. O Estado e o poder local assumem um importante papel neste contexto através de incentivos e valorização.

Nesta perspectiva, Gediel; Froehlich (2007, p. 3) dizem

As novas atividades no meio rural contribuem para criar uma diversidade social e cultural, que se trata também de uma condição de existência da sociedade, ampliando a rede de relações. A heterogeneidade social, cultural e econômica é definida a partir de conflitos de interesses, com capacidade de negociações distintas.

Ainda Gediel; Froehlich (2007, p. 2) salientam com relação a essa questão que “O espaço rural torna-se um local diversificado de interesses, tendo como propósito atender às demandas geradas pela modernização da sociedade atual, possibilitando uma nova rede de estruturas e oportunidades [...]”.

Na concepção de Schneider (2001), o espaço rural que, durante o fordismo, se limitara a cumprir suas funções produtivas agrícolas, está ganhando novas

atribuições e aparece como ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades. Entre as novas funções do espaço rural, destaca-se o papel do consumo de bens materiais e simbólicos (festas, folclore, gastronomia) e serviços (ecoturismo, atividades ligadas à preservação ambiental), tentando demonstrar que, na fase pós-fordista, o espaço rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivos de produtos alimentares e matérias-primas. Portanto, para se compreender o rural, é preciso recolocar a análise nos termos das relações de produção e consumo e da relação do espaço local com as mudanças globais, a partir de uma perspectiva espacial e temporal apoiada na noção de desenvolvimento.

Também, Brandão (2005, p. 57), baseando-se em Beskow, diz que

O conceito de multifuncionalidade consiste em reconhecer que o seu papel não se restringe à produção de matéria-prima e alimentos, à liberação de mão-de-obra para atividades urbanas, à geração de divisas e à transferência de capital a outros setores da economia, mas também destacar suas outras funcionalidades, tais como a social, a ambiental, a patrimonial, a estética e a recreativa/pedagógica.

A esse respeito de espaço multifuncional, Schneider (1999, p. 186) aponta que

O espaço rural deixará de ter como função exclusiva a produção agrícola, passando a ser um espaço polisêmico em que coexistem atividades econômicas de natureza diversa como a própria agricultura, comércio, o turismo rural, o ambientalismo, o lazer, entre outros.

Pode-se dizer, então, que a multifuncionalidade caracteriza-se pelas novas funções, geralmente, econômicas, desenvolvidas no meio rural, além das agropecuárias. Essa situação proporciona uma reorganização no espaço rural pelas diferentes formas de ocupação e produção nele estabelecidas. Essas atividades não-agrícolas no espaço rural podem, também, tornarem-se um fator de agregação de valor aos produtos e de consolidação da agricultura familiar que poderá manter suas atividades de subsistência e renda relacionadas à produção agrícola.

Neste contexto, destaca-se o turismo rural como uma das principais atividades que caracteriza a multifuncionalidade do espaço rural. Através dessa atividade turística, também há a necessidade do desenvolvimento de outras que venham a esta se somar, buscando a diversificação do uso do meio rural e do trabalho aplicado sobre o mesmo (PANIS; SALAMONI; COSTA, 2006).

Para tanto, torna-se relevante a definição de turismo rural que, segundo

Campanhola; Silva (1999, p. 25), é compreendido como

[...] atividades de lazer realizadas no meio rural e abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta como: turismo rural, ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócio, turismo jovem, turismo social e turismo esportivo. Envolve ainda, atrativos como: parques naturais, “spas” rurais, turismo de saúde, locais de treinamento de executivos, turismo de negócio, centro de convenções rurais, visitas a amigos e parentes, visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas, festivais, rodeios e shows regionais, visitas a paisagens cênicas e ambientes naturais, gastronomia regional, alambiques, atividades pedagógicas, artesanato, colônias de férias, hotéis-fazendas, fazendas-hotéis, chácaras de recreio e condomínios como segunda moradia, entre outros. Isto é o turismo no meio rural, ou seja, qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em espaços rurais.

O turismo, enquanto atividade econômica, torna-se uma via de progresso aos agricultores, uma vez que estes procuram combinar a diversificação das suas atividades com uma melhor valorização das suas produções e de seu patrimônio cultural. Tal fato proporciona aos agricultores rendimentos complementares, com o comércio e a agroindústria familiar, melhorias de infraestrutura, entre outros (PANIS; SALAMONI; COSTA, 2006).

Nessa perspectiva, resgata-se Schneider (1999, p. 93), ao comentar que

É claro que o setor agrícola não está deixando de ter importância no espaço rural gaúcho. O que se pretende demonstrar, com base nos dados disponíveis, é que estão surgindo outras atividades e formas de ocupação no espaço rural que poderão, inclusive, ampliar as oportunidades de emprego e constituir-se em novas perspectivas de trabalho para quem lhe habita e que por opção ou mesmo contingência não trabalha na agricultura. O crescimento das atividades não-agrícolas não é um fenômeno efêmero, pois vem evoluindo gradativamente a partir da década de 1980 e revela estar presente em todas as microrregiões do Estado, mesmo aquelas onde a agricultura ainda continua a ser a principal ocupação da população rural.

Conforme Silva (1996) apud Brandão (2005, p. 6), ressalta-se que

A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vem insistindo na proposta de retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural.

Em Mata, pode-se encontrar um espaço rural multifuncional por este possuir outras funções e atividades que não apenas as agrícolas. Estas se apresentam como alternativas desenvolvidas no meio rural, as quais não estão ligadas

diretamente às funções agrícolas⁷.

Diante do exposto, pode-se dizer que as distintas atividades realizadas no meio rural promovem uma revalorização do mesmo. Esse fato torna o rural um espaço de múltiplas atuações e novas ocupações, as quais permitem uma reestruturação espacial e produtiva. Desse modo, o espaço rural não é visto apenas como um local de atividades agrícolas, mas onde os postos de trabalho não-agrícolas atuam como estratégias para reter a população nas áreas rurais, a qual cada vez mais, busca a pluriatividade para elevar o seu nível de renda.

⁷ A multifuncionalidade do espaço rural de Mata será abordada no subitem 3.5.

2 ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MATA

Neste capítulo, realiza-se o resgate histórico do município de Mata, enfatizando-se o processo de ocupação, a colonização e a sua evolução política. Também se fez necessário para entender a organização espacial de Mata, destacar as suas características físico-naturais, as quais demonstram que o Município tem um relevo diversificado, influenciando na matriz produtiva do mesmo. Resgata-se, ainda, os aspectos socioeconômicos que caracterizam Mata e que são responsáveis pela sua organização/reorganização espacial.

2.1 Estrutura socioespacial, natural e econômica de Mata

O município de Mata insere-se na Microrregião Geográfica de Santa Maria e enquadra-se entre os paralelos 29° 27' 01" e 29° 38' 08" de Latitude Sul e entre os Meridianos 54° 20' 01" e 54° 34' 20" a Oeste de Greenwich. Considerando os limites municipais estabelecidos quando da sua emancipação, essa unidade territorial faz divisas com os municípios de Jaguari, São Vicente do Sul, Toropi, Jari e São Pedro do Sul (Mapa 1).

É importante destacar que Mata é um município pequeno, uma vez que apresenta uma área de 299,3 Km². Além disso, possui uma altitude média de 103 metros acima do nível do mar.

O território que hoje compreende o Município foi ocupado, inicialmente, por populações indígenas das tribos Umbu, Humaitá e Tupi-Guarani, as quais formavam um grande conglomerado, no ano de 1600. Na atualidade, ainda é possível encontrar vestígios da presença indígena em Mata, através das marcas rupestres, utensílios domésticos e urnas funerárias (MALGARIN, 1984).

O processo de colonização de Mata teve início em 1836 com a chegada do casal Randolpfo José Pereira da Silva e sua esposa Francisca Pereira Pinto, procedentes de Pernambuco, os quais se instalaram no local hoje denominado de São Rafael. Esse casal recebeu do Governo Imperial uma légua de sesmaria de campo, o que equivale a 4.356 ha, para a criação de gado e tinham como missão

ocupar e povoar essa área (MALGARIN, 1984). Para desenvolver o Município, o processo de ocupação foi se sucedendo com a chegada de outros moradores que também se dedicaram a essa atividade e, conseqüentemente, já estava sendo evidenciada a atividade pioneira da organização econômica de Mata, ou seja, a pecuária.

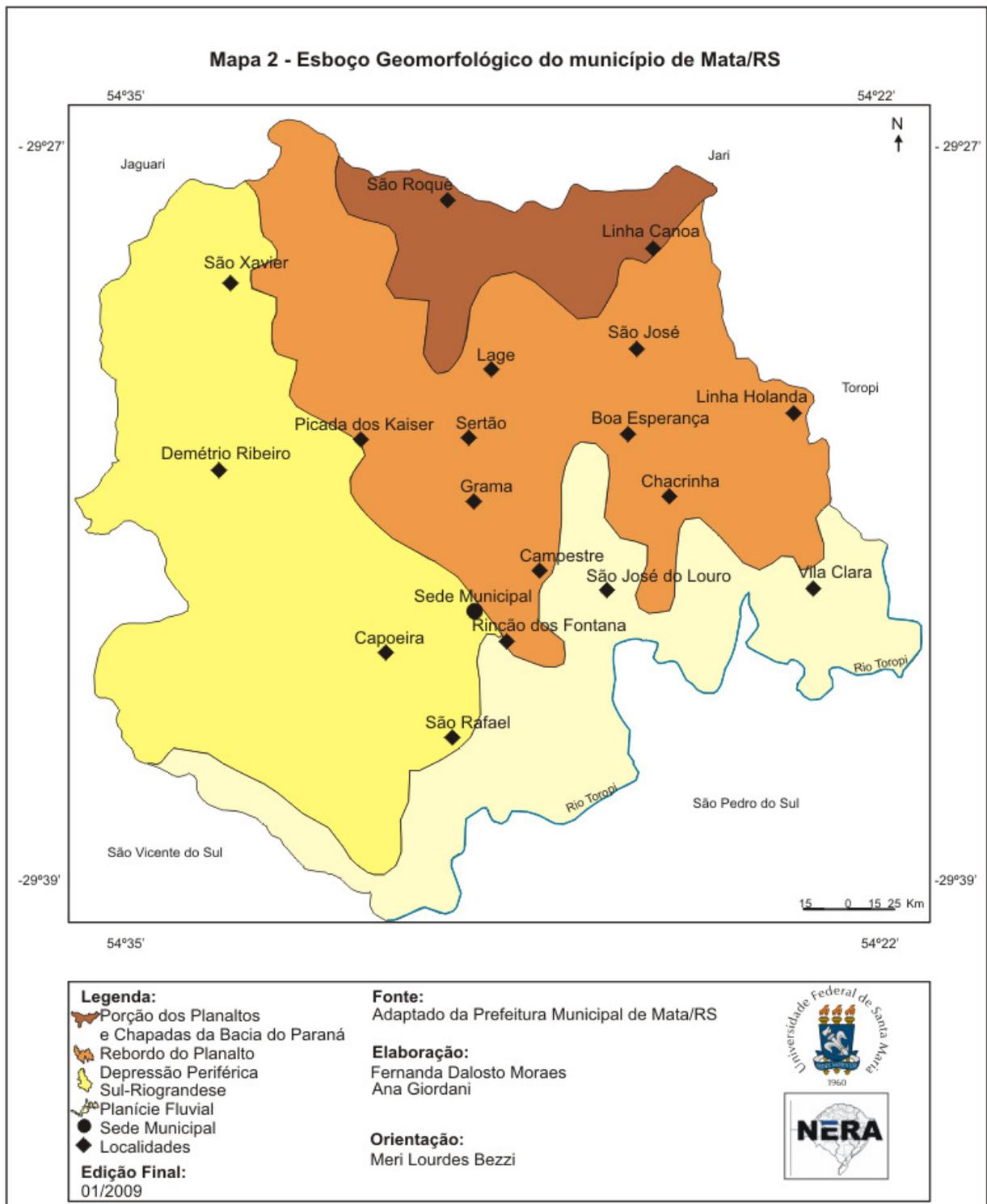
Cabe destacar que Mata situa-se em três unidades geomorfológicas: na Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, na porção sul dos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná e no Rebordo do Planalto (Mapa 2). A Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense localiza-se nas partes sudeste, sul e oeste do Município e caracteriza-se por coxilhas⁸ suaves, as quais foram ocupadas no início do povoamento. Nessas predominam a criação de gado na localidade de São Rafael. Essa unidade geomorfológica também está associada a rochas sedimentares, como arenitos, argilas e planícies fluviais às margens do rio Toropi e do arroio Tororaipi. Na porção norte do Município, situa-se o sul dos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná, os quais possuem as altitudes mais elevadas com escarpas abruptas associadas às rochas vulcânicas. No topo das áreas de planalto, é possível encontrar, também, a presença de algumas coxilhas tabulares, caracterizando uma morfologia levemente ondulada. É na área de planalto que se estabeleceram, inicialmente, as famílias dos imigrantes europeus que vieram colonizar Mata e que deram início à atividade agrícola (BORTOLUZZI, 1974 apud BOLZAN, 2003).

A transição entre os Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná e a Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense caracteriza a unidade geomorfológica denominada Rebordo do Planalto (Mapa 2). Esse compartimento abrange uma faixa que se localiza ao norte da sede municipal e é formado pela superposição de rochas sedimentares da Formação Botucatu e rochas vulcânicas da Formação Serra Geral, as quais sofreram processos erosivos responsáveis pela presença de morros testemunhos (BORTOLUZZI, 1974 apud BOLZAN, 2003).

Vindos com a tarefa de ocupar a área de campos, tanto Randolpfo como seus sucessores não demonstraram interesse pela parte da Serra. Por isso essa área permaneceu desabitada e, só mais tarde, as áreas da serra foram ocupadas e colonizadas pelos imigrantes alemães. Essa colonização foi iniciada por João Hopf em 1885, o qual imigrou da Alemanha e iniciou o povoado que mais tarde

⁸ Coxilhas - Termo regional referente a colinas.

denominaram de Sertão (MALGARIN, 1984).



Mapa 2 – Esboço Geomorfológico do município de Mata/RS.

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Mata/RS.

Org.: MORAES, F. D., GIORDANI, A., 2009.

Incentivados pela ação colonizadora do Governo Imperial e da qualidade das terras, que são provenientes de rochas vulcânicas dos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná, seis anos mais tarde, a corrente migratória vinda da Alemanha é dirigida a localidade de Sertão. A maior parte dos imigrantes vinha com a finalidade de servir de mão-de-obra. Foram encaminhadas as famílias Vogelei, Stüker, Bruning e Hartmann, que vieram no navio Bismark e desembarcaram na Ilha das Flores, hoje Porto Alegre, os quais se dirigiram para Santa Maria da Boca do Monte e esperaram a orientação do Governo para seguir até o Sertão (MALGARIN, 1984).

Em 1919, quando foi inaugurada a estrada de ferro entre o trajeto de Dilermando de Aguiar e Jaguari, já havia uma colonização relativamente expressiva em Sertão. Esse fato desencadeou desenvolvimento e crescimento em torno da ferrovia, originando uma nova vila, a qual, na atualidade, corresponde à sede do Município. Essa expansão só foi possível pela facilidade proporcionada pelo transporte ferroviário, o qual favoreceu a comercialização do excedente da produção. Paralelamente, o processo migratório, que se dirigia para a vila, foi também o responsável pela expansão das atividades comerciais. Soma-se a isso a presença da imigração italiana procedente de Garibaldi, Jaguari, Faxinal do Soturno e Dona Francisca, que contribuíram para o desenvolvimento econômico local (MALGARIN, 1984).

A construção da ferrovia desenvolveu o povoado e foi denominada de Estação Ferroviária de Mata. Tal designação tem origem por ter sido construída a partir de um desmatamento à margem do arroio Cangapin ou Igaretá. A denominação dada à ferrovia acarretou, mais tarde, no nome do pequeno povoado, que em 1931 é elevado a categoria de vila, recebendo o nome de Mata (MALGARIN, 1984).

Em 1920, com a chegada dos imigrantes italianos a vila se expandiu e começou a apresentar um crescimento significativo. Ganhou nova paisagem e hábitos diferentes, embora desenvolvesse, juntamente com os alemães, uma verdadeira integração de etnias e costumes. Os italianos, a exemplo dos alemães também deram preferência pela zona da serra. Fixaram residência, inicialmente em São José, em Campestre e na sede do Município (MALGARIN, 1984).

Com uma população ligada à religiosidade, em 1939, começa a ser erguida a igreja Católica de Mata e a igreja Luterana, esta última, na localidade de Sertão. Estas são pontos que, também, servem como marcos da etnia do povo colonizador.

Ressalta-se que a população de predominância italiana permaneceu na sede da vila, então denominada Mata, enquanto os alemães dirigiram-se para o interior da área colonizada (MALGARIN, 1984).

No que diz respeito às potencialidades físico-naturais, Mata apresenta uma rede de drenagem significativa e constituída por rios perenes. É banhada pelo rio Toropi e seus afluentes, que são os arroios Guacatunga, Igaretá, Panta, Tororaipi, Poraima, Sertão de Mata e Canoas. Esses afluentes deslocam-se em direção ao rio Toropi, o qual pertence à Bacia Hidrográfica do rio Uruguai. A malha hídrica assume papel relevante, pois, nas suas várzeas, são cultivadas as lavouras de arroz, as quais apresentam importância significativa na matriz produtiva municipal. Dessa forma, enfatiza-se a presença de uma indústria de beneficiamento desse produto no Município, materializando a relevância desta atividade econômica para o desenvolvimento local/regional de Mata.

Destacam-se, também, duas formações vegetais típicas no Município. A Floresta Subcaducifólia Subtropical predomina no rebordo do Planalto e nos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná, onde a umidade do ar, as chuvas e os nevoeiros favorecem a sua expansão. A outra formação vegetal encontrada são os campos, os quais ocupam a maior parte do Município. Estes situam-se, principalmente no topo dos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná e na Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, onde se desenvolvem espécies rasteiras como gramíneas, muitas vezes, associadas a “capões” e a matas galerias devido à presença significativa de umidade. A vegetação de campos possui importante papel para o Município, uma vez que proporciona a criação de pecuária de forma extensiva (BORTOLUZZI, 1974 apud BOLZAN, 2003).

Na Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, predomina solos do tipo Gleissolos e Planossolos. Os Gleissolos são solos de baixa drenagem e pouco profundos, de cor acinzentada ou preta, predominando nas várzeas de rios e planícies lagunares, geralmente, associados aos Planossolos. São solos aptos para cultivo de arroz irrigado e, se drenados, favorecem as culturas anuais como milho, soja, feijão e pastagens (STRECK, 2002).

Os tipos de solos de maior ocorrência nos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná são os latossolos e os podzólicos com associações. Também aparecem os solos hidromórficos associados. Estes são considerados os melhores do Estado para a prática da agricultura. Possuem a cor avermelhada escura devido a sua

formação basáltica, nos quais são cultivados milho, feijão e fumo (MAPA DE SOLOS DO RIO GRANDE DO SUL, 1985).

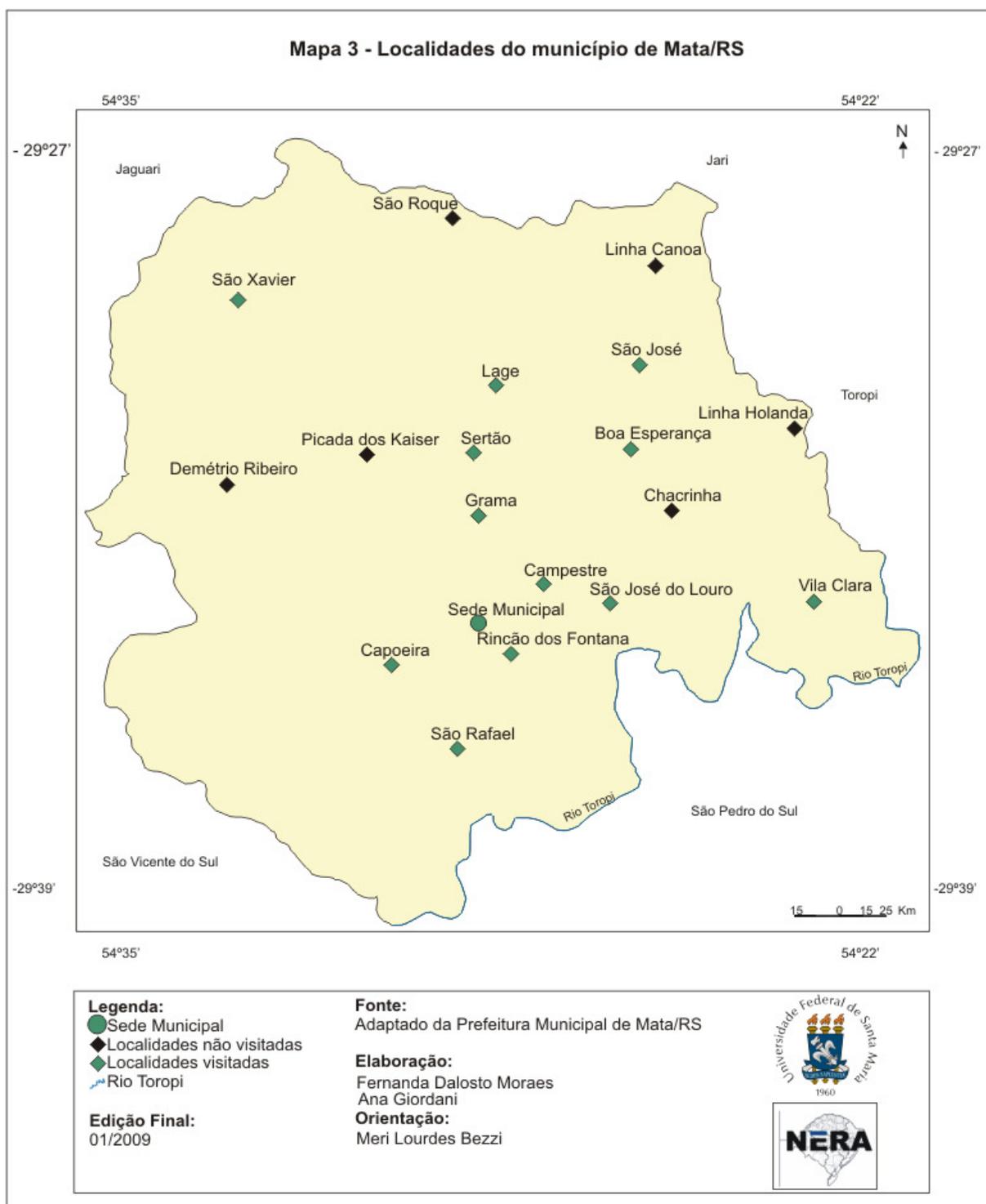
Quanto ao clima, predomina em Mata, assim como em todo o Rio Grande do Sul, o Subtropical. Este se caracteriza por não apresentar uma estação seca definida. De acordo com Köppen apud Sartori (1979), o clima pode ser classificado em Cfa (chuvas bem distribuídas durante todo o ano e verões quentes), onde *c* está associado a clima subtropical ou temperado, *f* representa úmido todo ano, sem estação seca (chuvas todos os meses) e *a* refere-se a verão quente com temperatura média de 22° C.

No que se refere à evolução política, Mata, em 1907, era o 4° distrito de General Vargas (hoje atual município de São Vicente do Sul). Posteriormente, passou para 3° e 2° distrito. Em 28 de setembro de 1960, foi formada a primeira comissão pró-emancipação, presidida pelo Monsenhor Pedro Protássio Wastowski, atendendo às reivindicações da população, que desejava emancipar a nova vila, a qual pertencia ao município de General Vargas. O economista José Moacyr Rosa atuou como procurador e solicitou a apreciação da Assembléia Legislativa para deferir tal solicitação. Entretanto, em 1962, o pedido foi indeferido pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, alegando que a vila não possuía condições exigidas por lei para sua emancipação política (MALGARIN, 1984).

No entanto, a população continuou a buscar subsídios para a emancipação. Assim, o Projeto de Lei número 4.648, apresentado em 1963 pelo deputado estadual Ludovino Fanton, complementa as exigências para o processo de emancipação e, em 27 de dezembro de 1963, é renovada a solicitação de emancipação da vila. O plebiscito foi realizado em 27 de setembro de 1964 e o município de Mata foi criado em dois de dezembro do mesmo ano, com a sede na localidade de mesmo nome e composto pelos distritos de Clara e parte de Demétrio Ribeiro, os quais também eram pertencentes a General Vargas. Mata foi emancipada em 13 de junho de 1965 (MALGARIN, 1984).

Marcada por uma nova organização política, Mata começa a estruturar-se economicamente e socialmente. Delimitou-se, então, o perímetro urbano, centro da cidade, no qual está localizado o prédio da prefeitura municipal, um dos primeiros da cidade. Atualmente, o Município é constituído por dois distritos. O primeiro, sede municipal, é composto pelas localidades de Sertão, Grama, São Rafael, Campestre, São Xavier, Lage, São Roque, Demétrio Ribeiro, Picada dos Kaiser, Capoeira e

Rincão dos Fontana. E o segundo distrito, é denominado de Clara, sendo constituído das seguintes localidades: São José do Louro, Chacrinha, Linha Holanda, Boa Esperança, São José e Linha Canoa (Mapa 3).



Mapa 3 – Localidades do município de Mata/RS.

Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Mata/RS.
Org.: MORAES, F. D., GIORDANI, A., 2009.

É importante enfatizar que Mata possui o sítio paleontológico, o qual é favorecido pela presença de reservas de fósseis vegetais, ou seja, madeiras petrificadas, tornando-se uma de suas principais características. Essa riqueza fossilífera tem aproximadamente 200 milhões de anos. A descoberta desses fósseis deve-se ao páraço Daniel Cargnin, o qual era apreciador de estudos de Paleontologia. Em 1976, quando chegou em Mata, conscientizou a população e a administração municipal sobre a riqueza fossilífera existente nesse Município, até então desconhecida (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA, 2009).

Essa riqueza natural proporcionou que Mata seja conhecida mundialmente como *Cidade da Pedra que foi Madeira*. Esse fato atrai diversos turistas anualmente, os quais contribuem com a economia local, uma vez que o turismo paleontológico representa um importante fator de desenvolvimento econômico local. As pedras fossilizadas serviram para a construção de vários pontos turísticos e podem ser encontradas, praticamente, em todos os lugares, como o sítio paleontológico, museu, praças, calçadas, grutas e nas ornamentações das residências.

Cabe salientar, também, que no Município pode-se praticar o turismo rural. São inúmeras as belezas naturais que podem ser visitadas no seu espaço rural pelos turistas, como as cascatas, trilhas ecológicas, o balneário municipal, com distintas atividades de lazer, a ponte férrea em Vila Clara, a qual é a maior ponte em vão livre da América Latina, entre outras.

Culturalmente, a religião predominante em Mata é a Católica. Porém, destaca-se, também, a Comunidade Luterana e Assembléia de Deus, as quais possuem expressivo número de fiéis. Dessa forma, a população local apresenta uma diversidade de crenças influenciadas por estas e outras religiões presentes no Município.

A população predominante de Mata reside no espaço rural, uma vez que o Município tem no mesmo a base de sua matriz econômica. A diferença entre a população rural e urbana apresenta-se maior na década de 70, quando, também, se tem a maior população total, com 7347 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução populacional de Mata/RS de 1970 – 2000.

<i>Escala temporal</i>	População Urbana	População Rural	Total
1970	1613	5734	7347
1980	2079	4087	6166
1991	2199	3379	5578
2000	2526	3049	5575

Fonte: www.mata.rs.gov.br., 2009.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Constatou-se que, paralelamente, a diminuição da população total, no período de 1970 a 2000, apresenta-se um crescimento contínuo da população urbana e, conseqüentemente, um decréscimo na população rural. Apesar da população rural estar declinando, essa, ainda, encontra-se maior do que a população urbana, em função do Município ter sua base econômica alicerçada nas atividades agrícolas (Tabela 1). Tal fato justifica-se pelo êxodo rural, pois muitas pessoas, em virtude de dificuldades no meio rural, migraram para a área urbana em busca de melhores condições de vida. Entre essas pessoas, destacam-se os jovens e idosos. Os jovens, geralmente, deslocam-se para a cidade em busca de emprego, pois não querem continuar trabalhando, como seus pais, na atividade agrícola. Quanto aos idosos, alguns migram para a área urbana por não necessitarem trabalhar na agricultura, uma vez que se mantêm economicamente através de ganhos oriundos da aposentadoria. Preferem, também, o meio urbano, pela comodidade que a cidade proporciona e a disponibilidade dos serviços médicos e hospitalares.

O processo gradativo de diminuição da população de Mata é significativo. Atualmente, o Município possui 5291 habitantes (IBGE, 2007). Tal decréscimo populacional está ligado, principalmente, a emigração de jovens. Estes deslocam-se para centros urbanos maiores, como Santa Maria, Sapiranga, Caxias do Sul e Garibaldi, em busca, geralmente, de educação (nível técnico e superior) e de empregos, a fim de obterem melhores condições de vida. O motivo principal para essa situação é que, em Mata, as oportunidades de emprego são restritas, uma vez que o comércio local é reduzido e não há indústrias que absorvam a mão-de-obra disponível.

Outro fator que proporciona o decréscimo na população é a queda na taxa de natalidade. Em décadas passadas, as famílias eram numerosas tanto no meio rural como no urbano. No espaço rural, os casais tinham inúmeros filhos, uma vez que os

mesmos eram aproveitados como mão-de-obra para auxiliarem nas tarefas desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários, em vez de contratar empregados. Atualmente, essa concepção mudou, pois muitos jovens saem de casa para estudarem e trabalharem em outras atividades, que não a agricultura. Além disso, o custo de vida hoje é elevado, se comparado a algumas décadas anteriores, dificultando a criação e educação dos filhos.

A organização do espaço rural de Mata é constituída por uma estrutura fundiária diversificada. Ou seja, os estabelecimentos agropecuários apresentam dimensões de áreas variadas. No entanto, predominam pequenas unidades produtivas, localizadas, principalmente, em áreas do planalto, as quais se caracterizam como uma agricultura familiar.

Ressalta-se que a economia de Mata está alicerçada nas atividades agrícolas, as quais apresentam uma matriz produtiva baseada, principalmente, nas culturas de arroz e fumo. Também se destacam as atividades de soja, milho, feijão e a pecuária leiteira e de corte. Atualmente, está ocorrendo a inserção de novas cadeias produtivas e atores econômicos que visam dinamizar e agregar valor ao espaço rural do Município. Entre as novas dinâmicas produtivas destacam-se as destilarias para a produção de cachaça, a expansão da bacia leiteira e a implantação dos cultivos de nogueiras.

3 ORGANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

DO ESPAÇO RURAL DE MATA

Este capítulo discute os resultados da pesquisa. Para estruturar a interpretação dos mesmos, dividiu-se as discussões em cinco subitens, procurando responder aos objetivos propostos. São apresentados e analisados os levantamentos de dados em fontes primárias e secundárias necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Interpreta-se os dados referentes à evolução da agricultura e da pecuária em Mata, na escala temporal de 1970 a 2007. Enfatizam-se as principais cadeias produtivas do Município e a sua importância na organização da economia local. Paralelamente, são demonstradas a multifuncionalidade do espaço rural, as novas atividades agrícolas de produção, as alternativas de renda agrícolas e não-agrícolas nos estabelecimentos, os processos de beneficiamento dos produtos e a influência dos mesmos na economia de Mata.

3.1 O espaço rural de Mata

Mata, assim como o Estado gaúcho, apresenta sua matriz econômica alicerçada e dependente das atividades agrícolas. O Município tem, na agricultura e na pecuária, os condicionantes para o desenvolvimento do espaço rural e, através dessas atividades, a sua inserção no mercado local/regional.

A partir dessa premissa, a organização e/ou reorganização espacial do Município é decorrente das distintas formas de utilização das terras e dos reflexos dessas nas atividades agropecuárias. No que se refere à utilização das terras, há o predomínio das pastagens naturais e das lavouras temporárias. As lavouras permanentes são pouco expressivas se comparadas às lavouras temporárias. No entanto, apresentaram um crescimento, em 1975, atingindo 186 ha. A partir de 1980, as mesmas diminuíram significativamente até 1995. Esse decréscimo é justificado pelo pouco interesse dos produtores rurais em investir em cultivos dessa natureza, principalmente, ligadas à fruticultura como a laranja, a uva e a noz. Os agricultores alegam que o retorno da produção dos cultivos permanentes não é imediato, como

ocorre com as lavouras temporárias, sendo esta a principal razão de não serem estimulados a investirem nessas culturas (Tabela 2).

No entanto, deve-se salientar que em 2006 ocorreu um crescimento da área com lavouras permanentes, em função do cultivo de noqueiras, o qual está presente em vários estabelecimentos agropecuários e pode ser considerado como uma cadeia produtiva recente. Esse cultivo passou a atrair a atenção dos produtores pelo fato de haver, desde o momento do plantio até a colheita, um contrato que fornece ao produtor garantia da compra do produto. Dessa forma, a indústria possibilita que o retorno econômico com a cultura seja atraente, e o agricultor invista nessa perspectiva econômica.

Tabela 2 – Utilização das terras em Mata/RS de 1970 - 2006.

Escala temporal	Utilização das terras (ha)						
	<i>Lavoura permanente</i>	<i>Lavoura temporária</i>	<i>Pastagens naturais</i>	<i>Pastagens plantadas</i>	<i>Matas e florestas naturais</i>	<i>Matas e florestas plantadas</i>	<i>Terras em descanso e produtivas não utilizadas</i>
1970	81	6772	11805	54	2068	206	2291
1975	186	7431	11721	61	2090	198	662
1980	79	7754	12559	309	2078	202	276
1985	69	7092	-	-	2085	275	-
1995	17	5284	15276	424	2315	235	360
2006	99	6530	13343	-	3327	-	-

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Org. MORAES, F. D., 2009.

(-) Dados inexistentes.

Quanto à utilização da terra com as lavouras temporárias, essas apresentaram crescimento no período de 1970 a 1980. Posteriormente, de 1985 a 1995, houve uma diminuição das mesmas, e somente em 2006 elas começaram a ter um incremento de área. Justifica-se esse crescimento pela expansão, principalmente, das lavouras de soja e de fumo, as quais acompanharam a tendência de valorização de tais produtos mediante a demanda crescente no mercado e o significativo retorno financeiro obtido com a comercialização das mesmas (Tabela 2).

No que se refere às pastagens naturais, estas demonstraram um crescimento

de área até 1995. Porém, a partir de 2006, ocorre um decréscimo de área expressivo. Explica-se essa diminuição porque a partir de 2005/2006 houve a expansão das lavouras de soja em Mata. Esta está sendo responsável pela transformação da paisagem rural do Município, uma vez que a soja necessita de áreas propícias para seu desenvolvimento. Dessa forma, os campos nativos estão sendo substituídos pelas lavouras com esse cultivo, favorecendo o aumento gradativo na área destinada às pastagens plantadas, embora inexistam os dados referentes a 2006. Estas, geralmente, são cultivadas na resteva das lavouras de soja, para corrigir o solo e proporcionar a alimentação dos bovinos no período de inverno (Tabela 2).

Observa-se, no Município, que as áreas com matas e florestas naturais aumentaram significativamente no decorrer da escala temporal em análise. Essa situação demonstra que está havendo maior interesse dos produtores rurais em manter, em seus estabelecimentos agropecuários, áreas de matas nativas, buscando a preservação e conservação do meio ambiente (Tabela 2).

Ressalta-se que a preocupação com o meio ambiente não ocorre de maneira espontânea, por parte dos proprietários. Ou seja, essa é consequência da legislação imposta pelo Código Florestal Brasileiro (1965), o qual determina que seja preservado 25% da área dos estabelecimentos agropecuários com a Área de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal⁹. Para os produtores que não respeitam essa lei, são aplicadas multas ambientais, principalmente, em caso de desmatamento. Assim, os mesmos são impedidos, pelas leis ambientais, de praticar tal ação. No entanto, ainda ocorrem desmatamentos, principalmente, com os objetivos de expansão da área destinada às lavouras, de extração de madeiras para a subsistência ou então para fins comerciais.

Quanto às áreas de matas e florestas plantadas, destaca-se que as mesmas expandiram-se durante o período de 1970 a 1995, embora inexista o dado referente a 2006. Esse crescimento explica-se, principalmente, pela presença recente da silvicultura. Em Mata, essa cadeia produtiva é representada através do plantio de eucaliptos, o qual está presente em vários estabelecimentos agropecuários. Essa atividade proporciona a diversificação produtiva e permiti a complementação de renda aos produtores rurais. As atividades ligadas ao reflorestamento acompanham

⁹ Sobre este assunto ver a Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 referente ao Código Florestal Brasileiro.

a expansão da silvicultura no Estado, principalmente, na Metade Sul, onde grandes grupos nacionais e internacionais têm implantado projetos de florestamento. Além da compra de extensas áreas para a produção, essas empresas têm estimulados os produtores a destinarem parte das áreas de seus estabelecimentos para o cultivo de árvores voltadas à produção de celulose e papel (Tabela 2).

As terras em descanso e produtivas não utilizadas apresentaram um decréscimo significativo em área até 1980, pois, de 2291 ha, passaram para 276 ha. Essa diminuição é explicada pela expansão das áreas de lavouras temporárias. Embora inexistam os dados de 1985 e 2006, a partir de 1995 ocorreu aumento na área com as terras em descanso e produtivas não utilizadas. O crescimento é decorrente porque os produtores rurais estão aderindo à técnica de rotação de terras, pois a mesma proporciona a conservação do solo, através da reposição de nutrientes e, conseqüentemente, maiores rendimentos na produção (Tabela 2).

No que diz respeito às condições dos produtores nos estabelecimentos agropecuários, os mesmos são representados pelos proprietários, arrendatários e parceiros (Tabela 3).

Tabela 3 – Condição do produtor em Mata/RS de 1970 - 1995.

<i>Escala temporal</i>	<i>Condição do produtor (número de estabelecimentos)</i>		
	<i>Proprietário</i>	<i>Arrendatário</i>	<i>Parceiro</i>
1970	588	40	255
1975	508	24	165
1980	576	44	169
1985	662	50	148
1995	599	29	94

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Pela Tabela 3, observa-se que em Mata predomina a condição de proprietário nos estabelecimentos agropecuários. No entanto, a condição de arrendatário apresentou oscilações, pois demonstrou crescimento até 1985 e decresceu, em 1995, significativamente. Pode-se explicar essa situação pela existência do Banco da Terra, o qual consiste em um programa de crédito destinado ao pequeno produtor rural. O Banco da Terra financia o proprietário rural para que ele possa adquirir terra a um prazo de, aproximadamente, vinte anos para pagar. Esse programa é utilizado

no Município, principalmente, pelos filhos de agricultores que pretendem fixar-se na terra e trabalhar como agricultores a exemplo de seus pais. As possibilidades oferecidas por este sistema de crédito justificam o decréscimo na condição de arrendatário, uma vez que, através desse, os produtores rurais conseguem financiar sua própria terra com condições especiais de pagamento.

Através do trabalho de campo constatou-se, também, que é expressivo o contingente de produtores rurais que são proprietários e que arrendam terras, ou seja, são proprietários/arrendatários. A área arrendada corresponde, em alguns casos, em todo o estabelecimento agropecuário e, na maioria das vezes, em uma parte do mesmo, quando o objetivo é apenas para o desenvolvimento de lavouras. Essa sistemática tem como finalidade aumentar a área de plantio ou de criação e, permite agregar renda a produção rural.

A condição de parceiro, que era expressiva até 1970, começou a diminuir significativamente a partir de 1975. Essa, atualmente, encontra-se presente em poucos estabelecimentos agropecuários no Município, uma vez que há pouca utilização dessa forma de relação entre os produtores rurais. A inexpressividade da condição de parceria ocorre, principalmente, pela divergência entre os mesmos com relação à divisão da produção, área de plantio, entre outros fatores, pois, geralmente, inexistente um contrato redigido entre ambos (Tabela 3).

É relevante apontar que as relações de trabalho são importantes para entender a organização do espaço rural de Mata. Nesse sentido, constatou-se que a mão-de-obra predominante no Município é a familiar, a qual apresentou crescimento até 1975, com 3110 pessoas vinculadas nessa categoria. No entanto, no período de 1980 até 1995, observa-se que a mesma apresenta um decréscimo significativo e, a partir de 2006, embora de maneira gradativa, o número de pessoas trabalhando na categoria familiar começou a aumentar novamente. Esse crescimento pode ser explicado pelo fato de que muitos produtores rurais conseguiram adquirir suas terras através de sistemas de créditos, fazendo com que eles próprios se dediquem a sua exploração (Tabela 4).

O crescimento do contingente na categoria de familiar justifica, também, a diminuição expressiva no número de empregados temporários. Esses, muitas vezes, deixam de trabalhar como empregados, para tornarem-se proprietários, comprando terras através do auxílio dos programas de créditos agrícolas. Outro fator que contribuiu para o declínio expressivo de empregados temporários, principalmente, a

partir de 1985, foi o aumento na aquisição e emprego de máquinas e implementos agrícolas nos estabelecimentos agropecuários, uma vez que o processo de modernização provocou uma substituição do trabalho humano (Tabela 4).

Tabela 4 – Pessoal ocupado por categoria em Mata/RS de 1970 – 2006.

<i>Escala temporal</i>	<i>Pessoal ocupado por categoria (número de pessoas)</i>			
	<i>Empregado permanente</i>	<i>Empregado temporário</i>	<i>Parceiro</i>	<i>Familiar</i>
1970	36	83	6	2775
1975	48	113	5	3110
1980	54	103	5	2878
1985	51	85	17	2556
1995	67	27	7	1917
2006	-	-	-	1946

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Org. MORAES, F. D., 2009.

(-) Dados inexistentes.

Destaca-se que a categoria de empregado permanente apresentou crescimento no período de 1970 a 1995¹⁰. Esse aumento pode ser justificado pela expansão das lavouras empresariais e modernizadas, principalmente de soja e arroz no Município, as quais se caracterizam pela utilização significativa de máquinas e implementos agrícolas diversificados. Essa expressividade no número de máquinas, muitas vezes, possibilita o emprego de mais pessoas para trabalhar nas mesmas, pois, geralmente, são mais de um trator ou colheitadeira utilizados nos estabelecimentos agropecuários que produzem tais cultivos (Tabela 4).

Outro fator que favoreceu o aumento no número de empregados permanentes é a questão dos direitos trabalhistas. Explica-se essa situação pelo fato de que muitos produtores rurais optam por possuir essa categoria de empregado e lhe pagar seus direitos trabalhistas, ao invés de terem empregados temporários que possam requerer seus direitos via justiça, pois, na maioria dos casos, eles não pagam os direitos trabalhistas aos mesmos (Tabela 4).

Enfatiza-se que as explorações agropecuárias em Mata são reflexos de um espaço rural diversificado. Este pode ser explicado pela sua estrutura fundiária, a

¹⁰ Os dados para as relações de empregado permanente, empregado temporário e parceiro referentes a 2006 não foram analisados, uma vez que os mesmos não foram divulgados pelo IBGE.

qual, também, é variada. Através da Tabela 5, observa-se o predomínio no número de estabelecimentos agropecuários no estrato de área que varia de 20 ha a 50 ha. Também se destaca que 14 estabelecimentos possuem área de até 20 ha. Essa realidade demonstra que há uma concentração de estabelecimentos com tamanhos de áreas inferiores a 50 ha, o que caracteriza o Município como sendo constituído por pequenos estabelecimentos rurais. Saliencia-se que é nesses que se encontram uma produção diversificada, ou seja, uma policultura. No entanto, nos estabelecimentos rurais maiores, a tendência é para a monocultura, principalmente, de arroz e de soja ou, então, para o desenvolvimento da pecuária de corte.

Tabela 5 – Número de estabelecimentos agropecuários visitados por estratos de área em Mata/RS.

<i>Estratos de área dos estabelecimentos</i>	<i>Número de estabelecimentos</i>
Menor 1 ha	2
1 – 2 ha	2
2 – 5 ha	1
5 – 10 ha	2
10 – 20 ha	7
20 – 50 ha	16
50 – 100 ha	12
100 – 200 ha	2
200 – 500 ha	1
500 – 1000 ha	-
Maior 1000 ha	1
Total	46

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org. MORAES, F. D., 2008.

Outra informação obtida pelas entrevistas foi a questão da estrutura física dos estabelecimentos agropecuários. Identificou-se que, no Município, predominam estabelecimentos com uma estrutura física na forma de parcelamento. Ou seja, a área do proprietário rural, geralmente, não se apresenta com uma extensão contínua. Essa situação favorece a diversificação das atividades atreladas ao estabelecimento, pois, geralmente, os produtores desenvolvem em uma área do mesmo a pecuária e, em outra, a agricultura. O parcelamento também proporciona dinâmica ao funcionamento do espaço rural de Mata.

Constatou-se que as atividades agrícolas do Município também tem passado por problemas, principalmente climáticos, sendo os mesmos responsáveis pela ocorrência de pragas (lagartas), doenças (fungos) e quebras nas safras. Em função disso, os produtores que usufruem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) recebem, em caso de intempéries climáticas, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Esse programa consiste em um tipo de seguro ligado ao PRONAF, sendo que só serão contemplados os produtores que estejam dentro dos requisitos exigidos. Por parte do governo municipal, os proprietários são amparados com atividades ligadas à infraestrutura nos estabelecimentos, como a abertura de açudes e bebedouros em caso de estiagens.

Questionou-se, também, os representantes da EMATER, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da administração pública a respeito da participação e incentivos desses órgãos nos estabelecimentos rurais, na busca pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias e da economia municipal. A EMATER declarou que o apoio oferecido aos produtores consiste na assistência técnica e orientação quanto às atividades produtivas. Estas ocorrem por meio de acompanhamento dos cultivos, auxílio na procura de informações, elaboração de projetos de créditos, aperfeiçoamentos nos estabelecimentos, através de ações de benefícios da família, melhoria das condições de vida, qualificação do proprietário e orientação das condições ambientais.

No que diz respeito à questão ambiental, esta é tratada através da conscientização dos proprietários. Os técnicos demonstram como deve ser realizado o descarte dos resíduos sólidos, a manutenção das matas nativas, os cuidados com os córregos e o reaproveitamento dos compostos orgânicos. Outro aspecto tratado pelos técnicos da EMATER é a importância da coleta de embalagens de agrotóxicos, as quais se referem, principalmente, àquelas utilizadas no cultivo de fumo. A orientação é para que as mesmas sejam devolvidas para as indústrias fornecedoras, responsáveis por realizar a coleta e efetuar o descarte delas nos padrões exigidos pelas leis ambientais.

Outro órgão importante para os agricultores é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este oferece auxílio aos proprietários através de cursos e treinamentos. Além disso, esse órgão viabiliza, aos produtores, o acesso aos créditos agrícolas, como o PRONAF e o Crédito Rural Fundiário. Esse último consiste em um programa

do Banco da Terra que tem por objetivo fixar filhos de produtores rurais no Município e, conseqüentemente, ampliar a produção rural e evitar o êxodo rural.

A Secretaria Municipal de Agricultura também exerce papel fundamental, auxiliando os proprietários rurais com dois técnicos e uma patrulha agrícola com diversos implementos agrícolas, como trator, plantadeira, grade, entre outros. Esses implementos são utilizados pelos produtores que não possuem os equipamentos agrícolas necessários para as atividades rurais. Entre os serviços realizados, estão a preparação da terra, plantio, colheita e produção de silagem aos produtores. Esse auxílio viabiliza o desenvolvimento das atividades nos estabelecimentos, possibilitando maior produção dos mesmos.

Os informantes qualificados também foram arguidos a respeito de propostas de inovações de produção e tecnologia a serem disponibilizadas aos proprietários rurais nos estabelecimentos. De acordo com as informações obtidas, o produtor rural, de maneira geral, reage negativamente, ou seja, prefere produzir através de uma forma conservadora, vendo com muito cuidado as novas tecnologias e inovações. Os proprietários alegam incertezas quanto a sua eficiência e dizem não possuírem recursos. Também destacaram a falta de incentivos e capitais para se lançarem em novas alternativas produtivas.

Através das entrevistas e dos dados da EMATER, observou-se que os produtores rurais estão adquirindo uma melhor qualidade de vida. Isso se justifica pelas aquisições e benfeitorias presentes nos estabelecimentos agropecuários. Entre estas estão as antenas parabólicas, as quais levam até o meio rural informações, a presença de casas de alvenaria, energia elétrica, poços artesianos, eletrodomésticos, aparelho celular, entre outros. Percebe-se, dessa forma, que as condições do meio rural estão muito próximas do urbano.

Identificou-se, em Mata, que muitas pessoas, principalmente jovens, deslocam-se da zona rural para a área urbana do Município para trabalhar no comércio ou nos órgãos públicos locais. Essa sistemática permite que os mesmos busquem a complementação da renda doméstica e uma alternativa para não trabalharem diretamente nas lavouras como seus pais. Porém, muitos deles continuam atrelados ao meio rural.

3.2 A evolução e análise das principais cadeias produtivas e sua importância espacial e econômica em Mata

O município de Mata, por possuir uma topografia diversificada, ou seja, presença de planalto e depressão, apresenta um espaço rural organizado em função das potencialidades e das limitações inerentes a esses compartimentos geomorfológicos. Conseqüentemente tem-se uma matriz produtiva distinta, estruturada no espaço rural, através das lavouras temporárias e da pecuária, observando-se as particularidades dos aspectos físico-naturais atrelados à questão sociocultural.

As incursões a campo permitiram identificar as cadeias produtivas que se desenvolvem no espaço produtivo de Mata, bem como as especificidades da sua organização (Gráfico 2).

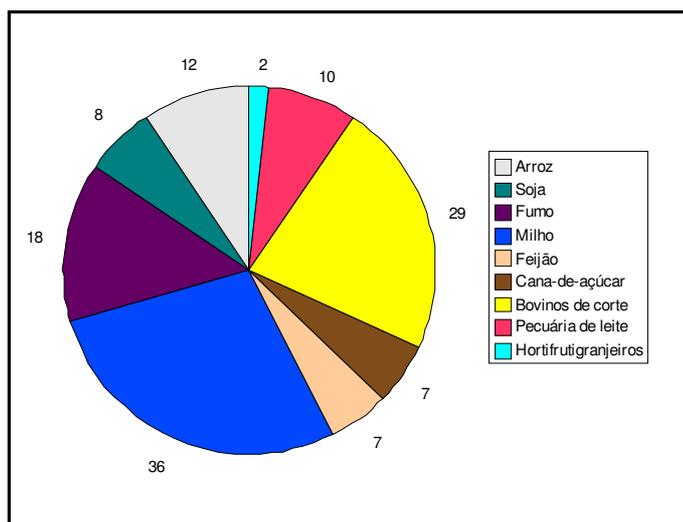


Gráfico 2 – Principais cadeias produtivas nos estabelecimentos agropecuários em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.
Org. MORAES, F. D., 2008.

Pelo Gráfico 2, observa-se que entre as atividades agropecuárias desenvolvidas no espaço rural de Mata, destacam-se o arroz, o fumo, a soja, o milho, o feijão, a cana-de-açúcar, os hortifrutigranjeiros, a pecuária de corte e a leiteira. Enfatiza-se que o cultivo do milho e a criação de bovinos de corte estão presentes na maioria dos estabelecimentos agropecuários do Município.

3.2.1 Cadeia produtiva da pecuária

A cadeia produtiva da pecuária é composta, principalmente, pelos bovinos de corte, ovinos, suínos e bovinos de leite. Ressalta-se que a pecuária foi a primeira atividade introduzida no espaço rural da área, que futuramente constituiria o território municipal de Mata.

A pecuária encontra-se presente em praticamente todos os estabelecimentos rurais do Município em análise. Destaca-se que a maior concentração de bovinos de corte está nas áreas de campos pertencentes à Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, por estas apresentarem áreas propícias ao desenvolvimento dos mesmos (Mapa 2).

Tabela 6 – Evolução do efetivo da pecuária em Mata/RS de 1970 - 2006.

<i>Escala temporal</i>	<i>Pecuária (efetivo de cabeças)</i>		
	Bovinos	Ovinos	Suínos
1970	12191	1173	6548
1975	13141	1523	8043
1980	17642	2301	6356
1985	18215	2852	6255
1995	18798	2804	4603
2006	17293	1601	3686

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.
Org. MORAES, F. D., 2009.

No que se refere ao efetivo da pecuária, os bovinos de corte constituem a principal atividade que se desenvolve no Município. O principal fator para essa expressividade é a presença dos mesmos na maioria dos estabelecimentos agropecuários. Constatou-se que o efetivo de bovinos teve aumento gradativo no período entre 1970 até 1995, atingindo inclusive, em 1995, um total de 18798 cabeças. No entanto, a partir de 2006, o número de cabeças decresceu para 17293, ou seja, um declínio de 8,0%. Essa diminuição é explicada pela expansão das lavouras de soja a partir de 2006. O aumento da área cultivada com a soja está sendo responsável por uma transformação no espaço rural de Mata, pois os campos ocupados com a criação de gado estão cedendo espaço para as lavouras desse cultivo. Entre os principais motivos para essa mudança, cita-se a rentabilidade da

produção de soja, a qual é maior que a obtida pela pecuária. Além disso, os proprietários acham vantajoso arrendar os campos para a cultura da soja, pois a renda é maior (Tabela 6).

Além dos dados quantitativos fornecidos pelo IBGE, utilizou-se informações qualitativas, através das entrevistas com os proprietários rurais. Ao se questionar sobre a exploração dos estabelecimentos, observou-se que 96,5% dos mesmos são explorados pelos próprios proprietários. No entanto, 34,5%, também, buscam maior rentabilidade de suas terras através do arrendamento das mesmas.

Quanto à residência dos pecuaristas, apenas em dois casos os mesmos não residem no estabelecimento rural. Um mora na área urbana de Mata, o qual também exerce a profissão de farmacêutico e, o outro, reside em Bagé, onde trabalha como médico veterinário e visita o estabelecimento esporadicamente (uma vez por mês). No entanto, esses proprietários deixam os estabelecimentos sob a responsabilidade de empregados permanentes, aos quais cabe realizar as tarefas nos mesmos.

Argumentou-se, durante as entrevistas, sobre a utilização da terra nos estabelecimentos criadores de bovinos de corte. Os produtores declararam que, paralelamente à pecuária de corte, cultivam lavouras temporárias, principalmente, de arroz, soja e milho. Nesses estabelecimentos também estão presentes áreas de matas nativas. Ressalta-se que, em um dos estabelecimentos, a área de lavoura é arrendada para terceiros, ficando, sob a responsabilidade do proprietário, apenas a criação de bovinos e ovinos.

No que se refere à mão-de-obra utilizada para o manejo de bovinos, constatou-se que predomina a familiar. Apenas nos dois maiores estabelecimentos destinados a essa atividade, ocorre o emprego de assalariados permanentes, os quais também residem nos mesmos. Dessa forma, observa-se o predomínio de uma pecuária familiar no Município, uma vez que as relações de trabalho baseadas na família estão mais presentes que as assalariadas.

Outra informação obtida nas entrevistas refere-se à presença de atividades paralelas à criação de gado de corte nos estabelecimentos. Observou-se que, nos estabelecimentos situados na área de planalto do Município, juntamente com os bovinos, há a presença, principalmente, das lavouras de fumo e milho. Já nas áreas de campos da Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, predomina, paralelo aos bovinos de corte, as lavouras de arroz, soja e milho. Cabe salientar que nos estabelecimentos rurais onde as lavouras de soja são predominantes, após a

colheita, os produtores destinam as áreas das mesmas para as pastagens, principalmente, com aveia e azevém, as quais são utilizadas para alimentarem o gado.

Pode-se afirmar que em Mata predomina a criação de gado de forma extensiva. Ressalta-se que em alguns estabelecimentos há manejos de forma intensiva, uma vez que os produtores rurais fazem silagem e pastagens para alimentar o gado. Apenas em um estabelecimento há confinamento de bovinos em galpões. A atividade pecuarista, de certa forma, é consorciada com a agricultura pelo uso das pastagens que são realizadas nas áreas de lavouras, geralmente, de soja e milho.

É relevante apontar que o Município, por ter um espaço rural diversificado e por apresentar estabelecimentos com dimensões variadas, apresenta o efetivo do rebanho de bovinos de corte, também, diversificado quanto ao número de cabeças. Há estabelecimentos com apenas 10 cabeças, e o maior deles, com 1100 ha, possui um rebanho com 1100 cabeças de bovinos.

A produção dos bovinos de corte no Município destina-se para a subsistência e, na sua grande maioria, para o abastecimento do mercado local. No entanto, os carneiros são comercializados, geralmente, para outros produtores rurais no próprio Município. O restante do gado destina-se tanto para o abastecimento local quanto regional, como para os municípios de São Vicente do Sul, Tupanciretã, entre outros. Uma parcela significativa dos rebanhos bovinos destina-se para os frigoríficos regionais, e somente dois estabelecimentos produzem para o mercado externo, principalmente para os países do MERCOSUL.

Diferentemente da agricultura em Mata, a qual está cada vez mais se modernizando, a pecuária de corte ainda encontra-se em um padrão de desenvolvimento tradicional. Constatou-se que os produtores rurais, geralmente, não buscam selecionar as raças dos seus rebanhos, a fim de melhorar a qualidade genética dos mesmos. São poucos os pecuaristas que investem em uma pecuária mais aprimorada, baseada no melhoramento de raças, no complemento alimentar e na aplicação de vacinas, a não serem as obrigatórias.

Com relação aos ovinos, observou-se um aumento significativo dos mesmos até 1985, quando se tem um total de 2852 cabeças. A partir de 1995, esse plantel começa a diminuir e, em 2006, o declínio é expressivo, chegando a apenas 1601 cabeças, o que representa 43,8% do rebanho total. Esse decréscimo justifica-se

porque, em Mata, a criação de ovinos destina-se, principalmente, a subsistência nos estabelecimentos agropecuários. A comercialização não é expressiva e a crescente desvalorização no mercado da lã ovina fez com que os produtores não invistam na produção de ovinos. Por isso os rebanhos são pequenos, com aproximadamente 20 cabeças. Em função disso, os produtores rurais não buscam melhorar as raças, a fim de aprimorar a qualidade genética dos mesmos (Tabela 6).

No que diz respeito aos suínos, estes apresentaram uma elevada produção até 1975 com 8043 cabeças, devido a sua utilização para subsistência, uma vez que as famílias eram numerosas e a carne suína era utilizada para sua alimentação. Também, a falta de energia elétrica, na zona rural, era responsável pela dificuldade da conservação de carnes. Nesse sentido, a carne de suínos era mais consumida em função de ser conservada frita em meio à banha em latas fechadas. A partir de 1980, o número de suínos começou a declinar expressivamente, pois em 2006 observa-se a presença de apenas 3686 cabeças. Houve, dessa forma, uma redução de 54% do efetivo de suínos. Pode-se dizer que essa diminuição ocorreu em virtude do baixo consumo dessa carne e de seus derivados, uma vez que atualmente o padrão de vida requer carnes com baixo teor de gordura, o que contribui para que esse tipo de pecuária reduza cada vez mais no Município (Tabela 6).

No entanto, Mata apresenta uma exceção quanto à produção dos suínos, ou seja, possui dois condomínios criatórios para este tipo de carne na atualidade. O maior dos criatórios pertence a um pequeno estabelecimento, o qual possui uma área em torno de 5 ha e apresenta 280 cabeças de suínos. Esse se caracteriza por ser fornecedor de leitões, principalmente, para os agricultores familiares, que os compram e realizam a tarefa de engorda para posterior comercialização. O outro criatório é menor, possuindo apenas 60 cabeças de suínos, e pertence a um estabelecimento agropecuário com aproximadamente 68 ha. Nesse estabelecimento, além dos suínos, também estão presentes outras atividades, como a soja, o milho e a pecuária de corte. O milho é utilizado na preparação da ração para a alimentação dos suínos, os quais são criados de forma intensiva, através de confinamento. Ressalta-se que a produção de suínos destina-se à comercialização local e regional, especificamente nos municípios de São Pedro do Sul, Santa Maria e Jaguari. São vendidos para açougues, mercados, agroindústrias e consumidores finais (Fotografia 1).



Fotografia 1 – Criação de suínos confinados na localidade de São José do Louro em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.
Org. MORAES, F. D., 2008.

A pecuária leiteira é outra atividade presente no espaço produtivo de Mata. Esta é desenvolvida nas pequenas unidades produtivas, com aproximadamente até 50 ha. Geralmente está consorciada com a agricultura de milho, de feijão e da cana-de-açúcar, as quais predominam na porção norte do Município. Destaca-se que o milho e a cana-de-açúcar servem para suplementação da alimentação desse gado. Os produtores rurais afirmaram que a atividade leiteira, apesar de exaustiva, é compensatória, pois é a que oferece maior renda. Assim, a comercialização do leite *in natura* é realizada no próprio Município e proporciona, ao pequeno agricultor, agregar valor a sua renda mensal (Mapa 2).

O manejo dos bovinos leiteiros ocorre de forma intensiva. Os produtores disponibilizam aos mesmos alimentação proveniente de pastagens, silagem e ração. Destaca-se que, embora o manejo seja intensivo, os bovinos também complementam sua alimentação, em algumas horas por dia, nas pastagens naturais.

Outro questionamento realizado com os entrevistados refere-se à mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos com pecuária leiteira. Observou-se que, em todos os estabelecimentos atrelados a essa atividade, predomina o emprego de mão-de-obra familiar. Justifica-se tal emprego, uma vez que a atividade leiteira está presente em pequenos estabelecimentos e pelo fato de que os produtores utilizam ordenhadeiras mecânicas, as quais facilitam o trabalho de coleta do leite.

O município de Mata possui uma indústria de queijo, a qual apresenta uma importância expressiva para a economia local e, principalmente, aos produtores rurais que pertencem à bacia leiteira. A produção de leite é comercializada toda *in natura* e destina-se ao abastecimento da mesma, localizada na área urbana do

Município e, em menor escala, ao consumidor final. Essa produção totaliza aproximadamente 118 litros/dia nos estabelecimentos. O efetivo do rebanho de vacas leiteiras apresenta uma média em torno de 19,3 vacas por estabelecimento agropecuário.

A queijaria processa queijos dos tipos lanche e mussarela. Destaca-se que os mesmos possuem a marca D'Mata e são comercializados no Município e, em maior proporção, abastecem o mercado regional. Os queijos são vendidos nos mercados, padarias e lancherias dos municípios de Santa Maria, Rosário do Sul, São Vicente do Sul, Cacequi, entre outros. No entanto, em Mata, a presença dos mesmos é inexpressiva, o que demonstra a falta de interesse do comércio e da população em valorizar a produção local.

A matéria-prima utilizada nessa indústria provém do interior do Município. Constatou-se que, apesar de receber 50.000 litros/mês de leite de 38 produtores rurais, a queijaria ainda funciona com disponibilidade de elevar significativamente a produção. Para ocorrer a expansão, é necessário aumentar a produção da bacia leiteira por parte dos produtores rurais. Porém, alguns proprietários que já estão atrelados a essa atividade não pensam em aumentar a produção em função do trabalho que a mesma requer, sendo este um dos principais fatores por que outros produtores não aderem à pecuária leiteira. Existem, também, aqueles produtores que não investem na mesma por receio de se inserirem em uma nova atividade da qual não estão habituados.

Indagou-se, também, nas entrevistas, sobre a importância da pecuária leiteira e da indústria de queijo. Os representantes da indústria declararam que, através dessa atividade, os proprietários possuem salário mensal e local certo para venda da sua produção. Para o Município, a queijaria contribui, principalmente, na arrecadação municipal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). A mesma encontra-se em segundo lugar, uma vez que em primeiro está a indústria de beneficiamento de arroz.

No que diz respeito às perspectivas de desenvolvimento econômico atrelado à atividade leiteira, constatou-se que alguns produtores têm interesse de expandirem a produção, uma vez que há mercado para a sua comercialização e incentivos, via financiamento específicos para essa atividade, através do Banco do Brasil. Para a indústria, a meta é aumentar e diversificar a produção dos derivados do leite, com o iogurte e o leite em sachê. No entanto, essa expansão somente será possível se

houver a conscientização dos produtores em expandir a bacia leiteira e, conseqüentemente, aumentar o fornecimento do leite *in natura*. Outro fato a considerar é a questão social que essa indústria representa para o Município. A possibilidade de diversificação e ampliação da produção necessitará do aumento de mão-de-obra, o que significa geração de empregos.

De acordo com a EMATER do Município, a pecuária de leite precisa se aperfeiçoar, pois a infraestrutura dos estabelecimentos atrelada a essa atividade necessita de melhorias. Além disso, deve haver melhoramento na qualidade genética dos animais e de pastagens para complementar a alimentação dos rebanhos, pois, em alguns estabelecimentos pertencentes à bacia leiteira, não há disponibilidade de todas as infraestruturas adequadas para uma produção satisfatória e de boa qualidade.

3.2.2 Cadeia produtiva do arroz

Em Mata, a produção de arroz constitui-se em um dos mais expressivos cultivos da matriz econômica, que contribui com a economia local. A cultura do arroz foi um dos primeiros produtos a ser cultivado no Município e está presente antes mesmo de sua emancipação política. O mesmo é produzido nas áreas propícias que abrangem a Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense, na qual parte da unidade territorial em estudo está assentada. As principais localidades produtoras de arroz são Vila Clara e São Rafael (Mapa 2).

Através da Tabela 7, pode-se observar que o arroz aumentou em área plantada, quantidade produzida e produtividade no decorrer da escala temporal em estudo, com exceção do ano de 1975. Em 1995 a produção mais do que duplicou, pois se tem 8225 toneladas, enquanto que em 1970 tinha-se 3371 toneladas, correspondendo a 143,9% de crescimento no total produzido. Pode-se dizer, então, que o cultivo de arroz, caracterizado como lavoura empresarial, encontra-se em expansão no que se refere a sua produtividade, uma vez que esta se apresenta em constante elevação desde a década de 1970.

Tabela 7 – Área plantada e quantidade produzida de arroz em Mata/RS de 1970 – 1995.

<i>Escala temporal</i>	Arroz		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1970	1069	3371	3,1
1975	999	3498	3,5
1980	1026	3525	3,4
1985	1457	6053	4,1
1995	1489	8225	5,5

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Para se entender como o cultivo do arroz influencia na organização do espaço rural de Mata, é importante realizar uma análise atualizada do mesmo¹¹ (Tabela 8).

Tabela 8 – Área plantada e quantidade produzida do arroz em Mata/RS de 1997 – 2007.

<i>Escala temporal</i>	Arroz		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1997	1505	7505	4,9
1998	1500	7125	4,7
1999	1500	8250	5,5
2000	1600	8800	5,5
2001	1600	8800	5,5
2002	1600	8800	5,5
2003	1600	7616	4,7
2004	1600	8960	5,6
2005	1600	9562	5,9
2006	1600	9600	6
2007	1600	9600	6

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.
Org. MORAES, F. D., 2009.

¹¹ Para realizar uma análise de como os cultivos do arroz, do fumo, da soja, do milho, do feijão, da cana-de-açúcar, da laranja e da uva, comportam-se na atualidade, tornou-se necessário utilizar outra fonte de dados, uma vez que os dados dos Censos Agropecuários do IBGE estão disponíveis somente até 1995. Dessa forma, optou-se pelos dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) para o período de 1997 a 2007.

Constatou-se pela Tabela 8 que, no período analisado, a quantidade produzida do arroz aumentou significativamente. Essa expansão foi em torno de 2475 toneladas, cerca de 28%, apesar de não apresentar alterações expressivas na área de plantio. De acordo com a EMATER do Município, o cultivo de arroz dificilmente terá um crescimento horizontal, pela falta de áreas propícias a essa cultura, uma vez que as disponíveis estão praticamente sendo cultivadas. A partir disso, está ocorrendo um crescimento vertical, através do aumento da produtividade, a qual apresentou elevação expressiva de 1997 a 2007, em função do uso de insumos e técnicas modernas de produção. Os produtores estão, também, investindo mais em mecanização e equipamentos agrícolas avançados.

Dessa forma, a expansão do cultivo de arroz em Mata deve-se às condições físico-naturais favoráveis, principalmente às extensas planícies fluviais do rio Toropi. Outros fatores que auxiliam no aumento da produção de arroz são os altos rendimentos e garantia de comercialização no mercado local e regional (Fotografia 2).



Fotografia 2 – Cultivo de arroz na localidade de São Rafael em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org. MORAES, F. D., 2008.

As informações obtidas sobre a cadeia produtiva do arroz basearam-se, além de em dados quantitativos, em entrevistas com os proprietários rurais. Questionou-se aos produtores de arroz sobre a exploração do estabelecimento agropecuário. Constatou-se que 75% dos mesmos são proprietários das terras. Também, observou-se que desses, 44% arrendam terras para aumentarem a área plantada e, conseqüentemente, a produção de arroz.

No que se refere à utilização da terra nos estabelecimentos, identificou-se

que, em 58% dos mesmos, esta é utilizada de forma mista, onde a área é destinada tanto para o cultivo de lavouras temporárias quanto para a pecuária. Também se encontram, nesses estabelecimentos, áreas de matas nativas, geralmente matas ciliares ao longo dos rios, as quais são preservadas devido às exigências ambientais.

Quanto à residência dos proprietários, identificou-se que 68% deles residem nos próprios estabelecimentos rurais. O restante dos produtores desloca-se diariamente (na época de plantio ou da colheita do arroz) para a área urbana, uma vez que as distâncias entre a cidade e o meio rural lhes permitem esse deslocamento.

A exemplo de outras culturas, também, para o arroz é realizada a prática de arrendamento. O pagamento do mesmo aos proprietários da terra é geralmente efetuado através da porcentagem por hectare ou por quadra colhida de arroz estipulada no contrato ou verbalmente.

Quanto à mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos, constatou-se que predomina a familiar. Observou-se que todos os produtores entrevistados participam do processo da produção de arroz, alguns com a ajuda dos filhos. No entanto, as lavouras de arroz caracterizam-se como lavouras empresariais, e por isso, em algumas delas, ocorre a presença de empregados assalariados permanentes e, em maior escala, os temporários. Estes são contratados, principalmente, nos períodos de preparação da terra, no plantio e na colheita. Destaca-se que alguns empregados, embora sejam permanentes, não mantêm residência fixa nos estabelecimentos, uma vez que residem próximos aos mesmos, pois a mão-de-obra é proveniente tanto da zona urbana quanto do meio rural.

Salienta-se que, em 83% dos estabelecimentos produtores de arroz amostrados, esse é o único cultivo, além da atividade pecuarista. Poucos estabelecimentos destinam-se a outras atividades agrícolas paralelas, como os cultivos de milho e de soja. A criação de bovinos está presente na maioria dos estabelecimentos produtores de arroz, uma vez que os orizicultores também são os maiores pecuaristas do Município e utilizam as restegas do arroz para complementarem a alimentação da pecuária.

A área destinada ao plantio do arroz, nos estabelecimentos agropecuários de Mata, apresenta-se variada. Ou seja, há lavouras que possuem área com até 220 ha e outras com apenas 15 ha. Essa oscilação do tamanho das áreas das lavouras

demonstra que essa cultura é uma das principais do Município. Dessa forma, o tamanho dos estabelecimentos que se destinam a esse cultivo também é diversificado, pois esses variam de 38 ha a 180 ha.

Quanto à comercialização do arroz, os produtores destinam a maior parte da safra para o abastecimento local, uma vez que o Município possui uma indústria de beneficiamento do mesmo. No entanto, eles também enviam para o mercado regional, principalmente para São Vicente do Sul e São Pedro do Sul. Ressalta-se que o principal mercado para a comercialização da produção são essas indústrias de beneficiamento de arroz presentes em Mata e nos municípios próximos.

O Município, por possuir uma indústria de beneficiamento de arroz, apresenta uma significativa importância para os proprietários rurais e para a economia local. O arroz beneficiado em Mata possui três marcas comerciais, que são D'Mata, Rei da Panela (tipo 1) e Peger (tipo 2).

Quanto à procedência da matéria-prima para o processamento na indústria, constatou-se que a porcentagem maior de arroz é do próprio Município. A mesma também é adquirida em São Vicente do Sul, Alegrete, Cacequi e São Pedro do Sul. A produção beneficiada de arroz é destinada ao abastecimento local e regional. Salienta-se que apenas uma pequena parte do arroz abastece o comércio de Mata, pois a grande porcentagem é comercializada diretamente com os mercados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Enfatiza-se que o serviço de beneficiamento de arroz é de extrema relevância para Mata. Este proporciona aos produtores rurais menor frete para o escoamento da safra, facilidade na comercialização do produto e maior valor agregado a sua produção. Assim, a presença da indústria de beneficiamento serve de estímulo para eles, pois podem contar com essa empresa na comercialização de 100% das suas safras, sem se deslocar do Município. Para a economia local, a sua importância está no retorno dos impostos, pois a empresa está em primeiro lugar na arrecadação municipal de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). Também na geração de empregos, uma vez que é significativo o número de pessoas empregadas nessa atividade, pois o comércio municipal não absorve a mão-de-obra local disponível.

Quando se indagou aos proprietários como é empregado o retorno obtido com a produção de arroz, eles afirmaram que investem, geralmente, no estabelecimento agropecuário. Buscam melhorar a lavoura para obtenção de maior produtividade, ou, então, realizam benfeitorias através da aquisição de máquinas e terras. Alguns

investem na compra de carros e apartamentos, geralmente, em Santa Maria.

No que diz respeito às perspectivas de investimentos em outras atividades ou cultivos nos estabelecimentos produtores de arroz, observou-se que a maioria dos proprietários não pretende diversificar a produção. Os mesmos colocam empecilhos, pois dizem que não há incentivos financeiros para novas atividades. Salientam que a monocultura do arroz pode ser um problema, uma vez que eles ficam dependentes de um único produto, e que qualquer perda na safra pode ocasionar problemas financeiros significativos.

3.2.3 Cadeia produtiva do fumo

O fumo, juntamente com o arroz, constitui-se no binômio que alicerça a matriz produtiva de Mata. Este é produzido, principalmente, nas áreas de planalto, localizadas ao norte e nordeste do Município, as quais foram colonizadas por imigrantes alemães, italianos e seus descendentes. Esse cultivo está presente no Município desde os primórdios da colonização, porém, após a década de 70, apresentou expansão em área e quantidade produzida (Mapa 2 e Tabela 9).

Tabela 9 – Área plantada e quantidade produzida do fumo em Mata/RS de 1970 - 1995.

<i>Escala temporal</i>	Fumo		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1970	-	222	-
1975	106	117	1,1
1980	135	144	1,1
1985	60	89	1,4
1995	384	452	1,1

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Org. MORAES, F. D., 2009.

(-) Dado inexistente.

No que diz respeito à área plantada e quantidade produzida, o fumo apresentou aumento significativo de 1975 a 1995, embora apresentasse em 1985 um decréscimo. A produção elevou-se expressivamente, principalmente, após 1985,

quando a mesma passou de 60 ha cultivados para 384 ha. No que se refere à quantidade produzida, a produção que era de 89 toneladas em 1985 cresceu para 452 toneladas. A produtividade de fumo não apresentou valor expressivo, pois se concentrou entre 1,1 e 1,4 toneladas/hectare. A elevação na produção justifica-se, principalmente, por esse produto ser expressivo na matriz produtiva de Mata e cultivado nas pequenas unidades produtivas, as quais são maioria no Município, uma vez que essa cultura apresenta rendimentos satisfatórios em reduzidas áreas (Tabela 9).

Tabela 10 – Área plantada e quantidade produzida de fumo em Mata/RS de 1997 - 2007.

<i>Escala temporal</i>	Fumo		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1997	400	720	1,8
1998	450	648	1,4
1999	450	803	1,8
2000	450	803	1,8
2001	500	1025	2
2002	550	1128	2
2003	903	1535	1,7
2004	1200	2160	1,8
2005	1200	1692	1,4
2006	1200	2160	1,8
2007	1200	2160	1,8

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Pela Tabela 10, constatou-se que o fumo obteve gradual crescimento em área, produção e produtividade no período de 1997 a 2007, embora se tenha um decréscimo dessas variáveis em 2005, em virtude de uma estiagem que afetou o Município. A área cultivada apresentou um crescimento expressivo, pois esta triplicou, passando de 400 ha em 1997 para 1200 ha em 2007, correspondendo a 200%. Na quantidade produzida, o aumento também foi significativo, uma vez que a produção de 720 toneladas em 1997 atingiu 2160 toneladas em 2007, ou seja, cresceu 200% no total produzido.

Dessa forma, destaca-se que o fumo é um produto que tende à expansão,

principalmente, pela sua produtividade. Esta apresentou elevado valor no período estudado, pois variou de 1,4 a 2,0 toneladas/hectare. A partir disso, pode-se dizer que a sua relevante produção e expansão devem-se à valorização do mesmo no mercado interno e externo, à garantia de comercialização fornecida pelas empresas fumageiras e elevada produção em pequenas áreas (Tabela 10).

Através das entrevistas realizadas com os proprietários rurais, observou-se, com relação à exploração dos estabelecimentos, que 72,2% dos produtores de fumo são proprietários. E que 27,7%, além de proprietários, arrendam terras para aumentar a produção. Quanto à utilização da terra nos estabelecimentos produtores de fumo, identificou-se que em 72% dos mesmos a área é destinada para as lavouras temporárias e para pecuária. Também se destaca a presença de matas nativas, geralmente, nas áreas mais íngremes dos estabelecimentos, uma vez que estes estão localizados nas áreas de planalto. No entanto, é possível encontrar lavouras de fumo em áreas com alta declividade, o que, muitas vezes, provoca erosão do solo, principalmente quando o mesmo é arado e está exposto na época de plantio do produto.

No que se refere à residência dos proprietários, constatou-se que todos residem nos estabelecimentos rurais. Esse fato é justificado, principalmente, por tratar-se de pequenas unidades produtivas. Dessa forma, observou-se, a respeito da mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos fumicultores, que a família desempenha um papel decisivo na organização do trabalho. Todos os membros da família exercem algum tipo de tarefa, principalmente pelo fumo ser um cultivo que necessita de trabalho manual constante em todo o seu processo produtivo. Em apenas 28% dos entrevistados, há o emprego de assalariados temporários, requisitados, geralmente, na época de colheita. Uma prática utilizada é a troca de serviços entre vizinhos ou parentes na cultura de fumo.

Observou-se pelas entrevistas que, nos estabelecimentos onde é plantado o fumo, os mesmos apresentam uma produção policultora. Além do fumo, estão presentes outras culturas como o milho, a cana-de-açúcar, o feijão, e, em alguns, a pecuária de corte e a de leite se fazem presentes. Essa diversificação produtiva torna os produtores quase que autônomos no que diz respeito a sua subsistência e menos dependentes financeiramente se cultivassem apenas um produto.

Quanto à estrutura fundiária, a cultura do fumo predomina nos pequenos estabelecimentos agropecuários com estrato de área que varia de 2 a 53 ha. A partir

disso, as lavouras também possuem dimensões de área reduzidas, pois as mesmas se apresentam entre 1 a 10 ha plantados. Entretanto, há estabelecimentos com fumo que se tornam exceções, por possuírem aproximadamente 100 ha de área (Fotografia 3).

O fumo produzido em Mata é destinado como matéria-prima para o abastecimento regional, dirigindo-se, principalmente, para os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. São nesses municípios que se localizam as empresas fumageiras que prestam serviços aos produtores do Município. Estas também apresentam importante papel aos produtores, porque elas realizam a comercialização da produção com o mercado externo.



Fotografia 3 – No primeiro plano tem-se o cultivo de fumo e no segundo a presença de mata nativa na localidade de Sertão em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org. MORAES, F. D., 2008.

Outra questão enfatizada nos questionários referia-se ao retorno da produção. Os produtores declararam que a renda obtida com a cultura do fumo é investida no próprio estabelecimento. Dessa forma, procuram melhorar as benfeitorias, aumentando a produtividade da lavoura. Investem também na sua qualidade de vida e bem-estar. Alguns fazem aquisições de terras e de automóveis, entre outros

Pode-se observar, ainda, que 89% dos proprietários rurais entrevistados não pensam em investir em outras atividades, nos seus estabelecimentos rurais. Eles alegam que com o fumo o rendimento é elevado, ou seja, segundo um produtor, não há outro cultivo que renda mais que esse. Declararam, também, que não há incentivos por parte do governo municipal, recursos financeiros, falta mão-de-obra e apresentam receio em investir em algo que pode não satisfazer as perspectivas

esperadas. Alguns proprietários pensam em investir na piscicultura, mas se deparam com a falta de infraestrutura nos estabelecimentos e na deficiência de incentivos por parte do poder público para realizar a abertura de açudes.

Questionou-se aos aposentados se eles continuam explorando o estabelecimento. Alguns afirmaram que continuam trabalhando, outros trabalham com os filhos ou somente os filhos assumiram as atividades. Ocorrem, também, casos em que os mesmos arrendam as áreas de lavouras e se dedicam apenas à pecuária. Quanto aos rendimentos obtidos com a aposentadoria, afirmaram que investem nas despesas domésticas, remédios, bem-estar, entre outras. Pode-se dizer que esta se torna uma complementação na renda dos mesmos, pois, em muitos casos, com a aposentadoria, os proprietários não exploram com tanta relevância o estabelecimento e aproveitam para descansar, quando não migram para a cidade.

3.2.4 Cadeia produtiva da soja

O cultivo da soja, em Mata, é produzido, desde a origem do Município, principalmente, nas coxilhas da localidade de São Rafael (Mapa 2). Observando-se a Tabela 11, destaca-se que a soja apresentou crescimento em área plantada e quantidade produzida até 1980. Enfatiza-se que é nesse período que ocorreu o processo de modernização agrícola no Rio Grande do Sul. A soja foi o produto mais valorizado e responsável pela modernização agrícola no Município. A partir de 1985, há uma expressiva diminuição na área produzida, pois, de 4611 ha cultivados, ocorreu declínio para 636 ha destinados a essa cultura em 1995, representando uma redução de aproximadamente 86% da área. No entanto, a produtividade não apresentou alterações expressivas durante o período analisado, pois a mesma variou entre 0,9 e 1,2 toneladas/hectare. O decréscimo em área e, conseqüentemente, em produção é explicado, principalmente, pelo aumento no efetivo de bovinos de corte em Mata em 1995. O principal motivo para esse crescimento é a valorização dos mesmos no mercado (Tabela 6).

Tabela 11 – Área plantada e quantidade produzida de soja em Mata/RS de 1970 – 1995.

Escala temporal	Soja		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1970	566	534	0,9
1975	3430	3701	1,1
1980	4611	5134	1,1
1985	3243	3866	1,2
1995	636	694	1,1

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Através de informações obtidas no trabalho de campo em 2008, esse cultivo voltou a ser plantado em grandes áreas a partir de 2005, principalmente, a soja transgênica (Tabela 12).

Tabela 12 – Área plantada e quantidade produzida de soja em Mata/RS de 1997 - 2007.

Escala temporal	Soja		
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>	<i>Produtividade (Ton./ha)</i>
1997	580	826	1,4
1998	600	900	1,5
1999	600	720	1,2
2000	600	900	1,5
2001	600	720	1,2
2002	600	504	0,8
2003	600	900	1,5
2004	600	702	1,2
2005	600	432	0,7
2006	900	2160	2,4
2007	900	2160	2,4

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.
Org. MORAES, F. D., 2009.

No período de 1997 a 2005, observa-se que a área destinada ao plantio de soja manteve-se constante, ou seja, em torno de 600 ha. No entanto, em 2006 e 2007, essa área elevou-se para 900 ha. No que diz respeito à quantidade produzida,

esta apresentou oscilações ao longo desse período. Porém, o aumento mais significativo na produção ocorreu após 2006, quando se tem 2160 toneladas produzidas. Ou seja, houve um crescimento entre 1997 a 2007 em torno de 161% do total produzido. O declínio da produção em 2005 de 432 toneladas justifica-se por uma estiagem no Município, a qual provocou uma queda na colheita. A expansão das lavouras de soja deve-se, principalmente, a sua elevada valorização tanto no mercado nacional quanto no internacional. Também, esse crescimento justifica-se pelo fato de que a soja apresenta maior produtividade e rentabilidade com relação à pecuária (Tabela 12).

Com relação à produtividade, destaca-se que a mesma apresentou elevação nos seus índices no período estudado, com exceção dos anos de 2002 e 2005. A maior produtividade é explicada pelos altos investimentos em mecanização, técnicas e insumos, principalmente, sementes transgênicas, os quais são os responsáveis pelos rendimentos satisfatórios e que estimulam os agricultores a investirem nessa cultura (Tabela 12).

Enfatiza-se que, com a diminuição na criação extensiva de bovinos, em função do crescimento na área plantada de soja a partir de 2006, os produtores utilizam as áreas das lavouras para as pastagens de inverno. Com essa prática, é realizada a engorda do gado, e os proprietários vendem os mesmos antes de iniciarem a preparação das terras para o próximo plantio.

Também se obteve informações sobre o cultivo da soja em dados qualitativos, ou seja, com base em entrevistas. Quando os proprietários foram indagados sobre a exploração nos estabelecimentos, constatou-se que 75% dos mesmos são proprietários e buscam expandir a produção do seu estabelecimento através do arrendamento.

Pelo trabalho de campo, percebe-se que a utilização da terra nesses estabelecimentos é direcionada para as lavouras temporárias e para a pecuária de corte. Esses, também, possuem áreas com presença de matas nativas, geralmente, ao longo de rios e nas áreas com maior declividade.

No que se refere à residência do proprietário, observou-se que a maioria possui domicílio permanente nos estabelecimentos. Apenas um proprietário reside na área urbana, uma vez que o mesmo, além da profissão de produtor rural, também exerce a profissão de farmacêutico.

Como a maioria dos produtores de soja são arrendatários, questionou-se

sobre a forma de pagamento dos arrendamentos. Os proprietários afirmaram que este é realizado, geralmente, através de um contrato pré-estabelecido, o qual estipula a quantidade de sacos colhidos por hectare como forma de pagamento.

A respeito da mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos, constatou-se que, em 62% dos mesmos, apesar da soja ser caracterizada como lavoura empresarial, predomina o emprego de mão-de-obra familiar. Esta, geralmente, é realizada com a participação dos filhos. Salieta-se que alguns dos agricultores contratam assalariados temporários nos períodos de plantio e colheita. Quanto aos assalariados permanentes, essa categoria é encontrada em apenas um estabelecimento.

Outra questão abordada nas entrevistas referia-se às atividades paralelas desenvolvidas juntamente com a cultura da soja. Observou-se que, em todos os estabelecimentos, ocorre o cultivo do milho e tem-se a presença da pecuária de corte. Em 37% dos estabelecimentos, há, também, a cultura do arroz. No entanto, a soja é o cultivo mais expressivo, o qual é a garantia dos produtores. Destaca-se que, no que diz respeito aos lucros, a cultura da soja só perde, em rendimento, para o arroz.

Enfatiza-se que a pecuária torna-se a segunda opção produtiva nesses estabelecimentos, e o milho, como produto suplementar, é produzido apenas para a alimentação dos animais. A aveia e o azevém se encontram nas áreas das lavouras de soja, uma vez que estas servem para alimentar o gado e ajudar na reposição de nutrientes da terra no período de inverno.

Quanto à área destinada ao plantio da soja, nos estabelecimentos, a mesma é variada. Existem lavouras com estrato de área de 10 ha, até maiores com 300 ha. Quanto ao tamanho dos estabelecimentos que se destinam a essa cultura, também é diversificado, uma vez que o menor possui 48 ha e o maior tem 1100 ha (Fotografia 4).

É importante ressaltar que a produção de soja abastece o mercado regional, uma vez que aproximadamente 37% da produção destina-se para São Pedro do Sul, e em torno de 50%, a São Vicente do Sul. Apenas a produção de um agricultor é levada para o porto de Rio Grande, pois visa o mercado externo.



Fotografia 4 – Cultivo de soja na localidade de São Rafael em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org. MORAES, F. D., 2008.

Também se indagou aos produtores como eles investem o retorno financeiro obtido através da produção de soja. Eles afirmaram que, geralmente, a renda é direcionada para melhorias no estabelecimento, através do incremento na lavoura, buscando aumentar e melhorar a produtividade. Alguns afirmaram que realizam benfeitorias nos estabelecimentos, como casas e galpões. Outros destacaram que adquirem carros, terras e imóveis em outros municípios.

A respeito dos investimentos nos estabelecimentos agropecuários, a maioria, ou seja, 87% dos produtores, não pensam em investir em outras atividades, uma vez que o mercado está muito oscilante. Outros não possuem capital para buscarem alternativas de produção. Ressalta-se que apenas um proprietário está começando a diversificar a produção, com a introdução da silvicultura. A maioria dos proprietários que possuem a soja como a cultura mais expressiva do estabelecimento tem consciência de que ficar dependente de apenas uma cultura não é garantido, pois qualquer problema climático, quebra na safra, ou, ainda, instabilidade do mercado pode trazer situações financeiras sérias. Ou seja, enquanto a soja estiver valorizada no mercado, os proprietários rurais não investirão em outra cultura.

3.2.5 Produtos de subsistências: milho, feijão e cana-de-açúcar

O milho é o cultivo complementar nos estabelecimentos agropecuários de Mata. É produzido em 78% dos estabelecimentos amostrados, mas se encontra concentrado nas áreas de planalto, localizadas ao norte e nordeste do Município

(Mapa 2).

Constatou-se, pela Tabela 13, que o milho apresentou aumento em área e quantidade produzida até 1975. A partir de 1980, observou-se um declínio em sua área plantada, no entanto ocorreu uma elevação na quantidade produzida. Em 1970, quando se tinha 1992 ha cultivados, a produção era de 2040 toneladas e, em 1995, com 1606 ha plantados, a produção atingiu 2567 toneladas. A elevação da quantidade produzida de milho é reflexo do consorciamento dessa cultura com outras, geralmente, a do fumo, aproveitando a terra adubada e corrigida. Essa técnica apresenta uma significativa produtividade. Outro fator que justifica esse aumento está relacionado às duas safras anuais que o cultivo de milho proporciona.

Tabela 13 – Área plantada e quantidade produzida de milho em Mata/RS de 1970 - 1995.

<i>Escala temporal</i>	Milho	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>
1970	1992	2040
1975	2520	2217
1980	2229	2003
1985	1969	2501
1995	1606	2567

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Ressalta-se que a área destinada ao plantio de milho manteve-se, praticamente, constante no período de 1997 a 2007. Porém, em 2005, a área diminuiu significativamente para 500 ha. Esse decréscimo deve-se ao período de estiagem que atingiu o Município, prejudicando a safra de milho. A quantidade produzida, com exceção de 2005, oscilou. Ou seja, tiveram-se produções de 1800 toneladas em 2004 e de 7500 toneladas cultivadas em uma mesma área de 2500 ha em 2007, representando aumento de 372%. Esse crescimento justifica-se, principalmente, pelo fato de que a maioria dos produtores rurais faz duas safras de milho ao ano. Outro motivo é que eles empregam a prática do plantio em restevas, por isso uma diferença significativa na produção utilizando o mesmo tamanho de área plantada. Além disso, o investimento em sementes híbridas está

proporcionando o aumento da quantidade produzida e, conseqüentemente, maior produtividade (Tabela 14).

Tabela 14 – Área plantada e quantidade produzida de milho em Mata/RS de 1997 – 2007.

<i>Escala temporal</i>	Milho	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>
1997	2500	5700
1998	2500	5100
1999	2250	4320
2000	2250	3510
2001	2500	6000
2002	2500	4200
2003	2500	6000
2004	2500	1800
2005	500	360
2006	2500	6000
2007	2500	7500

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Através da realização das entrevistas, observou-se, também, que os estabelecimentos que cultivam milho apresentam uma produção diversificada. Destaca-se que essa cultura desempenha um papel complementar em todos os estabelecimentos que o produzem. Ou seja, nos estabelecimentos fumicultores, o milho forma com o fumo um binômio produtivo característico no Município. O mesmo desenvolve-se, ainda, juntamente com as atividades agropecuárias de arroz, soja e da pecuária de corte e de leite.

Salienta-se que o milho é produzido em estabelecimentos de tamanhos variados. Ou seja, os estabelecimentos variam de 2 a 1100 ha. As dimensões das lavouras também são distintas, pois as áreas plantadas oscilam entre 1 a 20 ha cultivados. Nos estabelecimentos fumicultores, a área destinada para o plantio de milho, geralmente, é aquela utilizada pelo fumo com ampliação de alguns hectares (Fotografia 5).



Fotografia 5 – Cultivo de milho na localidade de São Rafael em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org. MORAES, F. D., 2008.

No que diz respeito à comercialização, o milho produzido é destinado tanto à subsistência como ao abastecimento local. A maior parte da produção é utilizada, principalmente, para a subsistência nos estabelecimentos. Esta ocorre através de silagem, em ração e *in natura*, as quais auxiliam na alimentação de bovinos de corte e de leite, suínos e aves. O excedente da produção é destinado à comercialização local. Em alguns estabelecimentos, os produtores destinam parte da produção para a fabricação de farinha de milho, a qual é utilizada para subsistência.

Ressalta-se que, nos pequenos estabelecimentos, o produto mais significativo é o fumo, seguido do milho. Esses estabelecimentos caracterizam-se por serem policultores, se comparados aos estabelecimentos localizados nas áreas de campos. Dessa forma, estão presentes nos mesmos outros cultivos que merecem destaque, como o feijão e a cana-de-açúcar.

O cultivo de feijão apresentou redução em sua área cultivada e quantidade produzida no período de 1970 a 1995. Essa diminuição foi significativa, pois passou de 833 toneladas em 1970 para 191 toneladas em 1995, representando declínio de 77% do total produzido. Quanto à área, houve decréscimo de 57%. Esse decréscimo é decorrente, principalmente, da expansão da área com o cultivo do fumo. Também se deve essa redução à falta de investimentos no melhoramento da produção, e ao fato do mesmo se destinar à subsistência nos estabelecimentos agropecuários (Tabela 15).

Tabela 15 – Área plantada e quantidade produzida de feijão em Mata/RS de 1970 - 1995.

<i>Escala temporal</i>	Feijão	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>
1970	1090	833
1975	1086	807
1980	710	287
1985	621	300
1995	460	191

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Na escala temporal de 1997 a 2007, o feijão apresentou uma diminuição expressiva, pois reduziu em aproximadamente 50% a sua área plantada. Ou seja, de 1000 ha plantados em 1998, passou para 400 ha em 2007. Quanto à quantidade produzida, destaca-se uma grande oscilação, pois, quando o mesmo abrangia uma área de 1000 ha cultivados, a produção era de 324 toneladas e em 600 ha obteve-se uma produção de 1080 toneladas. Essa variação pode ser explicada pelo fato de que os produtores rurais, geralmente, plantam o feijão na resteva de outras culturas, aproveitando a adubação da terra. Entre os fatores responsáveis pela diminuição da área produzida de feijão, está o desinteresse dos proprietários em investir nesse cultivo, uma vez que os mesmos não buscam melhorar a qualidade genética das sementes e, também, se sentem desestimulados em solucionar os problemas ligados às pragas e doenças que atacam essa cultura (Tabela 16).

A produção de feijão, geralmente, é para o consumo de subsistência, sendo o excedente destinado à comercialização local. Dessa forma, esse cultivo é produzido, principalmente, nas pequenas unidades produtivas, com predomínio de tração animal, as quais variam entre 17 e 50 ha. Porém, existe um estabelecimento com 98 ha que também se dedica a produção desse cultivo, além de outras atividades paralelas. As lavouras de feijão ocupam áreas reduzidas nos estabelecimentos, em torno de meio hectare plantado.

Tabela 16 – Área plantada e quantidade produzida de feijão em Mata/RS de 1997 - 2007.

<i>Escala temporal</i>	Feijão	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>
1997	950	780
1998	1000	324
1999	940	354
2000	800	343
2001	620	744
2002	700	630
2003	700	306
2004	700	810
2005	600	1080
2006	400	360
2007	400	480

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.
Org. MORAES, F. D., 2009.

A baixa produção de feijão obtida pelos produtores é justificada pelo desestímulo dos mesmos frente ao preço no mercado, às doenças e à qualidade do produto. Eles produzem de forma tradicional, uma vez que não utilizam tecnologia, não investem em manejos adequados e em melhores variedades que, aliados a adversidades climáticas, têm promovido baixas produtividades.

Com relação à cana-de-açúcar, esta é produzida em 15% dos estabelecimentos amostrados, os quais apresentam dimensões variadas, quanto ao seu tamanho. As lavouras ocupam uma média de 3 ha de plantio.

A cana-de-açúcar apresentou significativo aumento em sua área de plantio e quantidade produzida no período compreendido entre 1970 a 1995. Sua produção passou de 98 toneladas, em 1970, para 2489 toneladas, em 1995. Teve-se, assim, um crescimento de 2.439,7% do total produzido e de 1.120% da área plantada. Essa expansão justifica-se pelo maior interesse dos produtores rurais em utilizar esse cultivo para melhorar e complementar a alimentação animal nos estabelecimentos rurais. Além disso, a cana-de-açúcar também expandiu sua produção, em função da presença de inúmeros alambiques de cachaça artesanal que estão sendo revitalizados ou criados, no interior do Município (Tabela 17).

Tabela 17 – Área plantada e quantidade produzida de cana-de-açúcar em Mata/RS de 1970 - 1995.

<i>Escala temporal</i>	Cana-de-açúcar	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>
1970	10	98
1975	43	591
1980	75	988
1985	95	2155
1995	122	2489

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Tabela 18 – Área plantada e quantidade produzida de cana-de-açúcar em Mata/RS de 1997 - 2007.

<i>Escala temporal</i>	Cana-de-açúcar	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Quantidade Produzida (Ton.)</i>
1997	120	3000
1998	120	3000
1999	120	3000
2000	125	3125
2001	110	2750
2002	120	3000
2003	100	2500
2004	100	2500
2005	100	2475
2006	100	2475
2007	100	2500

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.
Org. MORAES, F. D., 2009.

Destaca-se que a cana-de-açúcar não apresentou significativas oscilações com relação à expansão de sua área plantada no período de 1997 a 2007. No entanto, a quantidade produzida teve variação no decorrer da escala temporal analisada, variando de 2475 a 3000 toneladas produzidas. Esse crescimento está atrelado, principalmente, a utilização, dessa cultura, como suporte alimentar para a pecuária. Ou seja, havendo aumentos consideráveis no efetivo de animais, utiliza-se

a cana-de-açúcar para a complementação da sua alimentação, geralmente, no período de inverno, no qual as pastagens naturais apresentam-se ineficientes. Outra razão pode ser explicada pelo crescente número de alambiques no Município e que têm, na cana-de-açúcar, sua principal matéria-prima (Tabela 18).

A cana-de-açúcar, ainda, é utilizada para a produção de seus derivados, como melado e açúcar mascavo, os quais são comercializados em feiras locais ou nos próprios estabelecimentos, sendo uma forma do pequeno produtor agregar valor a sua produção. Segundo a EMATER do Município, esse cultivo está apresentando crescimento gradual, em função da sua utilização em diversas formas.

3.2.6 Cadeia produtiva dos hortifrutigranjeiros

Em Mata, também se destaca a cadeia produtiva dos hortifrutigranjeiros. Esta é desenvolvida em dois estabelecimentos agropecuários com características distintas, mas que têm nessa atividade a principal fonte de renda.

No estabelecimento agropecuário situado na localidade de Capoeira, observou-se que a hortifruticultura é a única atividade desenvolvida. Esse estabelecimento é pequeno, apresentando em torno de 5 ha, e tem como mão-de-obra predominante a familiar. O emprego de assalariados temporários ocorre eventualmente na época de colheita (Mapa 2).

No que diz respeito aos produtos cultivados no estabelecimento, pode-se identificar que o “carro-chefe” dos hortifrutigranjeiros é o morango. O mesmo é cultivado em uma área de 2 ha. Também, são produzidos amendoim, em uma área de 1 ha e meio. A batata-doce ocupa 1 ha e encontram-se, ainda, algumas hortaliças, principalmente a alface (Fotografia 6).

A produção de hortifrutigranjeiros destina-se ao abastecimento do mercado local e regional. O morango, principal produto, é comercializado, na sua maior parte, às margens da BR 287, próximo ao trevo de acesso para Mata. Também se comercializa o mesmo na área urbana do Município diretamente com o consumidor final. Já o amendoim e a batata-doce destinam-se ao comércio local.



Fotografia 6 – Cultivo de morango na localidade de São Rafael em Mata/RS.
Fonte: Trabalho de Campo, 2008.
Org. MORAES, F. D., 2008.

Ao se questionar esse proprietário a respeito de investimentos em outras atividades, constatou-se que ele está diversificando a produção. Uma das alternativas é a cadeia produtiva de nozes¹², a qual ocupa uma área de 2 ha do seu estabelecimento. A outra é a silvicultura, através do plantio de eucaliptos, em 15 ha, os quais são arrendados. Essas novas atividades proporcionarão a diversificação da produção no estabelecimento e possibilitarão, ao produtor, maior rentabilidade.

O outro estabelecimento agropecuário com hortifrutigranjeiros situa-se na localidade de São José do Louro (Mapa 2). Ao contrário do primeiro, este se dedica, também, a outras atividades paralelas. O mesmo possui 42 ha, sendo estes utilizados com lavouras temporárias de cana-de-açúcar, milho e mandioca em aproximadamente 6 ha. A pecuária bovina ocupa uma área de 30 ha, e hortifrutigranjeiros ocupam 1 ha. Além dessas, ainda, estão presentes em 15 ha matas nativas, as quais se encontram em áreas de relevo com maior declividade do estabelecimento.

A mão-de-obra predominante no estabelecimento é a familiar. Esta é composta pelos pais e a família do filho, a qual também reside no estabelecimento. Eventualmente é utilizada mão-de-obra temporária para auxiliar na colheita dos produtos.

Os hortifrutigranjeiros produzidos nesse estabelecimento apresentam uma grande variedade, e entre eles destacam-se as hortaliças, como alface, repolho,

¹² A cadeia produtiva das nozes foi aprofundada no item 3.4 As novas atividades agropecuárias no espaço rural de Mata.

radite, rúcula, cenoura, beterraba, entre outros. Também se encontra nesse estabelecimento a fruticultura, a qual ocupa em torno de meio hectare. As principais frutas são a laranja e a bergamota. Os produtos são destinados a venda e comercializados na feira local. Esta pertence ao proprietário e ocorre duas vezes por semana, na zona urbana de Mata (Fotografia 7).

Destaca-se que, neste estabelecimento agropecuário, ainda, se encontram as atividades de apicultura e piscicultura. A produção de mel varia em torno de 500 Kg/ano. Este é comercializado na feira, no varejo da cidade e diretamente aos consumidores finais. Quanto à piscicultura, as principais espécies de peixes comercializados são, geralmente, as carpas e também são vendidos na feira local.



Fotografia 7 – Cultivo de hortaliças na localidade de São José do Louro em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org. MORAES, F. D., 2008.

No que diz respeito aos investimentos em outras atividades no estabelecimento agropecuário, o produtor afirmou que não pensa em diversificar a produção. O mesmo alega que o estabelecimento apresenta distintas atividades que lhe permitem uma qualidade de vida satisfatória. Também se questionou sobre o retorno financeiro da produção. O proprietário afirmou que a renda obtida é investida em benfeitorias, bem-estar da família e em aquisição de terras.

É importante enfatizar que, no espaço rural de Mata, além das lavouras temporárias e da pecuária, encontra-se a presença, embora inexpressiva, das lavouras permanentes (Tabela 19).

Tabela 19 – Área plantada e quantidade produzida dos principais cultivos da lavoura permanente em Mata/RS de 1970 - 1995.

<i>Escala temporal</i>	<i>Cultivos</i>			
	<i>Laranja</i>		<i>Uva</i>	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção (mil frutos)</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção (T)</i>
1970	17	4093	11	24
1975	10	4858	5	23
1980	31	2215	9	41
1985	15	2124	12	37
1995	9	1180	5	19

Fonte: Censos agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995. Org. MORAES, F. D., 2008.

Com base na Tabela 19, constatou-se que as lavouras permanentes, presentes em Mata, são representadas pela fruticultura da laranja e da uva. O cultivo da laranja é mais expressivo, se comparado ao da uva. A área destinada ao plantio da laranja aumentou até 1980, quando se tem 31 ha cultivados. Após esse período, obteve-se um declínio de seu cultivo, pois em 1995 a área utilizada com essa cultura foi de apenas 9 ha. A quantidade produzida cresceu até 1975 e, a partir de 1980, tem-se uma diminuição significativa. O decréscimo justifica-se pelo baixo investimento nesse cultivo, ou seja, os produtores não possuem interesse nas lavouras permanentes. Eles alegam que não há mercado consumidor, e o retorno da produção é mais demorado do que com as lavouras temporárias. A diminuição da área com o cultivo da laranja também se explica pela falta de manejos necessários aos pomares, o que provoca, em muitos casos, a morte das laranjeiras.

A uva apresenta maior importância entre os cultivos da lavoura permanente. Embora, no período de 1970 a 1995, esta tenha diminuído em área plantada e quantidade produzida, as videiras apresentam tendências a se expandirem em Mata. Esse crescimento deve-se aos incentivos oferecidos aos produtores rurais (Tabela 19).

Tabela 20 - Área plantada e quantidade produzida dos cultivos das lavouras permanentes em Mata/RS de 1997 - 2007.

<i>Escala temporal</i>	<i>Cultivos</i>			
	<i>Laranja</i>		<i>Uva</i>	
	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção (mil frutos)</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção (T)</i>
1997	12	720	6	21
1998	36	1944	6	24
1999	36	2088	6	24
2000	36	2088	6	24
2001	54	518 ¹³	6	18
2002	54	518	6	18
2003	54	518	-	-
2004	54	518	-	-
2005	54	680	-	-
2006	54	680	5	18
2007	54	680	5	18

Fonte: Fundação de Economia e Estatística.

Org. MORAES, F. D., 2009.

(-) Dados inexistentes.

Analisando-se a Tabela 20¹⁴, observa-se que, no período de 1997 a 2007, a área plantada de laranja apresentou um aumento significativo. Esse crescimento é justificado pelo fato de haver incentivos da EMATER e da Secretaria Municipal de Agricultura em expandir as lavouras permanentes em Mata, com a finalidade de diversificar a produção, implantar uma nova cadeia produtiva que se torne uma alternativa econômica aos produtores e agregar valor aos estabelecimentos rurais. A partir disso, alguns proprietários rurais estão aderindo a essa atividade e implantando pomares de laranjas de melhor qualidade. Porém, essa atividade ainda encontra-se inexpressiva pela postura conservadora da maioria dos produtores rurais. Quanto à quantidade produzida, ocorreu um crescimento, principalmente, pelo investimento em variedades de laranja com características diferenciadas, as quais proporcionam produtividade e qualidade satisfatória exigidas pelo mercado.

¹³ A partir de 2001 os dados referem-se a quantidade produzida em toneladas, sendo que, até então, a produção era disponibilizada em mil frutos.

¹⁴ Para entender como os cultivos das lavouras permanentes comportam-se atualmente utilizaram-se os dados da Fundação de Economia e Estatística.

É importante destacar que no espaço rural de Mata há alguns pomares destinados ao cultivo de laranjas com finalidade comercial, porém de forma inexpressiva. Geralmente, esses pomares possuem em torno de 1 ha, e a variedade cultivada é a laranja Valência. A produção é comercializada em menor proporção em nível local e para Santa Maria em maior porcentagem.

No que se refere à uva, constatou-se que a área de plantio manteve-se constante no período de 1997 a 2002, apresentando decréscimo a partir de 2006. Quanto à quantidade produzida, esta cresceu até 2000 e após manteve-se em 18 toneladas, embora não se tenha os dados de 2003 a 2005. Esse cultivo caracteriza-se por necessitar de condições climáticas favoráveis, principalmente, na época de floração e amadurecimento da fruta, para produzir uma safra satisfatória e de boa qualidade. Como as mesmas, geralmente, não são regulares, e a manutenção de doenças não é realizada de maneira adequada, muitas vezes, essas variáveis prejudicam a produção. Dessa forma, esses fatores acarretam em uma safra de baixa qualidade e produtividade (Tabela 20).

A produção de uva é comercializada, em menor parte, *in natura*, em nível local. No entanto, a procura é maior após o beneficiamento da fruta, através de seus derivados, como vinho colonial, vinagre e maristã¹⁵. Estes são vendidos no comércio local e ao consumidor final. Em nível regional, ocorre a venda diretamente ao consumidor final.

Ressalta-se que as lavouras permanentes, em Mata, foram reforçadas com mais um cultivo a partir de 2005, o qual possui caráter comercial. Trata-se de noqueiras da espécie pecã¹⁶.

3.3 O processo de modernização da agricultura, a assistência técnica e o crédito agrícola nas atividades agropecuárias em Mata

Através do processo de modernização agrícola, as atividades agropecuárias buscam expandir a produção e elevar a produtividade. Em Mata a modernização do meio rural é representada, principalmente, pela utilização dos equipamentos

¹⁵ Bebida alcoólica proveniente da uva semelhante a um licor.

¹⁶ Essa atividade foi abordada no subitem 3.4 As novas atividades agropecuárias no espaço rural de Mata.

agrícolas (Tabela 21).

Tabela 21 – Equipamentos agrícolas em Mata/RS de 1970 – 2006.

Escala temporal	Equipamentos (números)					
	<i>Tratores</i>	<i>Arados-tração mecânica</i>	<i>Colheitadeiras</i>	<i>Caminhões</i>	<i>Máquinas para plantio</i>	<i>Reboques-tração mecânica</i>
1970	55	36	2	-	-	19
1975	100	88	12	5	-	75
1980	148	132	22	5	83	82
1985	143	141	37	15	61	-
1995	134	142	20	8	35	112
2006	195	-	-	-	-	-

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.

Org. MORAES, F. D., 2009.

(-) Dados inexistentes.

Através da Tabela 21, constatou-se que o número de equipamentos agrícolas apresentou, de maneira geral, um crescimento. Este se deve, principalmente, ao período de modernização agrícola que atingiu o Rio Grande do Sul, nas décadas de 70 e 80, o qual se generalizou em todas as unidades territoriais gaúchas, porém de forma diferenciada. Mata também se inseriu nesse processo, embora de forma gradativa. No que se refere aos tratores, observa-se que este foi o equipamento que obteve aumento expressivo ao longo do período analisado. Esse crescimento justifica-se pela presença da modernização e, atualmente, pelos financiamentos agrícolas. Geralmente, o crédito mais utilizado para aquisição de tratores é o PRONAF. Esses financiamentos facilitam a aquisição de equipamentos agrícolas em geral, com formas de pagamento e taxas de juros diferenciadas. Os financiamentos também proporcionam, ao produtor rural, facilidades para o mesmo trocar seu trator por outro mais novo ou, então, aumentar sua frota.

Outros equipamentos¹⁷ (colheitadeiras, caminhões, máquinas para plantio e reboques de tração mecânica) encontram-se, de maneira geral, em crescimento em Mata. Essa expansão justifica-se pela facilidade de aquisição dos mesmos e pela utilização mais intensiva da mecanização para o aumento da produtividade. Através do trabalho de campo, constatou-se que os maquinários agrícolas estão sendo adquiridos pelos agricultores expressivamente. Percebeu-se, também, que os

¹⁷ Os dados de 2006 para estes equipamentos não foram disponibilizados pelo IBGE.

estabelecimentos agropecuários, cada vez mais, modernizam-se em função do sistema agrícola no qual estão inseridos. Outro fato que explica o crescimento no número de equipamentos agrícolas e a modernização é o investimento do retorno financeiro da produção. Os produtores destinam parte da renda que obtêm com a produção para adquirirem máquinas agrícolas, pois estas são fundamentais para a melhoria das atividades agrícolas e qualidade na produção (Tabela 21).

Os arados de tração mecânica, embora tenham apresentado um aumento até 1995, são pouco utilizados nos estabelecimentos agropecuários. Atualmente, os proprietários rurais estão deixando de arar o solo e aderindo à técnica do plantio direto. Essa técnica consiste no plantio de alguns cultivos sobre a resteva de outras culturas. O plantio direto proporciona uma melhor conservação do solo, por não deixá-lo exposto às intempéries climáticas, e maior praticidade ao produtor rural (Tabela 21).

Pelo trabalho de campo, constatou-se, também, que é empregado em Mata, de forma significativa, o arado de tração animal. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995, o número desses arados era de 916. A sua utilização ocorre, principalmente, na área de planalto do Município, na qual se encontram as lavouras de fumo, de milho e de feijão. Pela dificuldade que o relevo oferece ao uso de tratores e outros implementos, o arado de tração animal torna-se o meio viável para preparar a terra para o plantio dessas culturas, as quais são cultivadas, geralmente, em áreas íngremes e declivosas.

Identificou-se, através das entrevistas, que a modernização nos estabelecimentos agropecuários está presente, mas se apresenta de forma diversificada. Essa situação é justificada porque a mesma ocorre expressivamente em alguns estabelecimentos, porém em outros se encontra, ainda, equipamentos tradicionais. Essa dinâmica demonstra que os estágios técnicos, no Município, são heterogêneos.

A modernização da agricultura é um dos aspectos significativos, quando se analisam as lavouras comerciais, principalmente, do arroz e da soja. Como nos estabelecimentos produtores desses cultivos predominam as lavouras empresariais, é necessário que os mesmos utilizem mecanização para que os retornos sejam viáveis. A maioria dos produtores entrevistados declarou que possuem os equipamentos agrícolas necessários, como trator, grade, entaipadeira, colheitadeira, plantadeira, pulverizadores e reboque graneleiro. Esses equipamentos apresentam-

se em números e características variados nesses estabelecimentos agropecuários. Alguns possuem caminhão e, esporadicamente, contratam aviões para a aplicação de agrotóxicos. No entanto, há proprietários que produzem arroz, mas não possuem todos os equipamentos arrendando-os, geralmente, na época da colheita.

Outra forma materializada na paisagem de Mata e que evidencia a modernização é a presença dos silos. Estes são utilizados para depósito de grãos a granel e encontram-se de forma particular em alguns estabelecimentos agropecuários de grande porte, que se destinam à produção de arroz.

Nos estabelecimentos produtores de fumo, o emprego de mecanização é bastante reduzido, se comparado ao utilizado nos cultivos de arroz e de soja. Explica-se esse fato por essa cultura ser produzida, geralmente, manualmente e por ser cultivada em áreas de relevos íngremes, o que dificulta o uso de máquinas. Entre a mecanização utilizada, destaca-se o trator, em número reduzido, o arado de tração animal (predominante nos mesmos), pé-de-pato e reboque. Alguns proprietários possuem caminhão, entre outros implementos.

No que diz respeito aos hortifrutigranjeiros, estes também utilizam técnicas modernas de produção. Entre as principais técnicas, estão a de preparação e conservação do solo, sistemas de irrigação eletrônica, trator, arado, estufas. Enfatiza-se que os agricultores estão sempre em busca de conhecimento e, geralmente, participam de palestras organizadas pela EMATER, entre outros órgãos, que buscam incentivar e esclarecer essa atividade, ainda recente no Município. Em um dos estabelecimentos que produz hortifrutigranjeiros, o proprietário faz o uso da internet para pesquisar sobre os cultivos desenvolvidos no mesmo.

Para obter uma produção satisfatória, além dos equipamentos agrícolas, também são utilizados os insumos agrícolas. Constatou-se que, na maioria dos estabelecimentos, ocorre a utilização expressiva de fertilizantes e agrotóxicos, como calcário, adubo, uréia, herbicidas, fungicidas e pesticidas. Destaca-se que os agrotóxicos agrícolas usados, principalmente no fumo, apresentam um grau toxicológico que ocasiona prejuízos na saúde das pessoas. A cultura do fumo é uma das mais prejudiciais à saúde humana e animal, necessitando de uma série de cuidados que, na maioria das vezes, não é levada em consideração pelos produtores.

Observou-se, como uma técnica utilizada nos estabelecimentos que se destinam à criação de suínos, a reutilização dos resíduos dos mesmos. Estes são

misturados com cascas de arroz e transformam-se em adubos, os quais são empregados nas lavouras, geralmente, de milho. Segundo os depoimentos dos produtores rurais que fazem uso dessa prática, o resultado obtido é significativo, pois há uma elevada produtividade desse cultivo.

Também se indagou, nas entrevistas, sobre o emprego de transgênicos ou sementes geneticamente melhoradas. Os transgênicos são utilizados nos estabelecimentos produtores de soja em virtude da obtenção de melhor produção. A esse respeito, um dos produtores de hortifrutigranjeiros declarou que utiliza mudas transgênicas de morango, as quais são provenientes da Patagônia e do Chile. Em outro estabelecimento dessa atividade, utilizam-se adubos orgânicos, demonstrando que os produtos são de boa qualidade e saudáveis. No cultivo de milho, estão presentes as sementes híbridas, uma vez que as mesmas proporcionam maior produção e produtividade. Além disso, na cultura do arroz, os produtores estão investindo em variedades de sementes geneticamente melhoradas, as quais possibilitam melhor produção eliminando progressivamente a ocorrência do arroz vermelho. Este consiste em uma variedade que prejudica a produção por ser considerada uma planta daninha que mais limita o potencial de produtividade do arroz.

É relevante enfatizar que o processo de modernização, caracterizado, principalmente, pelo emprego de mecanização e agrotóxicos, também apresenta impactos negativos. De um lado, os produtores têm a preocupação com o aumento da produtividade, mas de outro não se preocupam com a liberação de mão-de-obra do meio rural, a qualidade dos produtos e a contaminação dos recursos naturais e da saúde humana e animal, decorrentes, principalmente, da utilização expressiva de agrotóxicos.

As lavouras empresariais caracterizam-se por empregarem significativa tecnologia para obterem produção compatível com os investimentos realizados. Na maioria dos estabelecimentos amostrados, os proprietários declararam que, além de fazerem uso de tecnologia, também recorrem à assistência técnica. No caso dos orizicultores e dos sojicultores, eles contam com a assistência de um agrônomo, geralmente, para a elaboração dos projetos requisitados para a obtenção do crédito agrícola.

No que diz respeito à assistência técnica para o manejo do gado, constatou-se que a mesma é realizada através da assistência de médicos veterinários.

Entretanto, na maior parte dos estabelecimentos, esse serviço somente é prestado quando ocorre doença nos rebanhos. Na pecuária de leite, o emprego de assistência ocorre com maior frequência para a prática de inseminação artificial. Quanto às técnicas presentes nesses estabelecimentos produtores de leite, constituem-se no uso de ordenhadeiras, resfriadores e inseminação artificial. A deficiência de assistência técnica demonstra a falta de preocupação dos produtores rurais em realizar um melhor manejo nos rebanhos bovinos.

Nos estabelecimentos fumicultores, constatou-se que o uso de assistência técnica é realizado pelos instrutores de fumo. Estes são representantes das companhias fumageiras dos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Os instrutores disponibilizam toda a assistência necessária para o processo de produção da cadeia produtiva do fumo. A mesma consiste desde a orientação, à preparação da terra para o plantio, à produção, aos agrotóxicos aplicados, até o processo de comercialização do produto. As empresas fumageiras também disponibilizam aos produtores os insumos necessários para as lavouras, com a vantagem deles pagarem na ocasião da comercialização da produção. Outro serviço prestado pelas indústrias é a realização de um seguro obrigatório, o qual é utilizado em caso de perda da produção, em função de queda granizo e estiagem ou outras adversidades causadas por fenômenos naturais.

Nas atividades de hortifrutigranjeiros, a assistência técnica também é empregada para melhorar a qualidade da produção. Em um dos estabelecimentos, o produtor afirmou que essa é realizada por ele, uma vez que o mesmo possui a formação de técnico agrícola. O proprietário utiliza-se, ainda, da internet para buscar soluções para fungos e outros eventuais problemas que possam ocorrer nos cultivos. No outro estabelecimento, a assistência técnica, geralmente, é fornecida pela EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou por um agrônomo de Santa Maria.

É importante apontar que a participação dos estabelecimentos existentes em Mata que comercializam produtos agrícolas no setor agropecuário não é significativa. Assim, alguns produtores rurais buscam a comercialização de agrotóxicos e fertilizantes nos municípios vizinhos. Em razão disso, os produtores de arroz e de soja do Município organizaram uma associação. Esta tem como objetivo realizar licitações entre as empresas que trabalham com produtos agrícolas, a fim de obterem menores preços do mercado para a compra dos insumos necessários para

as lavouras, como adubo, uréia e óleo diesel.

Outra questão relevante que constituía as entrevistas era a respeito do crédito agrícola. A maioria dos proprietários rurais declarou que utilizam o sistema de crédito, tendo como principal agência financiadora o Banco do Brasil. Na produção de arroz e de soja, os financiamentos solicitados são o PRONAF e o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER RURAL). Nos estabelecimentos produtores de fumo, o crédito agrícola mais requisitado pelos produtores é o PRONAF. Alguns produtores também declararam que utilizam o crédito oferecido pelas empresas fumageiras. Esses financiamentos são realizados para investimentos, principalmente, na lavoura, através da compra de insumos e da preparação da terra, na aquisição de máquinas e implementos agrícolas e em benfeitorias nos estabelecimentos.

Além do arroz, da soja e do fumo, os sistemas de créditos são requisitados para o cultivo de milho e para a atividade leiteira. Os produtores utilizam como financiamento o PRONAF do Banco do Brasil. O investimento ocorre através da compra de insumos para as lavouras e em benfeitorias nos estabelecimentos. Alguns proprietários também realizam o sistema de troca-troca de sementes de milho no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Na produção leiteira, o financiamento é investido na aquisição das vacas, em equipamentos, em infraestruturas e no plantio de cultivos de milho e cana-de-açúcar, os quais servem para auxiliar na complementação alimentar dos animais.

Constatou-se que não é apenas para os cultivos tradicionais que se utilizam financiamentos. Na produção de hortifrutigranjeiros, o produtor afirmou que faz uso do sistema de crédito do PRONAF para empregar no preparo e manutenção das lavouras, na aquisição de mudas e sementes e em infraestrutura no estabelecimento agropecuário.

Dessa forma, observa-se que a modernização está presente nos distintos estabelecimentos rurais, porém de maneira diversificada. Ou seja, esta varia em relação ao número e variedade de máquinas e implementos agrícolas nos estabelecimentos amostrados. Enfatiza-se que a modernização é viabilizada pelos sistemas de créditos agrícolas, os quais disponibilizam aos produtores a aquisição de equipamentos proporcionando melhor produção.

3.4 As novas atividades agropecuárias no espaço rural de Mata

É importante destacar que Mata, por ser um município alicerçado no espaço rural, busca o seu desenvolvimento através da inserção de novas alternativas agropecuárias. Estas têm a finalidade de diversificar a matriz produtiva e agregar valor aos estabelecimentos rurais. Em função disso, novas atividades estão sendo viabilizadas no espaço rural do Município, como o cultivo de nozeiras e a inserção de um aviário de galinhas poedeiras.

No que diz respeito ao cultivo de nozeiras, estas são da variedade Pecãn e começaram a ser plantadas em 2005, a partir de um programa do governo municipal. Esse cultivo está presente em vários estabelecimentos agropecuários do Município e ocupa uma área média de 2 ha nos mesmos (Fotografia 8).



Fotografia 8 – Cultivo de nozes na localidade de Capoeira em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org. MORAES, F. D., 2008.

A comercialização da produção de nozes tem como destino o abastecimento regional. Desde a implantação do programa, a compra das nozes está garantida através de um contrato realizado entre os produtores e uma empresa de Cachoeira do Sul. A empresa fornece também as mudas, cabendo ao produtor produzir as nozes e repassá-las, *in natura*, para a empresa que realizará a atividade de descascá-las e comercializá-las.

A cadeia produtiva das nozes é uma alternativa de renda nos estabelecimentos. As nozeiras atraíram a atenção dos produtores, principalmente, por ser um cultivo que não necessita do emprego de mão-de-obra constante e, por

ser uma cultura permanente, não requer manejos característicos de cultivos temporários. O maior interesse dos produtores que investiram nessa atividade é com relação a sua rentabilidade. Ou seja, a produção de nozes proporciona um retorno financeiro expressivo, embora a produção de frutos seja demorada. A demanda é significativa, em virtude de sua valorização no mercado, em função de seu benefício à saúde e ao uso culinário.

Outra atividade alternativa encontrada no espaço rural de Mata é a presença de um aviário de galinhas poedeiras. Este foi implantado em 2008 e possui um efetivo de, aproximadamente, 550 cabeças e está localizado na localidade de São Rafael (Mapa 3).

Ressalta-se que, além do aviário, também há outras atividades presentes no estabelecimento agropecuário. Entre estas, se destaca o cultivo de milho, o qual auxilia na alimentação das galinhas, e a pecuária de corte. A produção de ovos destina-se ao abastecimento do mercado local e regional. A comercialização é realizada em mercados, padarias, lanchonetes e ao consumidor final, nos municípios de Mata e São Vicente do Sul.

Enfatiza-se que, através dessas novas cadeias produtivas que estão se inserindo em Mata, juntamente com as atividades produtivas já existentes, buscam-se diversidades no processo produtivo e, conseqüentemente, uma reorganização espacial. Essas novas formas produtivas visam dinamizar a economia local, agregar valor aos estabelecimentos, proporcionando o desenvolvimento do espaço rural e econômico do Município no contexto local/regional.

3.5 A multifuncionalidade do espaço rural de Mata

A busca pelo desenvolvimento rural está, cada vez mais, atrelada à necessidade de um espaço rural multifuncional. Esse espaço caracteriza-se por não ser constituído, exclusivamente, de funções agrícolas, uma vez que há outras atividades com funcionalidades não-agrícolas que estão presentes e organizam o mesmo. Dessa forma, o espaço rural está constantemente se reorganizando em função dessas novas atividades que o dinamizam.

Em Mata, identificaram-se algumas atividades no espaço rural que não apresentam funções essencialmente atreladas à produção agrícola. Essas referem-

se a marcenarias, fábricas de móveis, alambiques, frotas de caminhões e ônibus, pequenos pontos comerciais, balneário e o turismo rural. Ressalta-se, ainda, que a presença dessas atividades no meio rural possibilita a pluriatividade, uma vez que os proprietários rurais trabalham paralelamente na agricultura e nessas atividades não-agrícolas.

Uma atividade presente no espaço rural do Município é uma marcenaria, situada na localidade de Sertão (Mapa 3). Esta abrange uma área de aproximadamente 4 ha e constitui-se na principal fonte de renda do estabelecimento agropecuário, o qual é composto por 28 ha. Também são encontradas no mesmo outras atividades, como os cultivos de milho e da cana-de-açúcar, além da pecuária de corte.

Como a marcenaria é a função principal do estabelecimento, há uma área de 10 ha destinada ao reflorestamento. São plantados eucaliptos, pinus e cinamomos, os quais são utilizados como matéria-prima na mesma. Entre os serviços prestados, estão a fabricação de esquadrias de madeiras, desdobramentos de toras para terceiros e outras prestação de serviços ligadas a essa atividade. A mão-de-obra empregada na marcenaria é a familiar. Há, também, a presença de vários assalariados permanentes.

Indagando-se a respeito da origem da matéria-prima utilizada na marcenaria, o proprietário declarou que a mesma provém tanto da produção própria como através da compra em outros municípios. Esta, também, tem procedência o estado de Rondônia e constitui-se em madeiras de lei, as quais são transportadas por via terrestre, o que encarece o valor da produção.

Outra questão abordada foi o destino da produção gerada na marcenaria. Constatou-se que esta abastece o mercado local, ou, então, dirige-se para os municípios vizinhos. Destaca-se que a produção é realizada somente sob a forma de encomendas.

Também, se questionou sobre a utilização de crédito bancário. O proprietário da marcenaria afirmou que faz uso de financiamentos para a aquisição de implementos. Dessa forma, entre as principais tecnologias empregadas, destacam-se trator e máquinas para as esquadrias.

No que se refere a novos investimentos, o proprietário declarou que não estão previstas novas atividades. Ele afirmou que o investimento deve ser com relação à marcenaria, uma vez que esta proporciona renda satisfatória. Dessa forma, o retorno

da atividade é investido no estabelecimento, através de benfeitorias, infraestrutura e na compra de máquinas para a marcenaria.

Outra atividade não-agrícola encontrada na zona rural de Mata são duas fábricas de móveis. Observou-se que, em uma delas, a fábrica é a única atividade presente no estabelecimento, sendo utilizada predominantemente a mão-de-obra familiar (Fotografia 9).

No que diz respeito à matéria-prima empregada nessa fábrica, constatou-se que a procedência é local e/ou regional, vinda, principalmente, de São Pedro do Sul. São madeiras maciças, como eucaliptos e cinamomos, adquiridas em madeireiras e com produtores rurais que produzem essas espécies. Os clientes também fornecem as madeiras, quando dispõem delas, pois isso torna a confecção do móvel mais econômica para eles.



Fotografia 9 – Fábrica de móveis na localidade de Vila Clara em Mata/RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Org. MORAES, F. D., 2008.

Quanto ao destino dessa produção, observou-se que a mesma abastece o mercado local e regional. A comercialização regional ocorre nos municípios vizinhos de São Pedro do Sul, São Vicente do Sul e Santa Maria. Os móveis são feitos sob encomendas e sob medida.

O outro estabelecimento agropecuário que possui a fábrica de móveis, além da mesma, apresenta outras atividades e está na localidade de Sertão (Mapa 3). Nele, também, são cultivados milho e arroz. Esses cultivos são produzidos em 23 ha de terras arrendadas, uma vez que a área que abriga a residência e a fábrica é de 1 ha.

A respeito da mão-de-obra utilizada, predominam a familiar e os assalariados permanentes. A familiar é empregada na fábrica e na lavoura. Já os assalariados permanentes são destinados para o trabalho na fábrica. Quanto à procedência da matéria-prima para a fabricação dos móveis, o proprietário declarou que são utilizadas madeiras próprias, madeiras fornecidas pelos clientes e o MDF é adquirido em Santa Maria. A comercialização da produção ocorre em nível local e nos municípios da região. A produção é realizada através de encomendas.

Quando indagado sobre a perspectiva de novos investimentos no estabelecimento, o proprietário declarou que os planos são de abandonar a lavoura, principalmente a de arroz, a qual exige mais tecnologia e trabalho e investir na fábrica de móveis. Enfatiza-se que o retorno da produção é investido no estabelecimento através de benfeitorias, na aquisição de bens e na fábrica.

Identificou-se, no espaço rural do Município, um número significativo de alambiques de cachaça artesanal. Estes estão presentes em vários estabelecimentos agropecuários, distribuídos pelo interior do mesmo. A produção de cachaça apresenta-se como uma atividade complementar, geralmente, nos pequenos estabelecimentos localizados na área de planalto de Mata. Destaca-se que outras atividades são desenvolvidas, consorciadas com os alambiques, como os cultivos de cana-de-açúcar, fumo, milho e feijão.

Salienta-se que o maior alambique do Município pertence a um estabelecimento que possui em torno de 90 ha. No mesmo desenvolvem-se, paralelamente à produção de cachaça, os cultivos de arroz e de soja, além da presença da pecuária de corte.

Indagou-se aos proprietários quanto à origem da matéria-prima para a produção de cachaça. Os mesmos declararam que a cana-de-açúcar utilizada, nos alambiques, geralmente, é de cultivo próprio e que raramente faz-se uso de parcerias. A produção é significativa, uma vez que são produzidos em torno de 3.000 a 5.000 litros/ano de cachaça. No entanto, observou-se, no maior alambique de Mata, que são destilados, aproximadamente, 80 barris, o que corresponde a 8.000 litros/ano (TRABALHO DE CAMPO, 2008).

A respeito do destino da cachaça produzida, enfatiza-se que, geralmente, essa produção concentra-se em nível local. Uma parte abastece os municípios próximos, como Santa Maria, São Vicente do Sul, entre outros. A comercialização ocorre, em maior escala, na residência do produtor rural, diretamente aos

consumidores finais e no comércio local. Também ocorre a comercialização de cachaça realizada por terceiros em outros municípios.

No meio rural de Mata, são encontradas ainda frotas de ônibus e caminhões, embora a atividade de caminhoneiro esteja ligada diretamente às produções agrícolas. Não são todos os produtores rurais que têm condições financeiras de possuírem caminhões para realizarem o escoamento da produção, em nível local e regional. Isso favorece aos produtores que possuem os mesmos, pois eles, após realizarem o escoamento de suas safras, dedicam-se a realização de fretes para os outros agricultores. Esse fato faz com que o frete se torne uma atividade complementar de renda a esses produtores, sendo, também, uma garantia de renda a outros caminhoneiros que disponibilizam este serviço aos proprietários rurais.

Na área rural de Mata, encontram-se algumas empresas de ônibus, as quais possuem itinerários locais e regionais. As linhas locais realizam o deslocamento de passageiros e estudantes que residem no interior do Município para a zona urbana. Também há, em alguns dias da semana, linhas que têm como destino São Vicente do Sul e Jaguari. Esses itinerários facilitam aos moradores, da zona rural, o deslocamento para a cidade e para os municípios vizinhos.

Uma atividade não-agrícola encontrada na zona rural de Mata é o tradicional “bulicho¹⁸”. São encontrados inúmeros bulichos distribuídos pelas diversas localidades que compõem o espaço rural do Município. Constatou-se que essa atividade é muito antiga, ou seja, desde a origem das localidades rurais, eles podem ser encontrados e destinam-se ao abastecimento da comunidade local. Entre os principais produtos comercializados, estão os mantimentos básicos para as necessidades domésticas, como farinha, feijão, arroz, azeite, açúcar entre outros.

Enfatiza-se que uma característica presente nos bulichos é o sistema de trocas. Alguns produtores destinam parte dos produtos cultivados, nos seus estabelecimentos agropecuários, para serem trocados por outros de origem industrial. Esse sistema proporciona o abastecimento e o desenvolvimento do bulicho e, ao produtor, facilidades, por não necessitar investir dinheiro para adquirir alguns produtos. Os bulichos tornam-se importantes por facilitar as compras aos moradores da zona rural, principalmente, porque eles não precisam, muitas vezes, deslocarem-se para a área urbana para adquirirem mercadorias utilizadas no dia-a-

¹⁸ Bulicho - Termo regional para designar pontos comerciais dispersos no espaço rural.

dia.

Mata é conhecida internacionalmente através do turismo paleontológico. Porém, o Município também se destaca no turismo rural, pois são inúmeros pontos turísticos, encontrados no espaço rural, que podem ser visitados. Entre estes, se destacam o balneário municipal, a cascata da Boa Esperança, a cascata da Laje e a ponte férrea de maior vão livre da América Latina. Existem outras atrações turísticas na zona rural que proporcionariam o desenvolvimento do turismo rural e, conseqüentemente, dinamizariam a economia municipal. Podem-se ressaltar as trilhas ecológicas, venda nos estabelecimentos agropecuários de produtos coloniais e artesanais, entre outras.

Essas atrações turísticas, desenvolvidas no espaço rural de Mata, acarretariam na diversificação de atividades e na reorganização espacial. Além disso, agregaria valor aos estabelecimentos e dinamizaria a renda dos produtores e, principalmente, a economia do Município.

No espaço rural do Município, encontra-se, ainda, um museu dedicado à história local. O mesmo pertence à família Haesbaert e denomina-se *Museu Fragmentos do Tempo*, o qual surgiu a partir da necessidade de manter viva a história dos imigrantes alemães e, principalmente, dessa família, que se entrelaçou com portugueses, italianos e brasileiros e está diretamente ligada à história de Mata. O primeiro integrante da família Haesbaert exerceu grande influência no distrito de Mata, o qual pertencia a São Vicente do Sul, como representante do Partido Republicano Castilhistas e subdelegado de polícia. Ele também foi proprietário de um vapor que fazia linha regular de passageiros e transportes de mercadorias de Vila Clara a Uruguaiana.

O museu está localizado em São José do Louro (Mapa 3). Nele é possível resgatar a história da família Haesbaert, através de visitas às diversas salas que compõem o museu, as quais abrigam fotos dos antepassados e objetos típicos trazidos da Alemanha. Nesse espaço também se encontra uma paisagem natural deslumbrante.

É importante enfatizar que, através das distintas atividades não-agrícolas encontradas no espaço rural de Mata, este apresenta outra função que não a agrícola e caracteriza-se como um espaço multifuncional. Essa característica proporciona dinâmica à economia do meio rural, uma vez que a mesma não fica dependente, exclusivamente, da agricultura e da pecuária, agrega valor aos

estabelecimentos agropecuários e favorece a pluriatividade dos produtores rurais por manterem atividades distintas. Além disso, essa multifuncionalidade provoca uma reorganização espacial, em consequência da diversidade das funções presentes nesse espaço e por fornecer, à paisagem local, uma nova dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se estudar a unidade territorial de Mata, se constatou que o seu espaço rural é fundamental para o desenvolvimento local. Sua importância se justifica em função de a sua matriz produtiva estar alicerçada no meio rural, tornando-se o mesmo condicionante para o seu desenvolvimento socioeconômico.

A organização do espaço rural do município é reflexo do desenvolvimento de distintas atividades, as quais estão associadas à topografia do relevo, que revela uma estrutura fundiária diversificada. Como no Estado gaúcho, Mata está organizada, por um lado, através das pequenas unidades produtivas e, por outro, pelos médios e grandes estabelecimentos. Os pequenos estabelecimentos rurais baseiam-se na agricultura familiar e na policultura, desenvolvidas, principalmente, nas áreas de planaltos, ao norte do Município. Estas foram ocupadas através do processo de colonização européia, a qual se instalou em diversas áreas do Rio Grande do Sul. Nos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, predominam as atividades pecuaristas e as lavouras empresariais do arroz e da soja, concentrados, geralmente, nas áreas da depressão, localizados nas porções sul, oeste e sudeste do município.

Ao longo da pesquisa, identificou-se que o Município possui diversas cadeias produtivas, as quais são desenvolvidas no espaço rural, sendo responsáveis pelas distintas formas de ocupação. No entanto, as cadeias produtivas do arroz e do fumo (característico na área de planalto) constituem-se nos “carros-chefe” da economia local. As mesmas já eram cultivadas anteriormente à década de 70 (antes da emancipação política do município) e continuaram, no decorrer do tempo, apresentando expansão em área e produção.

O arroz ocupa as áreas de várzeas e encontra-se em crescimento vertical. Os produtores, por não encontrarem muitas áreas disponíveis para essa cultura, buscam, através da utilização de insumos, técnicas e máquinas modernas, aumentar a produtividade. Outro fator que estimula a produção de arroz é a presença de uma indústria de beneficiamento local. Esta é significativa para os produtores rurais, pois a maioria deles armazena suas safras na mesma, o que proporciona uma redução no frete relativo ao escoamento da produção e facilidade na comercialização da

mesma, em função de estar no próprio Município. Para a economia local, a indústria arrozeira contribui, principalmente, na arrecadação de ICM, uma vez que ela está em primeiro lugar no PIB municipal. Essa indústria impulsiona também a geração de empregos. Ela possui três marcas de arroz, as quais se destinam à comercialização da produção beneficiada no mercado local/regional e para outros estados brasileiros.

Quanto ao fumo, ocorre uma expansão significativa tanto em área plantada quanto em produção, pois o mesmo apresenta rendimentos satisfatórios em pequenas áreas. Dessa forma, os produtores sentem-se estimulados pelo fato das companhias fornecerem crédito, assistência técnica e garantia de comercialização. Nesse cultivo, a característica primordial está relacionada à mão-de-obra familiar, uma vez que o mesmo constitui-se na principal fonte de renda dos pequenos estabelecimentos, nos quais predominam a agricultura familiar.

No que diz respeito à cadeia produtiva da pecuária, esta se encontra presente na maioria dos estabelecimentos rurais. A pecuária de corte é caracterizada como a primeira atividade econômica inserida no município, mas ainda desenvolve-se, na sua grande maioria, de forma tradicional. Ressalta-se, porém, que alguns produtores estão investindo na melhoria da qualidade genética dos rebanhos e na complementação alimentar dos mesmos, através do uso de silagem e pastagens. No entanto, a exemplo da agricultura, a pecuária necessita se inserir no processo de modernização através de aprimoramentos técnicos voltados para essa atividade econômica.

Os suínos apresentaram, desde a década de 70, uma redução expressiva do seu efetivo. Essa diminuição deve-se ao baixo consumo dos mesmos, em virtude do novo padrão de vida, o qual incentiva o consumo de carnes com baixo teor de gordura. No Município existem dois condomínios criatórios de suínos próprios para carne. Estes são criados de forma intensiva e comercializados em nível local e regional.

Outra cadeia produtiva em expansão é a da pecuária leiteira. A mesma é desenvolvida em pequenas unidades produtivas baseadas na mão-de-obra familiar. São vários os produtores rurais que integram essa cadeia produtiva. No entanto, é necessário melhorias nessa atividade, como a disponibilidade de melhores pastagens e complementação alimentar para o gado; infraestrutura adequadas nos estabelecimentos e também elevar a qualidade genética do rebanho. Destaca-se que a bacia leiteira é favorecida pela presença de uma indústria de queijo na área

urbana do município. Esta absorve toda a matéria-prima local e busca elevar a sua produção. Para a expansão da mesma, há incentivos para os produtores através de assistência técnica e financiamentos. Quanto à comercialização dos queijos, estes, geralmente, abastecem os municípios da região. A principal importância da indústria, para a economia local, é na arrecadação de ICM, pois a mesma está em segundo lugar no PIB municipal, além da geração de empregos.

Outras atividades produtivas foram encontradas no espaço rural de Mata. Destaca-se o milho e a cana-de-açúcar, as quais se encontram em expansão. O milho é utilizado para a subsistência e o excedente é destinado à comercialização local. Já a cana-de-açúcar, além do emprego na alimentação animal, é destinada para a fabricação de cachaça. Salienta-se que são inúmeros os alambiques de cachaça artesanal que estão sendo criados ou revitalizados na zona rural do Município, uma vez que a sua produção é comercializada em nível local e regional. Essa cadeia produtiva permite, ao pequeno agricultor, agregar valor à sua produção e ao seu estabelecimento rural.

A soja, apesar de ser cultivada em médios e grandes estabelecimentos e possuir elevada quantidade produzida nas décadas de 1975 e 1985, apresentou declínio expressivo a partir de 1995. No entanto, a partir de 2005, as lavouras com essa cultura estão se expandindo nas áreas de campos de Mata. Esse crescimento está pressionando as áreas, até então destinadas à pecuária, e está ocasionando a substituição dos campos nativos pela cultura da soja, uma vez que estes apresentam as condições naturais propícias para o desenvolvimento dessa cultura. Com isso, houve uma diminuição no efetivo da pecuária extensiva nessas áreas. Salienta-se que uma prática utilizada pelos pecuaristas é colocar os bovinos nas pastagens de inverno, as quais ocupam as áreas das lavouras de soja após a colheita, para realizar a engorda e comercialização dos mesmos. Entre os fatores que contribuíram para o aumento da soja no Município, estão a sua valorização no mercado internacional e a renda, uma vez que essa proporciona retornos financeiros maiores do que os obtidos com a pecuária.

Além das cadeias produtivas tradicionais desenvolvidas no Município, encontram-se, também, cadeias mais recentes, como a dos hortifrutigranjeiros. A mesma está presente em dois estabelecimentos agropecuários. No primeiro, essa atividade é a única fonte de renda, tendo como principais produtos o morango, a batata-doce e o amendoim, os quais são comercializados em nível local e regional.

No segundo estabelecimento, paralelamente, aos hortifrutigranjeiros, cultiva-se cana-de-açúcar e o milho e desenvolve-se a pecuária de corte, a piscicultura e a apicultura. Os produtos hortifrutigranjeiros, os derivados da cana-de-açúcar, o mel e os peixes são vendidos em nível local na feira pertencente à família na área urbana de Mata.

A fruticultura, embora presente no meio rural, não é expressiva no Município. Ela está representada, principalmente, pelo cultivo da laranja e da uva. A laranja, apesar de ser cultivada em pequenos pomares, é comercializada *in natura* em Santa Maria. Já a uva é utilizada, geralmente, para a produção de vinho colonial e de maristã. A venda dos mesmos e da uva *in natura* é realizada em nível local. Apesar de excelentes produtos, os produtores rurais não estão muito estimulados a investirem nessa atividade, pois alegam a necessidade de alto investimento para a implantação e produção dos mesmos. Enfatizam que têm dificuldade para a realização de financiamentos e pouco capital disponível para se inserirem nessa atividade. Destacam, também, falta de mercado local para a sua comercialização.

É importante enfatizar que as novas atividades que estão sendo inseridas no espaço rural de Mata visam dinamizar a matriz produtiva local e, conseqüentemente, proporcionar novos arranjos espaciais. Como exemplo, cita-se o plantio de nozeiras, o qual está presente em vários estabelecimentos. As nozes ocupam uma área total de aproximadamente 20 ha plantados no Município. A produção, apesar de ser obtida em longo prazo (em torno de cinco anos), por se tratar de uma cultura permanente, será comercializada com uma indústria de Cachoeira do Sul. A garantia de compra da produção pela indústria desde o momento do plantio foi o fator primordial para que os produtores rurais aderissem a essa nova alternativa.

Além das nozes, implantou-se, também, no Município, um aviário de galinhas poedeiras. A produção de ovos é comercializada visando o mercado em nível local e, em menor proporção, o regional.

Com as novas atividades implantadas no espaço rural de Mata, a matriz produtiva está se diversificando. Essas cadeias produtivas, ao longo do tempo, irão proporcionar uma nova dinâmica aos estabelecimentos rurais, uma vez que, paralelamente às mesmas, são desenvolvidas outras atividades. Além de agregar valor a agricultura familiar, ocasionará uma diversificação na economia local e, conseqüentemente, uma reorganização espacial viabilizando o desenvolvimento local/regional.

Destaca-se, também, no Município, um espaço rural multifuncional. São inúmeras as atividades não-agrícolas que se desenvolvem no meio rural, como marcenaria, fábricas de móveis, alambiques de cachaça artesanal, bulichos, museu, turismo rural, entre outros. Essas atividades proporcionam uma paisagem diferenciada e buscam diversificar economicamente o espaço rural. Elas são fundamentais, pois agregam novas funções a antigas formas que não visam exclusivamente a produção e fornecimento de alimentos e matérias-primas e possibilitam ao proprietário rural a pluriatividade.

É relevante enfatizar que a economia local ainda está vinculada diretamente às cadeias produtivas tradicionais. As novas cadeias produtivas e a presença de um espaço rural multifuncional apresentam-se como viabilidades que deverão ser dinamizadas de forma mais expressiva. Elas proporcionam para o meio rural uma paisagem distinta e uma diversidade à matriz produtiva. Apesar de algumas serem desenvolvidas de modo, ainda, tradicional, muitos produtores rurais estão aperfeiçoando suas técnicas de manejo e investindo na modernização agrícola. As principais técnicas empregadas nos estabelecimentos são o plantio direto, o pré-germinado (no caso do arroz), o sistema de irrigação eletrônica e o uso de estufas nos hortigranjeiros. Quanto à modernização, esta é representada, principalmente, pelo uso de tratores, de implementos agrícolas, de insumos (fertilizantes e agrotóxicos), entre outros.

Pode-se inferir que a modernização agrícola no Município é facilitada pelo sistema de crédito agrícola. A maioria dos produtores rurais utiliza-se, principalmente, de financiamentos através do PRONAF, para investirem nas lavouras temporárias, na criação de gado leiteiro e na aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Esse programa é utilizado, principalmente, pelos agricultores familiares, e pelos produtores empresariais. Essa situação ocorre porque o PRONAF possui várias modalidades de financiamento. Ou seja, as mesmas são formadas pelos grupos A e B (custeios) e C e D (custeios e investimentos), os quais variam com os valores a serem financiados entre R\$ 500 e R\$ 15000.

Em Mata percebe-se que a presença do processo de modernização ainda encontra-se em desenvolvimento. Por um lado, há alguns agricultores familiares utilizando-se de técnicas tradicionais, como o arado a boi e o sistema de arar o solo e, por outro, agricultores empresariais que se utilizam de tecnologias e maquinários modernos e avançados, como tratores com alta tecnologia, plantadeiras,

colheitadeiras, caminhões, pulverizadores, além do uso de aviões para a aplicação de insumos nas lavouras. Salienta-se que a modernização mais expressiva ocorre nos estabelecimentos produtores de arroz e de soja, uma vez que são esses cultivos que requerem maior investimento em maquinários avançados. Também há aqueles produtores em transição, pois estão se inserindo ao processo de modernização por empregarem em alguns momentos técnicas modernas, mas se utilizando também de técnicas tradicionais. São produtores que utilizam insumos e não dispõem de todos os implementos e maquinários agrícolas necessários para desenvolver a lavoura de forma tecnificada. Essa situação permite afirmar que a modernização agrícola não atingiu todos os lugares e nem todos os estabelecimentos agropecuários, demonstrando que a mesma ocorre de forma gradativa no Município.

Dessa forma, ressalta-se que, ao longo do tempo, principalmente a partir da década de 70, quando se tem a expansão da modernização agrícola no Estado gaúcho, esta apresenta-se com características diferenciadas. No entanto, a inserção da modernização, no Município, não ocasionou uma mudança total nas atividades produtivas, pois ela geralmente ocorre de forma gradativa e vinculada a determinadas culturas.

As transformações ocorridas no sistema produtivo com a implantação e o avanço da modernização da agricultura, através da mecanização e da tecnificação da lavoura, provocaram, no Município, mudanças econômicas e sociais, bem como elevaram os volumes da produção agrícola e da produtividade. Além disso, percebe-se que houve uma tendência à monocultura em Mata, uma vez que se diminuíram as áreas destinadas aos cultivos de culturas de subsistência, como o feijão e o milho, para se expandirem as culturas mais valorizadas economicamente no mercado e destinadas à exportação, como o arroz e a soja. Também, com a modernização, ocorreu um crescente êxodo rural. Muitos produtores rurais que não conseguiram se inserir nesse processo tornaram-se assalariados ou migraram para os centros urbanos em busca de mercado de trabalho. No Município, com a modernização agrícola, os filhos de agricultores estão buscando se qualificar através da procura pela educação em nível médio, técnico ou superior e, muitas vezes, abandonam o meio rural em busca de maiores oportunidades de vida na cidade e em centros urbanos maiores.

No que diz respeito ao arrendamento, essa é uma prática muito desenvolvida e está, geralmente, associada às lavouras empresariais de arroz e de soja, bem

como a atividade pecuarista. Os produtores que arrendam áreas utilizam as mesmas para o desenvolvimento de lavouras empresariais e/ou capitalizadas, empregando técnicas e máquinas modernas para elevar a produção e adquirirem uma safra com altos rendimentos. Para os proprietários das terras, o arrendamento torna-se uma fonte de renda, pois, muitas vezes, o retorno obtido com a pecuária não compensa, e eles buscam, através da prática do arrendamento, elevar a renda financeira. Os principais fatores que favorecem o arrendamento são o crédito rural e a valorização dos produtos no mercado.

Observou-se que, na unidade territorial em estudo, a agricultura familiar desempenha papel relevante no espaço rural e na sua organização. A mesma está presente na maioria dos estabelecimentos rurais que possuem uma estrutura fundiária diversificada. Ou seja, no Município, a agricultura familiar não é característica apenas das pequenas unidades produtivas, pois, nas lavouras empresariais, também se encontram relações de trabalho baseadas na família. Dessa forma, pode-se enfatizar que o trabalho familiar representa uma forma de manter e proporcionar a permanência dos filhos e parentes na terra.

No Município constatou-se também que predominam os estabelecimentos agropecuários com até 50 ha de área. Destaca-se que sua principal contribuição é a produção de alimentos, geralmente, de milho e feijão, além do cultivo de fumo. São nesses estabelecimentos que se encontram uma diversidade das atividades agropecuárias e os que investem em novas oportunidades de renda, a fim de agregarem valor à produção. Essa diversidade é representada principalmente pelo cultivo do fumo e do milho e pelo desenvolvimento da pecuária leiteira e de corte, os quais proporcionam, aos produtores, uma menor dependência de que se houvesse apenas uma cultura, como ocorre, geralmente, nos estabelecimentos onde predominam as lavouras empresariais de arroz e soja e a pecuária de corte.

Diante do exposto, aponta-se que a organização do espaço rural de Mata é decorrente dos reflexos das distintas atividades agropecuárias desenvolvidas no mesmo. Elas proporcionam dinâmica à economia local, uma vez que o Município tem, no meio rural, a sua base econômica. A inter-relação das atividades tradicionais com as novas cadeias produtivas inseridas e, também, com as atividades não-agrícolas apresentam-se como perspectivas para a diversidade produtiva. Ou seja, toda vez que há uma ação diferenciada no espaço, este reage se adaptando as novas relações.

Infere-se, também, que o espaço rural é o elemento fundamental para promover o desenvolvimento local/regional. Como perspectivas para alcançar o desenvolvimento do espaço rural e, conseqüentemente, do Município, sugere-se que os produtores rurais e o poder público local busquem investir em alternativas viáveis que atendam a diversidade da produção, através do aperfeiçoamento das cadeias produtivas existentes com a utilização de técnicas de manejo modernas que proporcionem maior produtividade e qualidade dos produtos.

Nesse contexto, aponta-se, como uma das atividades significativa para o Município, a bacia leiteira. Dessa forma, a mesma deve ser estimulada pelos órgãos públicos, através de políticas de financiamentos, para que o pequeno produtor possa se inserir na mesma. Percebeu-se, através do trabalho de campo, que existe mercado viável para a sua comercialização. O aumento na produção proporcionará, para a indústria beneficiadora, a diversificação dos derivados do leite e agregação de valor a essa cadeia produtiva. Deve-se também incentivar os investimentos em novos cultivos, como o das nozes, a fim de diversificar a produção nos estabelecimentos rurais e no espaço rural.

A perspectiva para o desenvolvimento do espaço rural também está atrelada à implantação de agroindústria. Para haver tal ação, deve existir incentivos à população rural, através de cursos de especialização em determinadas produções, os quais irão estimular os produtores a continuar no campo cultivando produtos de qualidade e, principalmente, favorecendo a permanência dos jovens no meio rural. No entanto, os produtores precisam aderir a novas iniciativas se inserindo em novas cadeias produtivas, investindo em técnicas adequadas e modernas de manejo ou em outras atividades agropecuárias, embora haja alguns produtores que estão se adequando às novas exigências impostas pelo mercado e mudando sua visão conservadora.

O desenvolvimento do espaço rural, além de movimentar a economia local, deve proporcionar a implantação de indústrias, no meio urbano, gerando empregos e, conseqüentemente, estimulando principalmente os jovens a permanecerem no Município, promovendo o desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos na graduação.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da Ciência.** 2 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

BELIK, Walter; PAULILLO Luiz Fernando. **Mudanças no financiamento da produção agrícola brasileira.** Disponível em: <<http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul.** Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul.** São Paulo: HUCITEC, 1986. (Coleção Estudos Rurais).

BEZZI, Meri Lourdes. **São Borja – Transformação no campo agrário: o processo de despecuarização.** 1985. 200f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1985.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 2. ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999. p. 57 – 104.

BOLZAN, Mirele M. Turchiello. **Levantamento e Análise da Potencialidade Turística do Município de Mata – RS.** 2003. 113f. Monografia (Trabalho de Graduação de Geografia - Licenciatura) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

BRANDÃO, Janaína Balk. **O financiamento de atividades rurais não-agrícolas no programa RS Rural na Região Central do RS.** 2005. 133f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos da Presidência da República,** Brasília, 15 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm>. Acesso em: 10 jun. 2009.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas**

públicas. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 1999.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUM NETO, Helena. **Regiões culturais**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 328f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: **Anais...Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CARRION JUNIOR, Francisco M. **RS**: política econômica e alternativas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. (Série Documenta 7).

CASTRO, Antonio Maria G. de. **Análise da competitividade da cadeia produtiva**. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/download/publicacoes>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

CERON, Antonio Olívio; SANCHES, Miguel Cezar. Estrutura da produção agrícola da região de Araçatuba – SP. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 21, n. 41, p. 5 – 43, 1991.

CERON, Antonio Olívio; GERARDI, Lucia Helena de O. **Modernização da agricultura brasileira**: transformações agrárias em um país em desenvolvimento. 1984. (Texto datilografado).

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS**: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 7 – 28. (Série Documenta 2).

CORRÊA, Roberto Lobato. Organização espacial. In: _____. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 51 – 84.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton. (Org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 25 – 34.

DE DAVID, Cesar. Alguns efeitos da expansão de uma agricultura modernizada. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 21, ago., p. 147 – 148, 1996.

_____. **O processo de modernização da agricultura e a constituição do Complexo Agroindustrial no município de Cruz Alta – RS**. 1992. 125f. Monografia (Especialização em Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1992.

DELEVATI, Dionei. A Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Redes**, v. 4, n. 3, p. 83 - 100, 1999.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. (Orgs). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 479 – 539.

FERRO, Talita Luiza de Medeiros. **O setor primário de Santa Maria na perspectiva do rural**: a reestruturação das atividades produtivas. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FRAQUELLI, Jane Aita. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do Estado e a criação do Sindicato Arrozeiro. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 329 – 357. (Série Documenta 2).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **FEE dados**: dados anuais por unidade geográfica. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. **25 anos de economia gaúcha**: A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

GEDIEL, Ana Luisa Borba; FROEHEICH, José Marcos. Multifuncionalidade: o rural como espaço terapêutico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007. p. 1021 – 1024. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A questão agrária brasileira: vinte anos de debate (1960–1980). In: _____. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 51 – 113. (Coleção Estudos Históricos 33).

_____. A modernização desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola. In: _____. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 141 – 225. (Coleção Estudos Históricos 33).

HAESBAERT, Rogério. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**: Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. **Censo agropecuário 1995-96**: Rio Grande do Sul. IBGE: 1998. CD-ROM.

_____. **Censo agropecuário 1985**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo agropecuário 1980**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. **Censo agropecuário 1975**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

_____. **Censo agropecuário 1970**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

_____. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

_____. **Noções básicas de cartografia**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/indice.htm>. Acesso em: 20 jul. 2009.

JEAN, Bruno. A agricultura familiar, o Estado e o Estado da agricultura familiar. In: LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. II, 1998. p. 271 - 302.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **O Minifúndio Gaúcho: ajuda técnica como alternativa?**. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 1980.

LAMARCHE, Hugues. As lógicas produtivas. In: _____. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. II, 1998. p. 61 – 88.

_____. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. da UNICAMP, v. I, 1993.

LOPEZ, Ana Carolina Dode. **Reorganização territorial no município de Pedras Altas – RS**: a emergência de novas estratégias produtivas. 2007. 57f. Qualificação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário Gaúcho**: representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.

MALGARIN, V. **A história de Mata**. Publicação da Prefeitura do Município de Mata, 1984. (Texto Mimeografado).

MAPA de Solos do Estado do Rio do Grande do Sul. 1985. 1 mapa, color., Escala 1:1.800.000.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007. p. 169 – 178.

MONTI, Vivian. **O abolicionismo**: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MORAES, Fernanda Dalosto. **O estudo do espaço rural de Mata/RS**: uma experiência didática do Ensino Fundamental. 2007. 63f. Monografia (Trabalho de Graduação de Geografia – Licenciatura) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ática, 2003.

MOREIRA, Igor; COSTA, Rogério Haesbaert da. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton. (Org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 35 – 49.

MORO, Dalton, Aureo. A organização do espaço como objeto da Geografia. **Geografia**, v. 15, n. 1, p. 1 - 19, abr., 1990.

PAIVA, Ruy Miller; SCHATAN, Salomão; FREITAS, Claus F. Trench de. **Setor agrícola do Brasil**: comportamento econômico, problemas e possibilidades. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976.

PANIS, Marcelo; SALAMONI, Giancarla; COSTA, Adão José V. **O turismo na perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural**: o caso do distrito de Rincão

da Cruz. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/cic/2006/arquivos>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Rio Grande de São Pedro. In: _____. **A revolução farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 15 – 29.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007. p. 255 – 269.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA. **Demografia**. Disponível em: <<http://www.mata.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

_____. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.mata.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensaio de monografia natural. 3. ed. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2000.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Aline de Lima. **O latifúndio no Rio Grande do Sul**: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na Microrregião Geográfica da Campanha Central. 2006. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

RODRIGUES, Maurício. **Cadeias produtivas** – alguns conceitos introdutórios. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar**: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. 2000. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SARTORI, Maria da Graça Barros. **O clima de Santa Maria do regional ao urbano**. 1979. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1979.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003. p. 99 – 122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 16, abr. 2001. p. 164 – 184. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

_____. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

SCHWARTZ, Losane Hartwig. **Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar**: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul, RS. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. **A modernização dolorosa** – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Luís César da. **Cadeia produtiva de produtos agrícolas**. Disponível em: <<http://www.agais.com>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

STRECK, Edeomar Valdir. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

STÜKER, Ivana Marli. **Caracterização Geográfica do Município de Mata – RS**. 2002. 51f. Monografia (Trabalho de Graduação de Geografia - Licenciatura). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

TAMBARA, Elomar. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta 16).

THOMAS, Carmem. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 21, n. 19, jan./dez. p. 17 – 27, 1976.

VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Susana Salum. **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**: Espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense: Porto Alegre: Sagra, 1993.

WANDERLEY, Maria de N. Baudel. **Raízes histórias do campesinato brasileiro**. Disponível em: <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/publ/artigo-trabalhos>>. Acesso em: 20 maio 2000.

ANEXOS

ANEXO A – INSTRUMENTO DE PESQUISA: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE MATA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO
TRABALHO DE CAMPO REFERENTE A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi
Mestranda: Fernanda Dalosto Moraes

Informações sobre a reorganização do espaço rural do município de Mata/RS.

ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROPRIETÁRIOS RURAIS

I - Dados referentes a propriedade e a mão-de-obra

A) PROPRIEDADE

1 – Localização da propriedade no município?

2 – Quem explora a propriedade?

() Proprietário

() Arrendatário

3 – Qual a utilização da terra na propriedade?

() lavouras – permanentes e temporárias

() reflorestamento

() pecuária

() áreas florestadas, matas

() mista

() pastagens

() outra atividade. Qual?

4 - Quanto a residência do proprietário?

() residente permanente

() residente de fim de semana

() residente na cidade. Qual?

5 – No caso do proprietário não ser agricultor, qual sua profissão?

6 – Em caso de arrendamento, como é feito o pagamento ao proprietário?

() porcentagem por hectare cultivado

() por porcentagem da produção

() porcentagem por quadra cultivada

() por outra forma. Qual?

() em dinheiro por área arrendada

B) MÃO-DE-OBRA

7 – Que tipo de mão-de-obra utiliza?

() familiar

() assalariada permanente

() assalariada temporária. Em que época?

8 – A mão-de-obra familiar costuma trabalhar para fora?

Em que época?

Em qual serviço?

Quantas pessoas?

9 – Se utiliza mão-de-obra assalariada

9.1 De onde provém?

() dos vizinhos () de outros locais. Quais?

() da cidade

10 – Quanto a mão-de-obra assalariada que mora na propriedade, ela pode cultivar por conta própria? Quais produtos?

II - Dados referentes a produção

A) AGRICULTURA

11 – Quais os produtos cultivados na propriedade?

<i>Produtos</i>	<i>Área média plantada (ha)</i>	<i>Ano de instalação</i>	<i>Motivo</i>	<i>Obs.</i>

E destes, qual o mais significativo? Por que?

12 – A produção destina-se à:

() subsistência, quais?

() abastecimento local, quais?

() abastecimento externo, regional, quais?

13 – Qual o principal mercado para a comercialização da produção?

B) PECUÁRIA

14 – Quais os rebanhos na propriedade?

<i>Rebanho</i>	<i>Nº de cabeças</i>	<i>Área ocupada (ha)</i>	<i>Obs.</i>

E destes, qual o mais significativo? Por que?

15 – A produção destina-se à:

- () subsistência, quais?
- () abastecimento local, quais?
- () abastecimento externo, regional, quais?

16 – Qual o principal mercado para comercialização dos rebanhos?

17 – A atividade pecuarista se desenvolve em moldes intensivos ou extensivos? Por que?

18 – A pecuária é consorciada com a agricultura? Por que? Como?

C) FRUTICULTURA

19 – Se presente, quais as principais frutas?

<i>Frutas</i>	<i>Área média plantada (ha)</i>	<i>Ano de instalação</i>	<i>Obs.</i>

20 – A produção destina-se à:

- () subsistência
- () abastecimento local
- () abastecimento externo, regional

21 - Por que não investe-se mais na fruticultura?

D) HORTIGRANJEIROS E PRODUTOS COLONIAIS

22 – Os principais produtos cultivados?

23 - Onde e como é realizada a comercialização destes produtos?

24 – A produção destina-se à:

- () subsistência
- () abastecimento local
- () abastecimento externo, regional

25 - Qual a área plantada (ha) com hortigranjeiros?

E) ALAMBIQUES E MARCENARIAS

26 – Quais as atividades desenvolvidas?

27 – Qual a procedência da matéria-prima para a produção?

- própria externa. Onde?
 local

28 – A produção destina-se à:

- subsistência
 abastecimento local
 abastecimento externo, regional

29 – Como é realizada a comercialização dos produtos?

III – Dados referentes a estrutura fundiária

30 – Qual o tamanho da propriedade?

- | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> menor 1 ha | <input type="checkbox"/> 10 – 20 ha | <input type="checkbox"/> 200 – 500 ha |
| <input type="checkbox"/> 1 - 2 ha | <input type="checkbox"/> 20 – 50 ha | <input type="checkbox"/> 500 – 1000 ha |
| <input type="checkbox"/> 2 – 5 ha | <input type="checkbox"/> 50 – 100 ha | |
| <input type="checkbox"/> 5 – 10 ha | <input type="checkbox"/> 100 – 200 ha | |

31 – Quanto a estrutura física da propriedade?

- contínua
 parcelamento

32 – Quanto da área está sendo utilizada por:

lavouras permanentes:

lavouras temporárias:

pastagens naturais:

matas naturais:

matas plantadas, reflorestamento:

Iv – Dados referentes a assistência técnica, financiamentos e modernização do campo

A) ASSISTÊNCIA TÉCNICA

33 – Possui assistência técnica?

Para que?

Qual?

Como?

B) FINANCIAMENTO

34 – Faz financiamento?

Para que?

De quais produtos?

Banco?

C) MODERNIZAÇÃO

35 – Quais os tipos de mecanização presentes na propriedade?

() arado a boi

() plantadeira, quantas?

() trator, quantos?

() outros implementos, quais?

() colheitadeira, quantas?

36 – Quais os insumos utilizados? Para quais produtos?

37 – Utiliza sementes transgênicas ou com melhoramento genético? Para quais produtos?

38 – Na pecuária?

39 – Que tipo de incentivos é dado pelo governo?

40 – Outras atividades ou cultivos desenvolvidos na propriedade?

41 – Por que não investe em outros cultivos, alternativas de renda nas propriedades?

42 – Como é investido o retorno da produção pelos proprietários?

() na propriedade, como?

() outro. Como?

43 – Os aposentados continuam trabalhando na propriedade rural, arrendam ou quem trabalha são os familiares?

44 – A aposentadoria é investida na propriedade rural?

Sim? Por que?

Não. Em que?

ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA: QUESTIONÁRIO APLICADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E EMATER DE MATA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO
TRABALHO DE CAMPO REFERENTE A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi
Mestranda: Fernanda Dalosto Moraes

Informações sobre a reorganização do espaço rural do município de Mata/RS.

ENTREVISTA REALIZADA COM OS INFORMANTES QUALIFICADOS:
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SINDICATO DOS
TRABALHADORES RURAIS E EMATER

- 1 – Qual a área média das propriedades em Mata?
- 2 – Qual a área média das propriedades ligadas à:
agricultura:
pecuária:
fruticultura:
hortigranjeiros:
outras:
- 3 – Qual a situação e perspectivas da agricultura e da pecuária em Mata?
- 4 - Qual a atual situação e perspectivas no Município para:
fruticultura?
Turismo rural?
Outras atividades?
- 5 – O setor primário tem passado por problemas como?
() seca
() epidemias
() falta de amparo governamental
- 6 – Qual o amparo que os proprietários rurais recebem nestes casos?
- 7 – Qual a participação e incentivos da Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER nas propriedades rurais?
- 8 – Como os proprietários rurais reagem frente as propostas de inovações referentes a produção, tecnologia, entre outras no Município?

9 – Há outros sistemas de cultivos ou atividades desenvolvidas no espaço rural, além das lavouras tradicionais e da pecuária, que estão revitalizando o setor primário e o espaço rural de Mata? Quais? Como?

10 – Na busca do desenvolvimento econômico e da inserção do município em nível de economia regional, quais os projetos, incentivos ou medidas adotadas pelo governo local em prol da agricultura, pecuária ou outras atividades do espaço rural de Mata?

ANEXO C – INSTRUMENTO DE PESQUISA: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE MATA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO
TRABALHO DE CAMPO REFERENTE A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi
Mestranda: Fernanda Dalosto Moraes

Informações sobre a reorganização do espaço rural do município de Mata/RS.

ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROPRIETÁRIOS DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO

1- Qual o produto beneficiado?

2 – Este produto possui marca? Qual?

3 – Quanto a matéria-prima, qual a sua procedência?

4 – A produção destina-se ao:

() abastecimento local

() abastecimento externo, regional

5 – Onde e como é realizada a comercialização dessa produção?

6 – Qual a importância desse tipo de beneficiamento de produtos no município para os proprietários rurais?

E para a economia local?

7 – Quais as perspectivas de desenvolvimento econômico para os proprietários rurais atreladas a essa atividade em Mata?